UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**A formulação teórica da *Moderna gramática portuguesa*, de
Evanildo Bechara, vista pela perspectiva da história das ideias**

Cínthia Cardoso de Siqueira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite

VERSÃO CORRIGIDA

*De acordo.
São Paulo, 31 de janeiro de 2018.*

Marli Quadros Leite

São Paulo
2018

Folha de aprovação

SIQUEIRA, C. C. de. **A formulação teórica da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, vista pela perspectiva da história das ideias.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Aprovado em: 31/03/2017.

Banca examinadora

Profa. Dra. Marli Quadros Leite

Instituição: USP

Prof. Dr. Marcelo Módolo

Instituição: USP

Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere

Instituição: UFF

Dedicatória

Para Raiji e João Francisco.

Agradecimentos

Agradeço, sinceramente...

À minha orientadora, professora Marli Quadros Leite, por me incentivar a ingressar nos estudos acadêmicos e por me guiar nesse caminho com a firmeza e a compreensão necessárias a uma orientação competente e acolhedora.

Ao professor Evanildo Bechara, pela gentileza e generosidade com que se dispôs a me conceder uma entrevista na Academia Brasileira de Letras, oferecendo-me, na verdade, uma valiosa aula.

Ao professor Ricardo Cavaliere, por, tão gentilmente, ter possibilitado o encontro com o professor Evanildo Bechara.

Aos professores Carlos Assunção, Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida, Marcos Martinho, Maria Clara Paixão de Sousa e Olga Coelho, pelos preciosos ensinamentos nas disciplinas de pós-graduação, cursadas no Programa de Filologia e Língua Portuguesa, da FFLCH/USP.

Aos professores Marcelo Módolo e Ronaldo de Oliveira Batista, presentes em minha qualificação, pelas arguições precisas e cuidadosas que muito contribuíram para os rumos deste trabalho.

Aos colegas pesquisadores do Grupo de trabalho *Gramáticas: história, descrição e discurso*, Antonio Carlos Carvalho, Jorge Viana de Moraes, Lúcia Helena Ferreira, Raquel Marques e Valéria Pereira, pelo aprendizado e pelo companheirismo nesses três anos de convivência.

Aos funcionários do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, por toda a atenção dispensada.

À CAPES, pela bolsa de mestrado.

Aos queridos Luciano e Edenize, especialmente pela revisão cuidadosa do *Abstract*.

Aos amigos e familiares, por todo apoio e incentivo.

Às comadres Ana Maria, Claudia e Denise, pela força que brota da nossa irmandade.

Às novas e já muito queridas amigas Ana Carolina e Camila, pelo carinho e cuidado com que acolheram João Francisco, ampliando meu tempo de estudo.

A meus pais, Joecil e Telma, e a meus avós, Paulo e Hercília (*in memoriam*), pelo contínuo incentivo aos estudos e por todo o suporte amorosamente concedido em tantas jornadas.

À minha irmã Cindy, por estar sempre presente, como amiga e, especialmente, como madrinha do João Francisco.

Ao meu pequeno João Francisco, por todos os sorrisos, beijos e abraços apertados.

Ao Raiji, por estar ao meu lado, sempre.

RESUMO

SIQUEIRA, C. C. de. **A formulação teórica da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, vista pela perspectiva da história das ideias.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Considerando a relevância da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, para os cenários pedagógico e acadêmico brasileiros, este estudo buscou investigar como as teorias apresentadas nas duas fases dessa obra repercutem no tratamento dos fatos linguísticos. O corpus analisado foi composto pelas 36ª e 37ª edições da *Moderna gramática portuguesa*, publicadas em 1997 e 1999, respectivamente, pois consideramos que essas edições são os testemunhos que demarcam a transição da primeira para a segunda fase da obra. Fundamentando-se na perspectiva teórico-metodológica de Sylvain Auroux (2008; 2009), essencialmente no que diz respeito aos princípios condutores do trabalho do historiador das ciências da linguagem (*definição puramente fenomenológica do objeto, neutralidade epistemológica e historicismo moderado*) e a alguns conceitos por ele estabelecidos (como *gramatização, instrumento linguístico, horizonte de retrospecção e domínio de objetos históricos*), nossa metodologia de trabalho pautou-se no estabelecimento do horizonte de retrospecção de Evanildo Bechara e na comparação dos dois textos gramaticais anteriormente citados para apontar como: (i) a teoria greco-latina e o estruturalismo se complementam na 1ª versão da MGP; (ii) o estruturalismo ainda se reflete na obra após a sua reconfiguração (a partir da 37ª edição); e (iii) como a teoria funcionalista repercute no tratamento linguístico na 2ª versão da obra. Desse modo, com vistas a investigar de forma global a complementaridade teórica que se apresenta na obra e a entender o como e o porquê desse fenômeno, esta pesquisa se inscreve, especificamente, no campo da *História das ideias linguísticas*.

Palavras-chave: gramática; ideias linguísticas; Evanildo Bechara.

ABSTRACT

SIQUEIRA, C. C. de. **A theoretical formulation of Evanildo Bechara's *Moderna gramática portuguesa* in light of the history of ideas.** Master's dissertation. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Considering the relevance of Evanildo Bechara's *Moderna gramática portuguesa* (Modern Portuguese grammar), for both pedagogical and academic scenarios in Brazil, this study aimed to investigate how theories presented in the two phases of this work affect the processing of linguistic facts. The corpus assessed was composed of the 36th and 37th editions of *Moderna gramática portuguesa*, that were published in 1997 and 1999, respectively, as we consider them the editions that establish the transition from the first to the second phase of the work. Based on theoretical and methodological perspective by Sylvain Auroux (2008; 2009), mainly in regards to the guiding principles of this language sciences historian's work (a purely phenomenological definition of the object, epistemological neutrality and moderate historicism) and concerning to some concepts he established (such as grammaticalization, linguistic tool, retrospection horizon, and historical objects domain), our work methodology has been conducted to establish Evanildo Bechara's retrospection horizon and to compare the two grammar texts mentioned above – aimed to verify: (i) how graeco-latin theory and structuralism complement each other in the 1st release of MGP; (ii) how structuralism is still reflected in the work after its reconfiguration (since the 37th edition); and (iii) how the functionalist theory affects language processing in the 2nd release of the work. Thus, in order to investigate comprehensively the theoretical complementarity presented in Evanildo Bechara's work and to understand how and why this phenomenon has happened, this research pertains specifically to the field of History of linguistic ideas.

Keywords: grammar; linguistic ideas; Evanildo Bechara.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1 – Bechara e a Moderna gramática portuguesa	21
1.1 O autor.....	22
1.2 A MGP: confrontando edições	29
1.2.1 A contextualização das edições	31
1.2.2 Os sumários em confronto.....	40
1.2.3 A bibliografia: convergências e divergências	43
1.2.4 Os exemplos: conservação e inovação	46
Capítulo 2 – As teorias formadoras da MGP: o estruturalismo e o funcionalismo.....	50
2.1 O caráter prescritivo e descritivo da obra	50
2.2 A complementaridade teórica na MGP.....	59
2.3 Flexão e derivação nominal: uma análise estruturalista.....	71
2.3.1 A gradação dos substantivos e adjetivos	72
2.3.2 O gênero dos nomes.....	78
2.4 O advérbio: uma análise comparativa	84
Capítulo 3 – A aplicação da teoria funcionalista: um estudo de caso.....	89
3.1 O verbo ao longo dos tempos	89
3.2 O verbo pela perspectiva funcionalista	108
3.2.1 O aspecto verbal: um estudo do sentido	116
Considerações finais	125
Referências	129
Anexos.....	141

INTRODUÇÃO

Publicada pela primeira vez em 1961, a *Moderna gramática portuguesa*, de autoria de Evanildo Bechara, fez-se presente, desde então, nos cenários pedagógico e acadêmico brasileiros, chegando à 37ª edição, em 1999, quando foi atualizada e apresentou-se, verdadeiramente, em uma nova versão. Depois de ter sido reimpressa inúmeras vezes e atualizada conforme o último Acordo Ortográfico, a *Moderna gramática portuguesa* foi publicada em nova edição revista e ampliada pelo autor, em 2015¹, e continua a figurar nos contextos apontados com representatividade.

Além disso, consideramos pertinente destacar que as versões da obra, cada qual em sua época de publicação inicial, de alguma forma, apresentaram tanto conhecimentos teóricos novos em relação a gramáticas antecedentes quanto comentários do autor acerca de usos linguísticos “antigos” e “atuais” para seu tempo, com base na norma que se propõe a descrever, a culta escrita.

Tais fatos demonstram a representatividade da *Moderna gramática portuguesa* (doravante MGP) para a gramaticografia brasileira, razão por que consideramos pertinente empreender um estudo acerca dessa obra, buscando analisar as orientações teóricas apresentadas pelo autor e cada versão da gramática, relacionando-as a seu tempo e espaço, e compreender o tratamento linguístico resultante dessas orientações.

Sendo assim, esclarecemos que esta pesquisa tem o **objetivo** de investigar como as teorias apresentadas nas duas fases da MGP contribuem para a descrição linguística e, então, nosso **objeto de estudo** configura-se como a repercussão das novas teorias, o estruturalismo e o

¹ Observamos que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi publicada a 38ª edição da *Moderna gramática portuguesa* (em 2015). No entanto, mantivemos como fonte de pesquisa relativa à 2ª versão da obra a 37ª edição, opção que será justificada posteriormente.

funcionalismo, na descrição dos fatos linguísticos nas duas fases da obra de Evanildo Bechara.

O **corpus** desta pesquisa é composto pelas 36^a e 37^a edições da MGP, pois consideramos que são os testemunhos que demarcam a transição da primeira para a segunda fase da obra. Ao analisar os cinco testemunhos de que dispomos e que correspondem às edições de número 3 (1967), 11 (s/d), 18 (1970), 22 (1977) e 36 (1997)², constatamos, fundamentalmente, pequenas correções relativas à adequação ortográfica do texto e a alterações na diagramação da obra, mantendo-se o mesmo conteúdo.

No entanto, na 37^a edição (1999), o autor apresenta, de fato, inovações consideráveis quanto à orientação teórica e ao conteúdo da gramática, configurando-a “quase” como uma nova obra, visto que o capítulo dedicado à Fonética e à Fonologia não é submetido à essa renovação, pela qual passam as partes dedicadas à Morfologia e à Sintaxe.

A partir de tais considerações, entendemos que as edições de 1 a 36 correspondem à primeira versão da obra e as edições 37 e 38, à segunda versão³.

A **metodologia de trabalho** pautou-se, primeiramente, no estabelecimento do horizonte de retrospectão do autor e das duas versões da obra, com o intuito de situá-los em relação aos conhecimentos linguísticos produzidos no mesmo tempo e espaço, e, então, na comparação dos dois textos gramaticais, com o propósito de apontar como o estruturalismo se reflete na obra antes e após a sua reconfiguração e de que modo, pela adesão à teoria funcionalista, o autor atribui inovações ao tratamento linguístico.

Para estabelecer essa comparação, teremos como categorias de análise os seguintes tópicos gramaticais: (i) “variação de gênero e grau”,

² Esclarecemos que não foi possível encontrar um exemplar da 1^a edição da obra, mas, em entrevista, o professor Evanildo Bechara esclareceu que da 1^a para a 3^a edição foram feitos apenas pequenos acertos relacionados à redação.

³ Devido à configuração deste trabalho, o *corpus* será descrito mais detalhadamente no Capítulo 1.

a fim de evidenciar a aplicação da teoria estruturalista na obra; (ii) “advérbio”, com o objetivo de ilustrar como o tratamento dado a esse tópico gramatical reflete a complementaridade teórica presente na segunda versão da gramática; e (iii) “verbo”, com o intuito de mostrar como a teoria funcionalista está presente na segunda versão da MGP e de que maneira reconfigura a descrição linguística.

Como nossa investigação diz respeito, de certo modo, à “história do presente”, recorreremos, como recurso técnico-metodológico, à entrevista com o autor da obra sob análise.

Acerca desse recurso, Ferreira (2000, p. 111) afirma que: “o uso dos testemunhos diretos, valorizado pela Antiguidade clássica, foi desqualificado pela historiografia da segunda metade do século XIX e restaurado neste século pelos historiadores que defendem a validade do estudo do *tempo presente*”, validando sua utilização.

Dessa forma, para a comunicação pessoal com o Professor Evanildo Bechara, realizada na Academia Brasileira de Letras, no mês de maio de 2016, com o intuito de direcionar a conversa para o atendimento dos objetivos desta pesquisa, preparamos as seguintes questões:

- Em seu fazer gramatical, qual a importância da contínua evolução dos estudos linguísticos?
- Como a NGB influenciou a produção de gramáticas?
- Qual a importância de Eugenio Coseriu para sua obra?
- De que modo a teoria funcionalista de Eugenio Coseriu contribui para o entendimento dos fatos gramaticais na 2ª versão da obra?
- Quais categorias gramaticais podem ser mais iluminadas pelo estruturalismo e pelo funcionalismo coseriano, respectivamente?

No entanto, o professor Evanildo Bechara considerou interessante iniciar a conversa contando sobre a história da MGP, sobre como e por que foi convidado a atualizar a *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, acabando por escrever uma nova gramática, e sobre a reconfiguração da MGP, em fins da década de 1990.

Nesse contexto, algumas das nossas perguntas foram espontaneamente respondidas e, conforme a conversa se desenvolveu, fomos introduzindo aquelas que não haviam sido abordadas e que ainda considerávamos convenientes. Ressaltamos que essa entrevista, enquanto recurso técnico-metodológico, muito contribuiu para a melhor compreensão da obra em diversos pontos, o que procuraremos demonstrar ao longo deste trabalho por meio da transcrição e análise dos trechos que se fizerem pertinentes.

Desse modo, com vistas a investigar de forma global a formulação teórica que se apresenta nas duas versões da obra, buscaremos entender o como e o porquê da mudança teórica que se operou de bases estruturalistas, na primeira versão da MGP, para uma declarada fundamentação teórica de cunho funcionalista, em sua segunda versão. Esta pesquisa, portanto, se propõe a analisar como as teorias são apresentadas e que repercussões tem essa mudança de orientação teórica para a descrição da língua na segunda versão da MGP. Isso justifica a opção teórica pela *História das ideias linguísticas* (HIL), pois, segundo explica Leite,

[...] é uma área do conhecimento do domínio das *Ciências da Linguagem*, que visa a estudar o conhecimento produzido sobre o funcionamento de uma língua, suas propriedades e manifestações, assim como sobre a evolução e a aquisição de línguas, ou, em outros termos, a formação e o desenvolvimento dos saberes, ou conhecimentos linguísticos, na longa duração do tempo. [...] (LEITE, digitalizado, inédito, p. 1).

Assim, para realizar nosso trabalho de historiador das ciências da linguagem, utilizaremos alguns conceitos inerentes à teoria da HIL, como: *gramatização, instrumento linguístico, horizonte de retrospectão e domínio de objetos históricos*.

De acordo com Auroux: “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que ainda hoje são os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (AUROUX, 2009, p. 65, grifos do autor). A partir dessa definição, pode-se presumir que, para o autor, os

manuais metalinguísticos, configurados como gramáticas e dicionários, exercem papel fundamental na construção de saberes metalinguísticos pelos falantes de uma língua e, por isso, denominou-os como *instrumentos linguísticos*, esclarecendo que:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. (AUROUX, 2009, p. 70, grifo do autor).

Dessa maneira, configurando-se como um instrumento linguístico, a MGP está a serviço dos usuários da língua, oferecendo-lhes a possibilidade de ampliar sua competência linguística, tendo em vista que, através dela, presume-se ser possível ampliar seus conhecimentos acerca dos recursos oferecidos pela língua que usam e, por consequência, aplicá-los de forma consciente nas situações de comunicação, faladas ou escritas, das quais participam.

A despeito das críticas feitas à gramática normativa, especialmente aquelas formuladas por estudiosos da Linguística, que lhe atribuem um caráter puramente tradicional, considerando-a muito distante da realidade linguística dos usuários da língua em geral e condenando o seu uso como referência para o estudo da língua, observamos o fato de que muitas das noções básicas usadas pela Linguística podem ser encontradas em obras muito antigas, como os estudos dos gramáticos gregos e romanos da Antiguidade clássica, e consideramos pertinente ressaltar o que afirma Lyons (1979, p. 3): “A Linguística, como qualquer outra ciência [se] constrói sobre o passado; e assim o faz não somente desafiando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as.”, indicando-nos que a ciência da linguagem interpreta os dados linguísticos a partir de conhecimentos produzidos em determinado momento, mas, como toda ciência, concentra esforços para a evolução desses conhecimentos.

Além disso, do ponto de vista da HIL, as críticas feitas à gramática tradicional não se sustentam. Isso pode ser afirmado, pois, ao considerarmos a gramática como um objeto cultural, entenderemos que, mesmo mantendo a estrutura tradicional (greco-latina), ela traduzirá o conhecimento do tempo-espço em que foi concebida. Segundo Leite (2007),

a gramática tradicional, embora seja um instrumento que veicula valores, principalmente os concernentes às ideias de *correção* e *incorreção*, ou de *permitido* e *proibido*, constrói-se sobre um conhecimento linguístico elaborado ao longo de séculos, uma metalinguagem, e, quer queira quer não, registra aspectos de um estrato de língua (da modalidade falada ou da escrita), que constitui importante documento das línguas históricas. (LEITE, 2007, p. 24).

Nesse sentido, entendemos que a gramática nunca é ateórica, pautando-se sempre em uma teoria que reflete um determinado estágio de conhecimento e, a partir dessa teoria na qual se fundamenta, registra e interpreta fatos linguísticos que refletem uma língua criada e recriada por convenção de seus usuários.

Assim sendo, entendemos que não há como desvincular os estudos da Linguística dos conhecimentos gramaticais construídos ao longo da história.

Nessa perspectiva, partindo da **hipótese** de que a mudança na orientação teórica do autor por ocasião da produção da segunda versão da MGP alicerça-se em seu percurso como estudioso da linguística e procura adequar a obra ao seu tempo-espço, resultando em uma complementaridade teórica que alicerça a análise dos fatos linguísticos e contribui para uma melhor compreensão acerca do funcionamento da língua, a principal questão que orientará este trabalho é:

- De que modo as teorias complementares se refletem nas duas versões da MGP?

Para conduzir nosso trabalho segundo os pressupostos teóricos e metodológicos da HIL, buscaremos nos guiar pelos três princípios condutores do trabalho do historiador das ciências da linguagem adotados

por Auroux (2009): o da *definição puramente fenomenológica do objeto*, o da *neutralidade epistemológica* e o do *historicismo moderado*.

O primeiro princípio, o da *definição puramente fenomenológica do objeto*, diz respeito à necessidade de se situar o objeto de estudo “em relação só a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência cotidiana” (Auroux, 2009, p. 14), ou seja, à necessidade de se enxergar o objeto de estudo como algo originário da experiência cotidiana, empírica. Nesse caso, devemos ter em mente que o nosso objeto, a MGP, constituiu-se dos saberes dos quais seu autor, gramático e linguista, se apropriou, transformou e, com base nos quais, pôde, também, construir novos conhecimentos para descrever a língua portuguesa.

O segundo princípio, o da *neutralidade epistemológica*, nos remete à forma de abordagem do nosso objeto, que não deve ser contaminada pelo olhar de uma ou outra teoria que seja familiar ou afeita, possibilitando a análise do objeto por um viés essencialmente neutro, que busque compreender a causalidade dos fenômenos.

Esse segundo princípio necessita ser especialmente observado em nosso trabalho pelo fato de, como já apontamos, tratarmos da história do tempo presente. Segundo Hobsbawn,

[...] quando se escreve não sobre a Antiguidade Clássica, nem sobre o século XIX, mas sobre seu próprio tempo, a vivência pessoal deste tempo molda inevitavelmente a forma como o vemos, e até mesmo o modo como determinamos a evidência à qual todos nós devemos apelar e nos submeter, independentemente de nossos pontos de vista. [...] (HOBSBAWN, 1995, p. 105).

Assim, as dificuldades enfrentadas pelo historiador ao se propor a tarefa de escrever a história do presente resvalam, essencialmente, na questão da falta de distanciamento no tempo. Tal questão pode, muitas vezes, resultar na falta de crítica isenta e de bibliografia analítica sobre o assunto pesquisado.

De todo modo, destacamos que o foco desta pesquisa estará em analisar como as teorias às quais Evanildo Bechara se afiliou e as ideias delas resultantes perpassam a constituição das duas versões da MGP, com

o intuito de compreender as causas que levaram o autor a aderir a uma ou outra orientação teórica em cada um dos momentos de produção, considerando as datas de publicação das obras (1997 [1961] e 1999).

O terceiro princípio, o do *historicismo moderado*, por sua vez, assinala que a ação do historiador das ciências da linguagem deve voltar-se mais para a análise e interpretação dos fatos, com vistas a moderar o discurso narrativo-descritivo do historiador. Considerando esse princípio, tratamos as ideias linguísticas de Evanildo Bechara como produto histórico, resultante das interações do autor com seu contexto sócio-histórico e intelectual e, dessa forma, buscaremos contextualizá-las em seu tempo-espço, sem deixar, no entanto, que a simples narração dos fatos se sobreponha à sua análise.

Ainda segundo Auroux, para que possa representar historicamente um dado conhecimento científico, o historiador deve considerar um “domínio de objetos históricos” que sustente empiricamente seu trabalho. Isso significa, de acordo com o autor, que um domínio de objetos históricos deve pressupor a “*emergência de novas entidades e a irreversibilidade das sequências emergentes*” (AUROUX, 2008, p. 137, grifos do autor), o que nos faz pensar que tais objetos trazem, em si, o princípio da continuidade, visto que apresentam saberes que interagiram com outros saberes e, a partir dessa interação, se desenvolveram.

O historiador deve, para realizar seu trabalho, buscar explicar os motivos pelos quais um dado conhecimento foi construído de determinada forma e verificar se há relações de causa e consequência entre esse e outros conhecimentos. Sendo assim, segundo Auroux (2008, p. 138): “Na prática do historiador, a pergunta da história pode-se resumir a uma pergunta de dimensões e de relações entre estas dimensões quando se constrói a representação histórica”.

Dessa forma, além de se pautar nos três princípios previamente apresentados, nossa perspectiva teórico-metodológica também será orientada por *sistemas* e *parâmetros* relacionados entre si, conforme os

estabeleceu Aurox (op. cit.), que abarcam cinco dimensões, as quais procuraremos apresentar a seguir, associando-as ao nosso trabalho:

- um sistema de objetos (uma representação construída a partir do domínio de objetos), que, neste caso, configura-se pelas duas versões da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, e pelas ideias linguísticas nelas presentes;

- um parâmetro temporal, que se caracteriza pelo eixo temporal em que atuou o autor da *Moderna gramática portuguesa* e que, certamente, reverbera em sua orientação teórica. No caso desta pesquisa, o domínio de objetos será investigado nos dois momentos distintos de produção das obras publicadas em 1997 [1961] e 1999, ou seja, o período do final dos anos 50 e início dos 60 e o período do final dos 90 do século XX;

- um parâmetro espacial, ou seja, o eixo espacial no qual viveu o autor e em referência ao qual o domínio de objetos será investigado;

- um sistema de parametragem externo, que liga o sistema de objetos ao seu contexto, podendo ser traduzido pela consideração de toda a situação que conecta os estudos e a produção de Bechara ao conhecimento científico produzido por ele no campo das ciências da linguagem;

- um sistema de interpretantes, composto tanto pelos leitores que se beneficiaram do conhecimento produzido por Bechara (neste caso, estudantes secundaristas [do atual Ensino Médio], além de estudantes de Letras e cientistas da linguagem [gramáticos, filólogos, linguistas, entre outros]), quanto pelo historiador que busca interpretar esse conhecimento, considerando todas as dimensões anteriormente apresentadas.

A partir do que foi exposto e com a intenção de alcançar o objetivo estabelecido, organizamos esta dissertação em três capítulos, comentados resumidamente a seguir.

No primeiro capítulo, com o intuito de relacionar o autor a seu tempo e a seu espaço, antes de tudo, buscaremos delinear seu *horizonte*

de retrospecção, considerando os dois momentos distintos de produção do texto gramatical em estudo.

Pontuamos que, ao resgatar o *horizonte de retrospecção* de um autor, o historiador das ideias terá por objetivo resgatar o conjunto dos conhecimentos previamente construídos que influenciaram em sua concepção, ou seja, que foram acionados no momento de sua produção. Para compreender o conceito de *horizonte de retrospecção*, consideremos que, segundo Auroux, quando um indivíduo produz conhecimento, o “ato de saber” em si

[...] não é ele mesmo algo sem relação com a temporalidade. Para simplificar, imaginemos um sujeito S na sua atividade cognitiva. Ele dispõe de competências adquiridas e desenvolvidas durante a sua formação. Quando se propõe a resolver um problema, dispõe igualmente de conhecimentos; ora, estes conhecimentos necessariamente foram produzidos antes da atividade cognitiva em questão. Nós nomeamos horizonte de retrospecção o conjunto destes conhecimentos antecedentes. (AUROUX, 2008, p. 141).

Os horizontes de retrospecção são, desse modo, conjuntos de conhecimentos antecedentes, estruturados de maneiras diversas. Ao se considerar esse conceito, entende-se que todo e qualquer conhecimento produzido tem relação com a temporalidade, no sentido de que “não há conhecimento instantâneo” ou de que “é necessário tempo para saber” (Auroux, 2008, p. 141), ou seja, o conhecimento é construído ao longo do tempo e, assim, sofre mudanças, transformações no curso da história.

Assim sendo, faz-se necessária a investigação sobre a formação acadêmico-científica do autor, de modo que possamos detectar quais outros autores influenciaram suas ideias e compreender como se deu essa influência no processo de construção do conhecimento.

Ressaltamos que, ao traçar o horizonte de retrospecção, estaremos tratando não apenas das influências diretas e pessoais que um autor possa sofrer, mas também da atmosfera intelectual — isto é, de um conjunto de consensos de uma comunidade intelectual, em um determinado tempo-espço — em que esteve envolvido. Portanto, ao delinear esse horizonte de retrospecção, não só apontaremos os estudiosos da linguagem que o integram, mas, relacionaremos suas ideias

a ideias que vigoraram em épocas passadas, defendidas por autores que podem, ou não, estar referenciados e, ainda, destacaremos aspectos do contexto sócio-histórico que possam, de algum modo, ter impactado a produção do autor.

Conforme explicita Swiggers:

A história da linguística é um tecido integrado de acontecimentos pessoais e públicos (políticos, socioeconômicos, institucionais), de correntes intelectuais e culturais, de redes sociais, de fazeres centrados em línguas por si mesmas ou como meios para certos fins (basta pensar na linguística missionária ou na história do fenômeno da tradução), de reflexões e processos conceituais que são subjacentes a vários tipos de atividade científica. (SWIGGERS, 2013, p. 42).

A afirmação de Swiggers ressalta a complexidade que envolve a reconstrução de um ideário linguístico, visto que as ideias de cada autor estão permeadas por suas experiências pessoais de pesquisa e, ao mesmo tempo, por reflexões que se fazem no âmbito coletivo, no seio de uma comunidade intelectual. Dessa maneira, a reconstrução do horizonte de retrospectção de um autor configura-se como uma tarefa complexa, mas, imprescindível, para que se possa alcançar a compreensão efetiva de seu ideário.

Além de delinear o horizonte de retrospectção de Evanildo Bechara, ainda no primeiro capítulo, buscaremos empreender uma análise comparativa das duas versões da MGP, revelando aspectos organizacionais e de conteúdo que possam apontar indícios de como o autor maneja as teorias apresentadas, em cada versão da obra, no tratamento linguístico.

No segundo capítulo, daremos continuidade à análise comparativa das duas versões da MGP, enfocando as teorias linguísticas apresentadas em cada versão, pela análise, especialmente, das ideias do autor, de acordo com o que declara na introdução de ambas as edições da gramática. Nesse capítulo, também, por meio da análise e comparação da abordagem dada pelo autor à variação de grau dos substantivos e adjetivos e ao gênero dos substantivos, pretendemos demonstrar como a

orientação estruturalista se apresenta na obra original e permanece em sua versão atualizada. Ademais, estabeleceremos uma análise comparativa do tratamento dado por Bechara ao advérbio nas duas versões da MGP, buscando compreender e exemplificar o modo pelo qual se configura a complementaridade teórica, pelo estruturalismo e pelo funcionalismo, na obra em estudo, demonstrando que o autor não estabelece, de fato, uma ruptura com as teorias que embasam a primeira versão da MGP, mas acrescenta à segunda, novas ideias, de forma complementar.

Enfim, considerando as inovações teóricas anunciadas pelo autor quando da segunda versão da MGP, no terceiro capítulo da dissertação, almejamos evidenciar como se configuram essas novas ideias linguísticas. Para esse fim, consideramos pertinente analisar a abordagem dada por Bechara ao estudo do “verbo”, em cada versão da gramática, visto que a edição de 1999 anuncia, efetivamente, um tratamento inovador ao focalizar os conceitos de “categorias verbais” e “aspecto verbal”.

CAPÍTULO 1

Bechara e a *Moderna gramática portuguesa*

Este primeiro capítulo tem como objetivo central apresentar o autor e sua obra, procurando relacionar fatores externos e internos à MGP, que sejam relevantes para sua análise.

Para tanto, antes de tudo, apresentaremos dados biográficos, especialmente aqueles relacionados à trajetória acadêmica e profissional de Evanildo Bechara, que se façam relevantes para esta pesquisa, e buscaremos delinear o horizonte de retrospecto do autor, com o intuito de identificar as influências sofridas em seu percurso como estudioso da língua portuguesa e gramático.

Entre os autores que orientaram decisivamente seus estudos, além de Said Ali (1861–1953), destacam-se as figuras de Joaquim Mattoso Câmara Junior (1904–1970) e de Eugenio Coseriu (1921–2002), o que se comprova tanto pela análise dos prefácios das duas versões da MGP, quanto pela observação das citações e referências feitas a esses estudiosos no corpo dos textos gramaticais em estudo.

Além disso, ainda neste capítulo, empreenderemos uma análise comparativa das duas versões da MGP, destacando e discutindo, neste momento, aspectos organizacionais e de conteúdo, coincidentes e divergentes.

Sendo assim, este capítulo, primeiramente, visa a investigar questões fundamentais para os parâmetros temporal e espacial relativos ao autor e, em segundo lugar, apresentar o sistema de objetos em análise (ou seja, as duas versões da MGP), relacionando-o ao percurso de Evanildo Bechara.

1.1 O autor

Nascido na cidade de Recife, Pernambuco, em 26 de fevereiro de 1928, Evanildo Cavalcante Bechara mudou-se para o Rio de Janeiro aos onze anos de idade, passando aos cuidados de um tio-avô, com o intuito de completar seus estudos.

Nos textos de cunho biográfico e autobiográfico que pudemos examinar sobre o autor, notamos a referência reiterada de uma precoce dedicação aos estudos linguísticos, o que pode ser comprovado pelo fato de, ainda muito jovem, aos dezessete anos, Bechara ter escrito um ensaio, intitulado *Fenômenos de Intonação*, publicado posteriormente, em 1946.

Segundo relato do próprio autor (BECHARA, 2008, p. 13-14), ao final do curso ginásial, entrou em contato com a obra *Lexeologia do português histórico*, de Manuel Said Ali, e, comparando-a com a *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira – seu “livro de cabeceira” até então –, considerou-a inovadora, o que o fez ler outras obras daquele de quem seria discípulo, posteriormente. Assim, ao prosseguir nas leituras, uma dúvida fez com que Bechara procurasse pelo professor Said Ali pessoalmente.

A recepção do professor ao jovem estudante possibilitou, pouco tempo depois, que se iniciasse uma convivência próxima entre os dois, o que orientou Bechara, não só em seus primeiros passos no caminho dos estudos linguísticos, mas em todo o seu percurso como estudioso da língua. Tal fato pode ser atestado pelas dedicatórias feitas ao Mestre, mas, principalmente, pelo aproveitamento de suas ideias e pelas inúmeras referências que Bechara lhe faz na MGP e em outros trabalhos.

Said Ali foi um filólogo e gramático que viveu na transição do século XIX para o XX, fazendo parte de um período em que os estudos linguísticos de natureza filosófica perderam força e, então, passou a predominar a perspectiva linguística de natureza científica.

Cavaliere (2002) denomina o segundo período referido anteriormente como “período científico”, dividindo-o em duas fases distintas: “fase fundadora” e “fase legatária”. Ademais, o autor destaca a participação de Said Ali em ambas as fases,

pelo vanguardismo na macrovisão da sinopse gramatical em sua *Gramática secundária*, cuja primeira edição remonta ao início dos anos 20 (ALI, 1966) e nos estudos semânticos em língua oral publicados nos *Meios de expressão e alteração semântica*, vindos a lume no início dos anos 30 (ALI, 1971). (CAVALIERE, 2002, p. 113).

Bechara também exalta esse espírito vanguardista de Said Ali em mais de uma passagem, afirmando, por exemplo, que o Mestre é o primeiro gramático a considerar o “falante” em sua obra e, também, o primeiro a manifestar influências do *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure (BECHARA, 2008, p. 13).

A consideração do falante na obra de Said Ali, a que se refere Bechara, pode ser notada em sua *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. No capítulo inicial “Gramática e sua divisão”, Said Ali diz: “As regras gramaticais são estabelecidas segundo o *uso* geral, a *prática* das pessoas cultas e a dos bons escritores.” (SAID ALI, 1969, p. 15, grifo nosso), o que demonstra, ao menos, a consciência do autor acerca do papel do usuário da língua.

Da mesma forma, ao tratar dos pronomes pessoais, Said Ali destaca, mesmo que de maneira indireta, o valor do usuário da língua na constituição da norma:

O pronome pessoal *tu* tem aplicação muito limitada. No trato familiar, é admissível havendo muita intimidade ou liberdade. No Brasil vai sendo desbancado pelo termo *você*. O plural, dadas as mesmas condições, é *vocês*, e não *vós*.

O pronome *vós* caiu em desuso. Conserva-se nas preces, no estilo oratório, na poesia, na linguagem de ficção, falando de seres inanimados, e no estilo oficial. Pode-se aplicar a uma ou mais pessoas. (SAID ALI, 1969, p. 62).

Por meio de Said Ali — que mantinha contato com membros da Academia Brasileira de Filologia —, Bechara teve a oportunidade de ser indicado para acompanhar o professor Lindolfo Gomes, já em idade

avançada, nas idas à instituição. Esse fato, certamente, possibilitou a Bechara, antes mesmo de ingressar no curso de graduação, entrar em contato com discussões aprofundadas e atualizadas acerca dos estudos linguísticos à época, como concluímos a partir de relato do próprio gramático: “[...] eu o [Lindolfo Gomes] levava e ficava ouvindo as discussões: era Mattoso Câmara, era Antenor Nascentes, era Serafim da Silva Netto, era Júlio Nogueira, eram os professores do Colégio Militar. [...]” (BECHARA, 2008, p. 18).

Com relação ao perfil de estudioso e pesquisador de Evanildo Bechara, Cavaliere comenta o seguinte:

[...] a juventude letrada na metade do século XX, não obstante já se abeberasse das novas tendências estruturalistas, mantinha as bases de uma tradição filológica fortemente influenciada pelos estudos históricos, consolidada entre nós desde a segunda metade do século XIX com o advento da denominada Gramática Científica. [...]
Evanildo Bechara é um dos exponenciais representantes dessa geração brasileira em que a Linguística e a Filologia se irmanam em prol do labor científico. (CAVALIERE, 2008/2009, p. 195).

Assim, o autor dos *Primeiros ensaios sobre a língua portuguesa* — que é publicado em 1954 e trata essencialmente de questões filológicas — lança, sete anos depois, uma obra gramatical em que evidencia a influência das ideias linguísticas de base estruturalista, apresentadas no Brasil por Joaquim Mattoso Câmara Jr.

Mattoso Câmara, tendo acesso às teorias dos linguistas norte-americanos e europeus em destaque na primeira metade do século XX, tornou-se divulgador dessas teorias, lançando, em 1941, seus *Princípios de Linguística Geral* (obra que resultou de um curso pioneiro ministrado pelo Professor na Universidade do Distrito Federal em 1938).

Sobre a influência de Said Ali e de Mattoso Câmara nessa primeira versão da MGP, Bechara (2016, informação verbal⁴) relata:

⁴ Informação fornecida por BECHARA em comunicação pessoal, na Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro, em maio de 2016.

Essa gramática nova saiu em 1961, ano da primeira edição. Então, quais foram os fundamentos que eu levei para essa gramática? Principalmente, os fundamentos aprendidos nas lições do professor Said Ali e com os autores mais modernos. Eu conheci Said Ali quando estava com meus quinze para dezesseis anos e ele, com oitenta e um, em um encontro que deu um norte diferente à minha vida. Com o Said Ali, eu tinha todo o conjunto de obras dele, tinha a *Gramática Histórica*, a *Gramática Secundária* e a *Gramática Elementar*, além de *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Então, o primeiro autor que foi o “carro-chefe” em minha vida foi o professor Said Ali, mas acontece que ele era de uma época mais antiga e, já naquele momento, muita coisa precisava ser modernizada no campo dos estudos linguísticos, então, na época, meu “modernizador” foi Mattoso Câmara, que estava introduzindo os estudos de Linguística no Brasil. (BECHARA, 2016, informação verbal⁵).

Ao afirmar as ideias do professor Said Ali como “carro-chefe” no âmbito da descrição linguística feita e, ao mesmo tempo, atestar a influência dos conhecimentos trazidos por Mattoso Câmara, na primeira versão da MGP, Bechara evidencia uma característica do processo de construção de conhecimento que é próprio da ciência e à qual Auroux (2008) denomina “co-presença dos conhecimentos”, apontando-a como inerente ao horizonte de retrospectão.

Assim, no horizonte de retrospectão de Evanildo Bechara, esses e outros conhecimentos se fazem co-presentes, dialogam, retratando o progresso científico no que diz respeito aos estudos linguísticos. Conforme afirma Auroux: “O fato de que haja progresso supõe que nos tempos anteriores não se podia ter acesso aos mesmos conhecimentos; o passado da ciência não tem a mesma consistência que o seu presente”. (Auroux, 2008, p. 144). Então, entendemos a co-presença de conhecimentos como algo necessário à própria transformação do conhecimento científico.

A influência de Mattoso Câmara, assim como a de Said Ali, pode ser observada não só por citações diretas feitas na gramática. Nessa primeira versão, logo na Introdução, ao delinear o conceito de “língua”, Bechara pronuncia-se da seguinte forma: “Entende-se por *língua* ou *idioma* o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende.” (BECHARA, 1997 [1961], p. 23, grifos do autor). Essa definição

⁵ O texto da citação, referente à entrevista concedida pelo professor Evanildo Bechara, em interação presencial face a face, foi retextualizado para se acomodar ao sistema da escrita acadêmica.

apresenta similitude com o que expõe Mattoso, nos *Princípios de Linguística Geral*, ao definir “língua” como “um sistema de elementos vocais comum a todos os membros de uma dada sociedade e que a todos se impõe como uma pauta ou norma definida” (MATTOSO CÂMARA, 1989 [1941], p. 24), fazendo referência direta a Saussure. Além disso, assim como Mattoso, o autor da MGP demonstra ter assimilado a noção de arbitrariedade.

Faz-se pertinente notar que Cavaliere destaca o fato de que, em grande parte, a obra de Mattoso Câmara apresenta um caráter essencialmente prático na descrição do português e, ao comentar o perfil de linguista do autor, adverte que “[...] o próprio Mattoso não era um teórico na acepção do termo, mas um divulgador da teoria estruturalista [...]” (CAVALIERE, 2014, p. 143).

No entanto, isso em nada parece diminuir a importância de Mattoso Câmara para as Letras no Brasil, pois, acerca da relevância dos *Princípios* para o desenvolvimento dos estudos linguísticos em nosso país, o estudioso declara: “[e]ssa obra única em nosso panorama historiográfico viria a transformar-se decerto na mais importante contribuição teórica do século passado para o desenvolvimento de um saber e um pensar sobre a língua em nossa terra.” (CAVALIERE, 2014, p.141-142).

A respeito de Mattoso Câmara e de sua obra inaugural, Altman afirma que

Mattoso não propôs, nos *Princípios*, uma teoria própria, ao contrário, inaugurou uma prática que traria importantes consequências para as gerações que o sucederam, que consistia em derivar ideias linguísticas da Europa e dos Estados Unidos e aplicá-las na descrição do Português. (ALTMAN, 2003, p. 102).

A observação de Altman, além de respaldar a opinião de Cavaliere no tocante ao perfil de Mattoso Câmara, indica uma postura que realmente acreditamos ter sido repetida por Evanildo Bechara, se considerarmos que o autor adere ao estruturalismo, aplicando-o à MGP em sua primeira versão, e, tempos depois, ao entrar em contato com as teorias apresentadas por Eugenio Coseriu, passa a estudá-las e incorpora muitos de seus conceitos à segunda versão de sua obra gramatical.

Segundo relato de Marlit Bechara (2008), o autor da MGP conheceu Eugenio Coseriu na primeira visita deste ao Brasil, na década de 1950. A partir de então, Evanildo Bechara manteve contato próximo com Coseriu e tornou-se, inclusive, responsável pela tradução de alguns de seus trabalhos. A influência do linguista romeno na obra de Bechara pode ser observada na segunda fase da MGP (a partir da 37ª edição), quando o autor apresenta uma teoria gramatical cujos princípios sobre descrição linguística seguem essencialmente os fundamentos apresentados por Eugenio Coseriu.

Em depoimento, Bechara reafirma a influência de Coseriu na segunda versão da MGP e, ainda, destaca a importância do português J. G. Herculano de Carvalho e do espanhol Alarcos Llorach:

Mas é claro que nós continuamos estudando. A Linguística foi-se espalhando, foi alargando seus tentáculos e, então, eu passei a ter outros mestres. [...] Então a gramática, nessa renovação, depois de trinta anos [...], já passou a ter uma nova visão. Dentro dessa nova visão, dois autores, intimamente relacionados, começaram a produzir seus efeitos nessa nova edição. Esses dois autores foram Eugenio Coseriu e, muito ligado a Eugenio Coseriu, porque se considerava seu discípulo, o grande linguista Herculano de Carvalho. De modo que esses dois teóricos foram muito influentes nessa fase. [...] Outro linguista que exerceu uma boa influência em meu fazer teórico foi o professor Alarcos Llorach, um grande linguista que trabalhou com a reformulação da *Gramática Española* da Real Academia e que foi, finalmente, a última das grandes influências. (BECHARA, 2016, informação verbal).

Vale observar também que, entre as publicações de Bechara, além da *Moderna gramática portuguesa*, figura uma vasta produção de artigos e livros, que apresentam e discutem questões linguísticas, gramaticais e aspectos relacionados ao ensino do idioma, além de farta bibliografia de cunho filológico e de crítica textual.

Não há dúvida de que os trabalhos de Evanildo Bechara têm o reconhecimento da comunidade acadêmico-científica. Sua notoriedade pode ser comprovada não só por sua extensa produção bibliográfica e por seus títulos, mas também pelos prêmios a ele concedidos por órgãos como a Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro e a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.

Certamente, por essa inegável notoriedade, Bechara foi incentivado por um grupo de amigos, já membros da Academia Brasileira de Letras (ABL), a ingressar na instituição. Segundo depoimento do próprio acadêmico, na entrevista citada, Domício Proença Filho (funcionário da ABL à época e, hoje, também acadêmico), sob a justificativa da necessária presença de um linguista na Academia, insistiu para que Bechara se candidatasse, no ano 2000, à vaga de Barbosa Lima Coutinho.

Bechara aceitou a proposta e se apresentou como candidato, mas, ao considerar que seu oponente apresentava mais ligação com o acadêmico falecido, que tinha um perfil político, retirou sua candidatura, voltando a se candidatar alguns meses depois e, então, passando a ocupar a Cadeira 33, na sucessão de Afrânio Coutinho, como podemos verificar no seguinte trecho:

[...] Quando morreu Afrânio Coutinho — que foi diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e era uma pessoa da área, ligada a nós e etc. —, eu me candidatei a essa vaga, e foi então que eu passei a fazer parte da ABL. [...] A Academia não tinha filólogos, o que constituía um grande problema para a língua portuguesa, porque, como não havia especialistas de língua, nunca Portugal e Brasil se identificavam quanto ao problema ortográfico. Todas as dificuldades de Portugal e Brasil nunca chegarem a um acordo ortográfico se deram porque Portugal trazia gente do mais alto valor e conhecimento extraordinário da língua, da história da língua, e a ABL não tinha um representante que entendesse do assunto. (BECHARA, 2016, informação verbal).

Desde então, Evanildo Bechara vem atuando ativamente na ABL, onde já exerceu cargos como Diretor Tesoureiro e Secretário Geral e é membro da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia e da Comissão de Lexiologia e Lexicografia. Destacamos que o acadêmico foi o único representante brasileiro na Comissão do Novo Acordo Ortográfico⁶ e coordenou a nova edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, publicada em 2009.

Outras informações acerca das orientações teóricas apresentadas pelos autores que compõem o horizonte de retrospectão de Evanildo

⁶ O Acordo Ortográfico a que nos referimos foi promulgado em 29 de setembro de 2008 (pelo decreto n° 6583) e sua implementação obedeceu ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015 (determinado pelo decreto n° 7875, de 27 de dezembro de 2012).

Bechara serão discutidas mais detalhadamente no decorrer desta dissertação.

1.2 A MGP: confrontando edições

A *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, foi primeiramente publicada em 1961 e, então, reeditada 35 vezes até 1997, alcançando sua 36ª edição. Na 37ª edição, publicada em 1999, constata-se, na verdade, uma nova versão da obra.

A primeira versão da MGP foi elaborada devido a um convite feito a Bechara, em 1960, pela Companhia Editora Nacional, para atualizar a *Gramática expositiva – curso superior*, de Eduardo Carlos Pereira. Segundo relato de Marlit Bechara (2008, p. 51), tal convite teria sido fruto do grande sucesso atingido pela obra *Lições de português pela análise sintática*, publicada em 1960.

Nesse contexto, o professor Evanildo Bechara, então, aceitou o convite para atualizar a obra de Pereira, porém, seu trabalho ultrapassou os limites de uma atualização e veio a constituir uma nova obra, como ele mesmo relata:

[...] Recebi o convite em 1960 da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, para atualizar a nova edição da *Gramática expositiva – curso superior*, de Eduardo Carlos Pereira (1885-1923) que, publicada em 1907, chegara à sua 114ª edição em 1958. Ao completar a tarefa da parte de *Fonética*, no início de 1960, convenceu-se a direção da referida Editora de que estava diante de uma nova obra, uma vez que eram tantas as inovações introduzidas na *Fonética*, acrescida de uma nova disciplina -, a *Fonologia*. Encomendou-me uma nova obra que, com o título de *Moderna gramática portuguesa*, sairia em 1961 [...] (BECHARA, 2014, p. 25).

Ao examinar a primeira versão da MGP, comparando-se os cinco testemunhos de que dispomos e que correspondem às 3ª, 11ª, 18ª, 22ª e 36ª edições, pequenas diferenças são notadas. Enquanto os três primeiros testemunhos apresentam-se em 461 páginas, o quarto e o quinto contêm

374 páginas; no entanto, essa diferença deve-se, essencialmente, a uma nova diagramação da obra.

Nas folhas de rosto, notam-se, sob os títulos, as menções “Curso médio”, na 3ª, na 11ª e na 18ª edições, e “Cursos de 1º e 2º graus”, na 22ª e na 36ª. Essa atualização de nomenclatura poderia indicar uma alteração de conteúdo, já que a obra passa a destinar-se, também, ao curso de 1º grau; entretanto, o conteúdo da obra permanece o mesmo, constatando-se somente pequenas alterações na organização dos índices, com acréscimo de subtítulos não indicados nas edições anteriores, mas que já compunham o conteúdo do texto gramatical.

Ainda sob os títulos, notam-se, nas edições de números 3, 11 e 18, as menções “Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira” e, nas 22ª e 36ª edições, há também a indicação da atualização da ortografia, de acordo com o mais recente acordo ortográfico, à época.

Consideradas as pequenas diferenças, especialmente relacionadas à formatação e à atualização ortográfica, utilizaremos o último testemunho da primeira versão da MGP (ou seja, o exemplar da 36ª edição) como fonte de estudo representativa dessa versão.

Quanto à segunda versão da MGP, observamos que, na 38ª edição, publicada em 2015, apesar de constarem atualizações e alguns acréscimos significativos, Bechara manteve a teoria apresentada na 37ª edição e, como nosso objetivo, reside, essencialmente, na investigação de como o autor utilizou a teoria moderna, o funcionalismo coseriano, para descrever os fatos linguísticos, detivemo-nos na análise da 37ª edição, como testemunho representativo da segunda versão da obra.

Ao compararmos as versões da gramática em estudo, a primeira notável diferença reside no número de páginas que cada uma apresenta: enquanto a primeira é composta por 461 ou 374, a depender da edição, a segunda apresenta 669 páginas. Esse fato indica um acréscimo de conteúdo, o que pode ser facilmente confirmado pela comparação entre o índice/sumário de cada versão, como veremos adiante.

1.2.1 A contextualização das edições

Para contextualizar as edições da *Moderna gramática portuguesa*, teceremos alguns comentários acerca de seus prefácios, buscando relacionar as informações destacadas ao contexto social, político e educacional, quando isso se fizer pertinente.

Primeiramente, salientamos que, nos cinco testemunhos analisados, foi mantido o prefácio da 1ª edição, o que pode ser comprovado, pois o mesmo texto é reproduzido na 37ª edição sob o título “Prefácio da 1ª edição (1961)”.

Ao escrever a primeira versão de sua *Moderna gramática portuguesa*, Evanildo Bechara explicita, no parágrafo inicial do Prefácio, seus objetivos com relação à obra:

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguesa* foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país. [...] (BECHARA, 1997 [1961], p. 21).

Tal afirmação indica claramente que o autor pretende contribuir para a prática dos professores de língua portuguesa, ao lhes oferecer um instrumento de trabalho que, ao ser “escrito em estilo simples”, facilitaria aos estudantes a compreensão dos conteúdos e, de certa forma, dá indicações de como procurou se inserir nos contextos educacional e intelectual vividos no país à época: acompanhando os “progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram”, ou seja, apresentando a matéria de acordo com o conhecimento linguístico baseado nas pesquisas acadêmico-científicas mais recentes no período.

No âmbito educacional, o período que se estende do início da segunda metade da década de 40 até o início da década de 60 foi marcado por polêmicas acerca da educação nacional, retomando o caráter de “luta de classes” instaurado nesse mesmo terreno após a Revolução de

30: de um lado, havia uma crescente pressão social pela democratização do ensino e, de outro, o controle das elites que se mantiveram no poder.

Com a queda da ditadura de Vargas, foi promulgada a Constituição de 1946, que, segundo Romanelli (2007), inspirava-se nas doutrinas sociais do século XX e pareceu exercer influência no contexto educacional: “[...] foi, pois, baseado na doutrina elaborada pela Carta de 1946, que o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional.” (ROMANELLI, 2007, p. 171).

Assim, em novembro de 1948, o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi encaminhado à Câmara Federal, iniciando um debate acerca da educação nacional que perdurou por 13 anos, quando, em 1961, a Lei 4.024 foi, enfim, promulgada.

Apesar da campanha empreendida por professores, estudantes e intelectuais — muitos deles ligados à Universidade de São Paulo, como Florestan Fernandes —, em favor da educação pública durante esse período, pouco se conquistou: em 1961, quando foi implantada, a LDB já se mostrou ultrapassada por não propor mudanças significativas ao sistema educacional brasileiro, ou seja, já não dava conta de satisfazer às necessidades de desenvolvimento apresentadas pela conjuntura social.

De acordo com Romanelli, os responsáveis pela autoria e pela propugnação da LDB

[...] demonstraram perfeitamente que estavam imbuídos de uma mentalidade retrógrada, muito mais voltada para o nosso passado e ideologicamente muito mais ligados à velha ordem social aristocrática, ao velho sistema pré-capitalista do que ao novo sistema capitalista em plena implantação no seio da sociedade e economia brasileiras. (ROMANELLI, 2007, p. 185).

Nesse contexto, parece-nos que os objetivos apresentados por Bechara, no Prefácio da 1ª edição da MGP, de certa forma, convergem com os anseios de democratização à educação, tema constante dos debates sobre educação popular no período (e defendido por seus pares:

educadores e intelectuais), mesmo que isso não se configurasse como uma intenção declarada do autor.

É importante salientar, ainda, que a MGP foi concebida e publicada em um momento histórico de institucionalização da disciplina Linguística nos cursos de Letras do país e, segundo o próprio autor, “nasceu sob a égide do movimento renovador dessa ‘gramática tradicional’” (BECHARA, 2014, p. 25). Tal movimento renovador é marcado pela disseminação do Estruturalismo, teoria que o autor apresenta na primeira versão da gramática, visto que, neste momento, apesar de revelar influência das ideias linguísticas de cunho histórico-comparativo do mestre Manoel Said Ali, a quem dedica com exclusividade essa versão, faz muitas referências a Joaquim Mattoso Câmara Jr., precursor da teoria estruturalista no Brasil.

Retornando ao Prefácio de 1997 [1961], observamos que, ao esclarecer seus objetivos, Bechara também indica que, apesar de trazer inovações teórico-metodológicas, naquele momento, não tem a intenção de estabelecer uma ruptura com a tradição greco-latina: “[...] Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto explica por que esta Moderna Gramática traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico” (BECHARA, 1997 [1961], p. 21).

Assim, entendemos que, mesmo demonstrando conhecimento acerca das novas tendências linguísticas que se firmavam no Brasil e declarando-se adepto dos estudos linguísticos contemporâneos, o autor não assume uma postura de ruptura com a gramática tradicional, mas propõe, com a adesão à teoria estruturalista, uma renovação de aspectos da tradição.

Além disso, desde a 1ª edição da MGP, o autor declara seguir as determinações na Nomenclatura Gramatical Brasileira, aprovada em 1958 e adotada definitivamente a partir de 1959, ampliando a gama de assuntos tratados, mas sem desrespeitar a proposta de terminologia única para as gramáticas da língua portuguesa: “Seguimos a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Os termos que aqui se encontrarem e lá faltam não

se explicarão por discordância ou desrespeito; é que a NGB não tratou de todos os assuntos aqui ventilados.” (BECHARA, 1977 [1961], p. 21).

Consideramos pertinente e interessante observar que esse parêntese aberto por Bechara, ressaltando sua adesão à Nomenclatura e esclarecendo que, apesar de não se restringir ao que lá foi estipulado, não discorda nem desrespeita a NGB, relaciona-se ao que mostram alguns estudos específicos acerca do assunto, apontando para o fato de que a instituição da NGB não foi livre de efeitos sobre o conhecimento acerca da língua e sobre o labor dos gramáticos. Como afirma Santos:

Com esse decreto, impõe-se uma homogeneidade terminológica, buscando apagar a materialidade da função-autor brasileira, de modo a cristalizar a gramática, isto é, de reduzi-la a uma nomenclatura fixa, submetendo o trabalho do gramático às normas do Estado. (SANTOS, 2013, p. 38).

Por um lado, a afirmação de Santos é válida e pode ser, de certa forma, comprovada pela análise da obra de Bechara, visto que é possível encontrar, nas duas versões da MGP, observações do autor acerca da NGB, sempre que confere a um determinado tópico uma abordagem diferente daquela recomendada pela nomenclatura oficial.

Na versão inicial da MGP, por exemplo, ao tratar dos adjetivos, Bechara subdivide-os em “explicativos” e “restritivos”, como podemos observar a seguir:

Adjetivo é a expressão modificadora que denota qualidade, condição ou estado de um ser [...].

Adjetivo explicativo e restritivo. – O *adjetivo* pode ser *explicativo* ou *restritivo*.

EXPLICATIVO é o que designa uma qualidade, condição ou estado essencial ao ser:

Homem *mortal* — Água *mole* — Gelo *frio*

RESTRITIVO o que designa qualidade, condição ou estado accidental ao ser:

Homem *bom* — Água *morna* — Gelo *pequeno* (BECHARA, 1977 [1961], p. 88, grifos do autor).

O texto da NGB não apresenta o conceito de “adjetivo”, mas apresenta os termos a ele relacionados, indicando-nos, de certa forma, o que precisaria ser abordado nas gramáticas e outras obras didáticas, a saber:

III – Adjetivo:

1. Formação do adjetivo: primitivo e derivado; simples e composto.
2. Flexão do adjetivo:
 - a) em gênero: masculino e feminino;
 - b) em número: singular e plural;
 - c) em grau: comparativo de igualdade; de superioridade (analítico e sintético); de inferioridade.
 Superlativo: relativo (de superioridade de inferioridade); absoluto (sintético e analítico).
3. Locução adjetiva. (OLIVEIRA, 1959, p. 18).⁷

Como vemos, não há apontamentos quanto a tipos de adjetivos e, desse modo, poderíamos entender, assim como Bechara, que a NGB simplesmente não aborda esse assunto; entretanto, Oliveira (1959), em texto que comenta a NGB, citando a definição do *Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira* para o verbete “adjetivo”, esclarece que:

ADJETIVO — “...é a palavra que, posta ao lado de um substantivo com o qual concorda em gênero e número, exprime a aparência exterior, o modo de ser, ou uma qualidade de tal substantivo: automóvel *branco*, química *orgânica*, aluno *inteligente*” (AS⁸)./NOTA — Não há “tipos” de adjetivos. Ao se declarar que uma palavra é adjetivo está explícito que ela “qualifica” — isto é, indica uma qualidade do substantivo. Os chamados “adjetivos determinativos” encontram-se na classe dos pronomes [...]. (OLIVEIRA, 1959, p. 50).

Então, ao optar por distinguir tipos de adjetivos, Bechara justifica essa incompatibilidade com o decreto, acrescentando a seguinte nota de rodapé: “A NGB não divide os adjetivos em *explicativos* e *restritivos*; fizemo-lo aqui porque esta distinção é necessária para casos de pontuação, de sintaxe e de estilística” (BECHARA, 1977 [1961], p. 88, grifos do autor).

Mesmo adotando a postura de não seguir estritamente o que é estabelecido pela NGB em alguns momentos, o autor se justifica. Tal posicionamento, apesar de revelar a tentativa de garantir a sua função-autor no texto gramatical, não deixa de ser guiado pelas normas da NGB

⁷ Excerto retirado da obra *Nomenclatura Gramatical Brasileira: Comentários, Definições e Exemplos*, elaborada por Cândido de Oliveira, que traz, em sua primeira parte, o texto oficial da NGB.

⁸ A sigla AS corresponde a “Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira”.

e, conseqüentemente, do Estado, que visava à unidade nacional, o que é refletido na instituição de uma nomenclatura uniforme.

Na segunda versão da MGP, Bechara já não se refere mais à NGB no Prefácio, como também não o faz ao tratar inicialmente dos adjetivos, apesar de identificar três distinções relacionadas a funções específicas que poder ser exercidas por essa classe de palavras:

Adjetivo – é a classe de lexema que se caracteriza por constituir a delimitação, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma parte ou a um aspecto do denotado.

[...]

A delimitação apresenta distinções; pode ser explicação, especialização e especificação, expressos por instrumentos verbais correspondentes: os explicadores, os especializadores e os especificadores. Os explicadores destacam e acentuam uma característica inerente do nomeado ou denotado. Os especializadores marcam os limites extensivos ou intensivos pelos quais se considera o determinado, sem isolá-lo nem opô-lo a outros determináveis capazes de caber na mesma denominação. Os especificadores restringem as possibilidades de referência de um signo, ajuntando-lhe notas que não são inerentes a seu significado. (BECHARA, 1999, p. 142-142).

Essa abordagem inicial dada aos adjetivos pelo autor na segunda versão da gramática poderia nos indicar um “descolamento” da NGB, visto que, apesar de manter a distinção dos tipos de adjetivos, acrescentando-lhe ainda um novo tipo, Bechara não apresenta uma justificativa nem faz referência à nomenclatura oficial. No entanto, ao dar continuidade ao estudo dos adjetivos, Bechara esclarece que mantém a expressão de grau, entendida por ele como um processo de derivação e não, de flexão, como recomenda a NGB, voltando a se remeter ao documento:

Flexões do adjetivo – O adjetivo se combina com certos signos gramaticais para manifestar o número, o gênero e o grau. **O grau, entretanto, não constitui, no português, um processo gramatical** e, assim, deve ser excluído da nossa descrição como tal, à semelhança do que já fazem as gramáticas de outras línguas românicas. **O grau, com certas reservas, figura aqui, por ter sido ainda contemplado pela NGB.** (BECHARA, 1999, p. 145, grifamos).

Entendemos, dessa forma, que, apesar da evidente discordância, o assunto ainda é tratado pelo autor como um conteúdo gramatical devido

aos limites impostos pelo documento, como um resquício do contexto sociopolítico em que foi implementado.

Por outro lado, não se pode negar à NGB o mérito de tornar mais legível e compreensível a descrição linguística. Segundo Costa (2013),

[a]s gramáticas produzidas no final do século XIX e no início do século XX, embora buscassem se distanciar do modelo português, recebiam forte influência das ideias científico-filosóficas e da tradição historicista que circulavam em outros países. Sendo assim, em decorrência das distintas filiações doutrinárias e de acordo com o ponto de vista pedagógico dos gramáticos, não tardou para que houvesse uma enorme profusão de nomes diversificados nos compêndios gramaticais, fato que, a partir de meados da década de 40 do século XX, passou a preocupar professores e principalmente os alunos que não sabiam qual terminologia adotar nos concursos oficiais prestados. (COSTA, 2013, p. 109).

Sob esse ângulo, ao instituir um padrão a ser seguido, a nomenclatura oficial poderia ser encarada como um fator de democratização do estudo da língua portuguesa, pois, conforme nos relatou o professor Evanildo Bechara (informação verbal):

[...] Havia um problema muito sério causado por uma plethora de nomes, que acarretava dificuldades para os alunos e para os professores. Naquele tempo, além da prova escrita, havia uma prova oral, então, por causa da diversidade de nomenclaturas, era possível que um aluno fosse aprovado por um professor e reprovado por outro. Então, o Ministério da Educação procurou uma nomenclatura que fosse um consenso entre os professores. [...] Assim surgiu a Nomenclatura Gramatical Brasileira. (BECHARA, 2016, informação verbal).

Mais de trinta anos demarcam o período entre os lançamentos das duas versões da MGP. Nesse intervalo, a Linguística — já disciplina universitária — estabilizou-se no país, os estudos linguísticos apresentaram grandes avanços e Bechara demonstra ter acompanhado tal evolução.

Em 1999, ao publicar a 37ª edição da MGP, Bechara anunciou, em novo Prefácio, a atualização da gramática, esclarecendo que essa reformulação resultou não só de seu próprio amadurecimento como estudioso da linguagem, mas também das críticas recebidas:

Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um **novo livro**. (BECHARA, 1999, p. 19, grifo nosso).

Como se vê, o próprio autor considera que a 37ª edição da MGP (que demarca o início da segunda fase da obra), em verdade, configura-se como uma nova obra, já que a revisão se deu de forma ampla e conscienciosa, a partir de um novo embasamento teórico, com vistas a atualizar a obra no que tange à descrição e à discussão da norma linguística:

Difícilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa [...]. (BECHARA, 1999, p. 19).

Entendemos, assim, que, nessa segunda versão, o autor objetiva não apenas prescrever regras para o "bem falar" e para o "bem escrever", mas, conjuntamente, descrever fatos gramaticais recorrentes na norma culta escrita da língua portuguesa, sob a luz do funcionalismo coseriano.

Ainda no Prefácio, Bechara dedica a nova edição não só a M. Said Ali, mas também aos linguistas Eugenio Coseriu, J. G. Herculano de Carvalho e J. Mattoso Câmara Jr.

Mattoso Câmara é tido por Bechara como um "guia seguro desde o lançamento inicial da *Moderna gramática portuguesa*" e sua permanência como referência de destaque na versão atualizada indica que, novamente, apesar do anúncio da inovação, não ocorre uma total ruptura com o que foi apresentado na obra anterior.

A referência a Eugenio Coseriu, por sua vez, certamente assinala renovação e busca pela adequação da obra ao cenário contemporâneo dos estudos linguísticos.

Segundo Palma e Mendes,

[...] a partir dos anos 80, a Linguística do Discurso, preocupada com a heterogeneidade linguística e a língua em uso, sobrepõe-se à Linguística do Sistema, não impedindo, porém, que convivam os modelos formais e os funcionais na busca de explicação do funcionamento da linguagem. (PALMA & MENDES, 2008, p. 162).

O que as autoras dizem pode ser usado para interpretar a situação que se revela na MGP, a complementaridade teórica a que recorre o autor, como uma evidência da sintonia das ideias de Bechara com a forma de se tratar as teorias acerca das questões de linguagem em destaque naquele momento.

Reafirmando uma diretriz que já marcava a 1ª versão da MGP — a de vincular a gramática a uma teoria linguística —, o autor afirma:

A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta *Moderna Gramática Portuguesa*, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa [...]. (BECHARA, 1999, p. 20).

Dessa maneira, entendemos que Bechara objetiva, por meio de uma nova perspectiva, descrever a língua de modo a atribuir um caráter inovador à sua obra, intencionando efetivamente descrever fatos linguísticos observados e tornar sua gramática um instrumento que propicie ao leitor novos instrumentos teóricos para a reflexão sobre a língua portuguesa.

De acordo com Mulinacci,

[...] ao descrever inclusive fenômenos da língua falada no Brasil anteriormente rejeitados, Bechara parece se colocar um pouco na contramão da orientação prevalecente entre os gramáticos tradicionalistas, inaugurando, afinal, conquanto indiretamente, aquela *nouvelle vague* da gramaticologia contemporânea relativa ao português brasileiro que, depois de dois séculos de ostracismo cultural, talvez tenha encontrado mesmo nas páginas da MGP seu primeiro, provisório *ubi consistam*. (MULINACCI, 2016, p. 114-115).

As 36 edições da primeira versão da MGP em um período de trinta e oito anos comprovam sua aceitação entre professores de língua materna e estudantes nos cursos ginasiais e de 2º grau no cenário brasileiro, de 1961 até o final da década de 1990, assim como as edições da segunda

versão, já publicadas por quase duas décadas, a confirmam como obra de referência especialmente nos âmbitos universitário e acadêmico na atualidade.

1.2.2 Os sumários em confronto

Conforme apontado anteriormente, ao verificar a diferença de volumetria existente entre as duas versões da MGP, pode-se imaginar a diferença de conteúdo que apresentam. Ao colocar o índice da primeira versão em confronto com o sumário da segunda, a visualização das modificações propostas por Bechara na atualização da obra começam a ganhar nitidez⁹.

A análise do índice das duas versões da MGP evidencia, primeiramente, diferenças consideráveis na Introdução de cada uma das versões da obra.

A Introdução da versão de 1997 [1961], em três páginas, apresenta os seguintes itens: “Que é uma língua”, “A língua é um fenômeno cultural”, “Modalidades de uma língua”, “Objeto da Gramática”, “Divisão da Gramática”, “Partes da Gramática” e “Objeto da Estilística”. Em cada um desses itens, os conceitos são explorados de forma objetiva e sucinta, em uma perspectiva tradicionalista.

Já a Introdução da edição de 1999, com 33 páginas, divide-se em dois itens: “Breve história externa da língua portuguesa” e “Teoria gramatical”. No primeiro desses itens, o autor narra brevemente a história da língua portuguesa, determinando e descrevendo quatro períodos linguísticos pelos quais passou o que se denomina “português histórico” (documentado historicamente): português arcaico (séc. XIII ao final do XIV), português arcaico médio (1.^a metade do séc. XV à 1.^a metade do séc. XVI), português moderno (2.^a metade do séc. XVI ao final do XVII,

⁹ Cf. Anexo A.

podendo-se estender aos inícios do séc. XVIII) e português contemporâneo (séc. XVIII aos nossos dias). Dentro da nova proposta apresentada pelo autor, em que diferencia os conceitos de “língua histórica” e “língua funcional”, acreditamos que esse item se faz pertinente ao proporcionar ao leitor a visão de que o português, enquanto língua viva, sofreu — desde seu estabelecimento como língua histórica — e continua a sofrer variações e mudanças.

Em seguida, Bechara apresenta, em 29 páginas, sua “Teoria gramatical”, organizada nos seguintes subitens:

- A) Linguagem: suas dimensões universais.
- B) Planos e níveis da linguagem como atividade cultural.
- C) Língua histórica e língua funcional.
- D) Sistema, norma, fala e tipo linguístico.
- E) Propriedades dos estratos de estruturação gramatical.
- F) Dialeto — Língua comum — Língua exemplar. Correção e exemplaridade. Gramáticas científicas e gramática normativa. Divisões da gramática e disciplinas afins. Linguística do texto.

Um exame dos subitens anteriormente apresentados nos indicará claramente que o autor, com efeito, acresceu à obra novas ideias e novos conceitos consoantes com o desenvolvimento que se deu nos estudos linguísticos no intervalo de tempo que separa as duas versões da MGP. Essa indicação é confirmada pela leitura da Introdução da obra, que transparece como Bechara se apoia fortemente nas ideias do linguista romeno Eugenio Coseriu.

Dando prosseguimento à análise, é possível constatar uma alteração que parece muito significativa: ao tratar das partes da gramática, na segunda versão, Bechara não mais separa morfologia e sintaxe, integrando esses dois níveis de análise sob o título “Gramática descritiva e normativa — As unidades do enunciado”.

Essa opção do autor revela o que, no momento de revisão da obra, passa a ser efetivamente entendido como gramática: ao associar morfologia e sintaxe, o autor passa a encarar a gramática como um

conjunto de conhecimentos que visa à completude. Tal ideia é reforçada pelo subtítulo “As unidades do enunciado”, o qual pode indicar que o autor pretende abordar os fenômenos linguísticos numa perspectiva discursiva, destacando as relações que se estabelecem entre as diversas unidades do enunciado para que se tenha um todo significativo.

Nesse sentido, Cavaliere chama a atenção para o fato de que Bechara traz uma inovação considerável ao optar por excluir a Fonologia da jurisdição da Gramática:

Abandonando de vez o modelo estrutural tripartite *Fonética*, *Morfologia* e *Sintaxe*, consagrado pela Nomenclatura Gramatical de 1959 e que serviu de fundamento para a criação de tantas obras a partir da década de 1960, a *Moderna gramática* impõe severas modificações à estrutura orgânica da descrição do fato linguístico. (CAVALIERE, 2008/2009, p. 198).

Assim, Cavaliere indica ainda que Bechara apresenta uma concepção atualizada de “língua como sistema de estruturas abstratas”, em que o som diz respeito somente à parte material da linguagem, e que a referência aos fenômenos da Fonologia figura na obra por exigência pedagógica, considerando que, mesmo não compondo a gramática da língua, não deixam de apresentar-se como fatos de língua.

Ainda sobre a seção “Gramática descritiva e normativa — As unidades do enunciado”, cabe assinalar que, a despeito de manter a organização das classes de palavras a exemplo da gramática greco-latina, em alguns casos, o autor apresenta uma abordagem renovada no tratamento dos tópicos gramaticais, procurando atribuir-lhes um aspecto para além do normativo. Sobre isso, Leite afirma:

[...] Bechara (1999), embora apresente intocada a lista tradicional das classes de palavras, de acordo com a determinação da NGB, traz contribuições importantes à compreensão de cada uma delas, pela interpretação de aspectos gramaticais à luz do funcionalismo. [...] (Leite, 2014, p. 131).

Ao tratar dos pronomes relativos, por exemplo, Bechara incorpora ao texto gramatical o conceito de “relativo universal”, apresentando a seguinte explicação:

Relativo universal — Na linguagem coloquial e na popular pode aparecer o pronome relativo despidido de qualquer função sintática, como simples transpositor oracional. A função que deveria ser

desempenhada pelo relativo vem mais adiante expressa por um substantivo ou pronome precedido de preposição. É o chamado relativo universal que, desfazendo uma complicada contextura gramatical, se torna um “elemento linguístico extremamente prático” [KN. 1, V, 330¹⁰]:

Ali vai o homem *que* eu falei com ele.

por

Ali vai o homem *com quem* eu falei. (BECHARA, 1999, p. 201, grifos do autor).

Apesar de deixar claro que o uso descrito ainda não é aceito na norma culta escrita ao empregar a expressão “na linguagem coloquial e na popular” (marca que pode se perder com o passar do tempo no texto gramatical), a gramatização do relativo universal representa um avanço em relação a obras contemporâneas à segunda versão da MGP, como a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra, publicada em 1985, por exemplo.

Por fim, com relação ao item “Semântica”, constante apenas do índice da versão inicial da MGP, constatamos que seu conteúdo passa a integrar a seção “Gramática descritiva e normativa — As unidades do enunciado”, como um subitem denominado “Alterações semânticas”. Notamos, também, o subitem “Outras disciplinas ‘semânticas’”, que se configura como um acréscimo de conteúdo ao texto gramatical, com referências explícitas às ideias de Eugenio Coseriu sobre tal assunto.

1.2.3 A bibliografia: convergências e divergências

Ao analisarmos as referências e citações feitas por Bechara nas duas versões de sua gramática, tanto em notas de rodapé quanto no corpo do texto gramatical, observamos inicialmente que, enquanto na primeira versão da obra, o autor se refere a cerca de quarenta autores (entre eles, filólogos e linguistas), na 37ª edição, passa a apontar por volta de cem diferentes estudiosos da linguagem como referência.

¹⁰ NYROP, Kristofer. *Grammaire Historique de la Langue Française*, V, 6 vols. Copenhague, 1935.

Na versão inicial da MGP, Bechara cita representantes da Escola de Genebra, como Charles Bally, e do Estruturalismo americano, como Sapir e Bloomfield, o que demonstra o cuidado do autor em estar informado e atualizado com os estudos da linguagem, empenhando-se em conhecer as novas teorias que passavam a ser difundidas no Brasil pela figura de Mattoso Câmara (como indicado previamente), pelo estudo das fontes originais. No entanto, os três nomes que aparecem com maior frequência na obra são: Said Ali, Epifânio Dias, Mattoso Câmara, como se pode observar no quadro a seguir.

MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA		
	<i>1ª a 36ª edição</i>	<i>37ª edição</i>
Said Ali	26 citações	32 citações
Epifânio Dias	25 citações	29 citações
Mattoso Câmara	20 citações	11 citações
Mário Barreto	11 citações	33 citações
Eugenio Coseriu	0 citação	54 citações
Herculano de Carvalho	0 citação	18 citações
Emilio Alarcos Llorach	0 citação	16 citações

Quadro 1 – Referências relevantes nas duas versões da MGP.

Com relação à versão atualizada da MGP, salientamos o acréscimo de referências, entre as quais se destacam, primeiramente, o romeno Eugenio Coseriu, com 54 citações e, em seguida, o português J. G. Herculano de Carvalho (1924-2001) e o espanhol Emilio Alarcos Llorach (1922-1998), com 18 e 16 citações, respectivamente.

Um exame não muito apurado da obra poderia levar-nos à falsa ideia de que Evanildo Bechara apresenta, na 2ª versão da obra gramatical em estudo, quase exclusivamente, referências bibliográficas em divergência com a obra original. Todavia, ao realizarmos um levantamento

qualitativo e quantitativo dessas referências, notamos que, apesar de acrescer à obra novas ideias linguísticas, que, sem dúvida, incidem sobre sua orientação teórica, o autor não se afasta completamente das ideias de Said Ali, Epifânio Dias e Mattoso Câmara, como se pode verificar no quadro 2.

Tal constatação nos faz reafirmar que, na 2ª versão da MGP, Bechara não propõe um rompimento com as ideias linguísticas antes apresentadas, visto que não deixará de considerar nem a teoria greco-latina (especialmente no que diz respeito à organização das disciplinas), nem muitos dos conceitos auferidos pelo Estruturalismo, mas, sobretudo, procurará tratar à luz de novas teorias linguísticas alguns dos assuntos constantes da obra.

As ideias linguísticas de Eugenio Coseriu são exploradas, explícita e amplamente, por Bechara, já na parte introdutória da 37ª edição da MGP, quando o autor apresenta sua nova teoria linguístico-gramatical, abordando conceitos de língua histórica e língua funcional, norma linguística, sistema linguístico, entre outros. Não obstante, na parte intitulada “Gramática Descritiva e Normativa”, o linguista romeno é repetidamente citado, com referências a 15 títulos de sua autoria.

Com relação a Herculano de Carvalho e Alarcos Llorach, apesar de serem citados em quantidade muito menos expressiva, não podemos deixar de observar que a presença desses autores reitera a aproximação de Bechara com estudos do Funcionalismo.

A opção de acrescentar ideias e conceitos desenvolvidos por novas teorias à sua obra, sem se desvincular da teoria greco-latina e do Estruturalismo, parece possibilitar à Bechara transitar livremente entre a descrição e a prescrição.

1.2.4 Os exemplos: conservação e inovação

Ao analisarmos uma obra gramatical, a observação dos exemplos dos quais se utiliza o autor para ilustrar suas definições e classificações se faz tarefa de suma importância, visto que, em geral, o corpus ilustrativo de uma gramática não apresenta um caráter neutro. Dessa maneira, mesmo que o texto gramatical não apresente marcas injuntivas explícitas, como “nesse caso, deve-se usar...”, há, no discurso apoiado por exemplos, um “dever ser” implícito. Com relação a isso, Neves (2015) alerta que os exemplos apresentados junto aos paradigmas trazem em si o aspecto deôntico, o dever ser, e, portanto,

[...] a apresentação de cada entidade que compõe os quadros é acompanhada de exemplos, o que acaba marcando os paradigmas como parâmetros, já que tais amostras de linguagem – os exemplos – são escolhidas, para ser apostas, exatamente pelo **caráter modelar** que lhes é atribuído. (NEVES, 2015, p. 32, grifo nosso).

Assim, justamente por esse “caráter modelar”, faz-se fundamental a observação da origem e da forma dos exemplos ao se analisar uma obra gramatical. Conforme explica Leite:

Quanto à origem, pode-se pensar em alguns aspectos importantes: a modalidade linguística escolhida como fonte, falada ou escrita, e a ‘autoria’. [...] Já quanto à forma, o exemplo pode ter dimensão variada, isto é, pode ser composto de somente uma palavra ou locução, como, também, de um texto curto, um provérbio ou frase, ou, mais longo, como um excerto de um texto maior. (LEITE, 2007, p. 216).

Com relação à origem do corpus ilustrativo da MGP, é possível verificar, além de exemplos que representam uma modalidade escrita literária, uma quantidade expressiva de exemplos forjados pelo autor.

Nas duas versões da MGP, de fato, perceberemos que o autor se serve fartamente de exemplos literários. A esse respeito, Leite observa:

[...] nas duas versões da MGP, há uma renovação substancial da coleção de exemplos, se comparada à de gramáticos que lhe antecederam, com valorização de textos de autores brasileiros que, se não predominam, também não são em número inexpressivo. Embora apareçam muitos autores “clássicos” do português europeu, como Camões e Vieira, realistas e românticos,

como A. Garret, A. Herculano, Camilo C. Branco e Castilho, dentre outros, há muitos brasileiros, como José de Alencar, Rui Barbosa, Machado de Assis, E. da Cunha, Manoel Bandeira, Monteiro Lobato, Gonçalves Dias, F. Varela, Lima Barreto e o Marquês de Maricá, o mais repetidamente citado, dentre tantos outros. (LEITE, p. 14-15, 2016).

Em publicação recente, Bechara afirma sua convicção de que uma gramática “com objetivo do ensino escolar” deve se pautar na realidade apresentada pela língua escrita, o que, a nosso ver, justifica sua opção de servir-se de exemplos retirados da literatura para ilustrar os paradigmas apresentados no texto gramatical. Segundo o autor:

Desde sempre a gramática normativa, pejorativamente acoimada de “tradicional”, toma por modelo e fundamento de sua norma de correção o **testemunho daqueles escritores que se pautam pela tradição dos fatos da linguagem veiculados pela língua comum, especialmente os mais próximos dos usuários a quem vai servir**. (BECHARA, 2014, p. 23, grifo nosso).

Quanto aos exemplos forjados pelo próprio autor, acreditamos que revelem uma tentativa de ilustrar exemplos reveladores de usos típicos da língua oral e da linguagem coloquial nos momentos de produção de cada versão da gramática.

A forma dos exemplos, em geral, corresponde a frases ou breves excertos, sendo que há poucos casos em que palavras ou expressões aparecem entremeadas à explicação de um determinado tópico, assim como ocorre nos compêndios gramaticais contemporâneos tanto à primeira quanto à segunda versão da obra.

Na primeira versão da MGP, detendo-nos à análise do subcapítulo “Advérbio”, encontramos cinquenta e sete exemplos. Desse total, nota-se a predominância de exemplos forjados pelo autor, os quais totalizam cinquenta e duas ocorrências. Quanto aos exemplos retirados da literatura, observamos cinco ocorrências, sendo uma de autoria do português Latino Coelho, uma de Machado de Assis, uma do Marquês de Maricá e duas de Alexandre Herculano.

Ao examinar o item “Advérbio” na versão atualizada da obra, notamos que, apesar do intervalo de quase quarenta anos, praticamente todos os exemplos da versão anterior são mantidos (observando que se

dá apenas a exclusão, e não a substituição, de um dos exemplos). O que há de novidade são os exemplos que ilustram o texto gramatical acrescido à obra na versão atualizada, os quais totalizam vinte e dois exemplos forjados pelo autor e somente um retirado da literatura, de autoria de José de Alencar. Interpretamos esse fato, em particular, como uma tentativa do autor de trazer inovação a seu texto.

Quanto ao *corpus* ilustrativo da MGP, Cavaliere pondera:

[...] o Autor mantém-se fiel a um *corpus* de língua escrita literária, cuja atualização não ultrapassa a terceira geração do Modernismo. Cabe indagar se a exclusão de autores mais recentes é intencional, no sentido de não abonar estruturas ainda pouco consolidadas, ou resume-se a fato meramente fortuito. (CAVALIERE, s/d, p. 127).

Sobre a indagação de Cavaliere, acreditamos que a “não inclusão” de autores mais recentes no *corpus* ilustrativo da gramática seja realmente uma ação intencional do autor para garantir a apresentação de estruturas consolidadas. Por outro lado, também entendemos esse fato como fruto de um habitual trabalho de pesquisa solitário e manual, cujo principal recurso é seu próprio repertório de leitura, que não foi abandonado pelo autor na reformulação da obra.

Entretanto, Mulinacci, cujas palavras não podemos deixar de considerar pertinentes nesse aspecto, indica como um dos pontos de fragilidade da MGP justamente

a opção pelo recurso a exemplos esmagadoramente literários e não contemporâneos, não se limitando a tornar artificial o modelo de língua proposto para servir de referência, mas dificultando também o reconhecimento das suas linhas de tendência evolutivas. (MULINACCI, 2016, p. 147).

Desse modo, considerando que a segunda versão da MGP é lançada praticamente na virada do século XX para o XXI, época em que começam a surgir outras obras gramaticais de cunho funcionalista, ligadas a diferentes correntes teóricas, que pautam sua exemplificação essencialmente em registros de usos linguísticos efetivos no momento de sua produção — como é o caso de NEVES (2000) que faz citações literárias de autores como José Lins do Rego, Ariano Suassuna e Rubem Braga, além de recolher exemplos de textos publicados em jornais de

diferentes regiões do país e da literatura técnico-científica contemporânea e de extrair excertos de discursos políticos, por exemplo — e, também, em que já era possível contar com recursos tecnológicos para pesquisa, o autor poderia ter se apoiado nesse contexto acadêmico-científico para atualizar o *corpus* ilustrativo da MGP.

Certamente, a composição de um corpus de exemplos que refletissem a norma escrita e/ou falada culta da segunda metade do século XX, ao menos, atribuiria à obra maior unidade entre teoria e prática em uma perspectiva funcionalista.

CAPÍTULO 2

As teorias formadoras da MGP: o estruturalismo e o funcionalismo

Neste capítulo, como indicamos antes, pretendemos dar continuidade à análise comparativa das duas versões da MGP; no entanto, empreenderemos uma mudança de enfoque com relação ao que realizamos no primeiro capítulo: abordaremos as teorias linguísticas apresentadas em cada fase da obra, com o intuito de evidenciar as ideias linguísticas professadas por Evanildo Bechara, pela análise, especialmente, das introduções de cada versão da MGP.

Além disso, por meio da análise e comparação do tratamento dado à variação de grau dos substantivos e adjetivos e ao gênero dos substantivos, nas duas fases da obra, buscaremos demonstrar como a orientação estruturalista permanece na gramática após a sua reformulação. E, por fim, estabeleceremos uma análise comparativa dos itens “Advérbio e os denotativos”, presente até a 36ª edição, e “Advérbio”, que compõe a obra a partir da 37ª edição, buscando compreender e exemplificar o modo pelo qual se configura a complementaridade teórica na MGP.

2.1 O caráter prescritivo e descritivo da obra

A partir da análise dos Prefácios das duas versões da MGP, realizada no primeiro capítulo deste trabalho, entendemos que o discurso de Evanildo Bechara, nos dois momentos distintos de sua produção aqui considerados, é revelador de conhecimentos novos que são produzidos a

partir daquilo que já era conhecido pelo autor, evidenciando, assim, um processo que se baseia mais em continuidades do que em descontinuidades.

Esse movimento contínuo de construção e reconstrução do conhecimento pode ser relacionado à história da gramatização das línguas propriamente que, segundo Auroux,

[...] convida a não abandonar totalmente uma concepção cumulativa e progressiva em matéria de história das ciências, em proveito de uma concepção puramente descontinuista. Que o saber empírico elementar possa se conservar e acumular é a condição de possibilidade da própria gramatização: de um lado, este é um processo que se persegue há (muito) longo prazo; de outro, a gramatização das línguas do mundo não teria nenhuma chance de ser finalizada um dia se fosse necessário fazer tábua rasa em cada mudança de moda ou de teoria. (AUROUX, 2009, p. 87).

Assim, a postura de Bechara, antes de sugerir contradição, parece reveladora de um comportamento autenticamente reconhecido como característico dos sujeitos que assumiram a posição de cientistas da linguagem no curso da história. Ainda conforme Auroux, “[a] instrumentação gera novas descobertas e novos objetos emergem no horizonte do cientista, de modo que este horizonte não pode se reproduzir como tal: ele se movimenta.” (Auroux, 2008, p. 144), ou seja, a estrutura do horizonte de retrospectão de qualquer autor está sempre vinculada aos progressos científicos, o que faz concluir que esse movimento de transformação do conhecimento, como o que aparece na Moderna Gramática, é próprio do desenvolvimento do conhecimento.

Na primeira versão da MGP, conforme já mostramos anteriormente, o autor esclarece, no Prefácio, que não romperá com a “tradição”, o que efetivamente pode ser notado ao se analisar a obra, já que, como também indicamos, o autor mantém as bases da teoria greco-latina. É importante lembrar que essa teoria, tendo nascido com os gregos na Antiguidade clássica, a partir da descrição de textos literários, deu origem à teoria das partes do discurso que, com o passar do tempo, acabou por se configurar como uma “espinha dorsal” na tradição gramatical, servindo como modelo na descrição das línguas vernaculares ocidentais.

Por outro lado, podemos observar também que, em seguida, na Introdução da obra, Bechara apresenta um discurso de cunho teórico e, apesar de não declarar filiação a uma nova teoria, atesta seu conhecimento acerca dos avanços nos estudos da Linguística à época, especialmente, ao explorar o conceito de “língua” e os “fatos linguísticos”, como veremos em detalhes adiante.

Dessa maneira, já na versão inicial da MGP, percebemos que tanto a vertente da tradição quanto a das correntes linguísticas modernas coexistem, caracterizando, de fato, um processo de acumulação do conhecimento por parte do autor. Acreditamos que Bechara, advindo de uma formação linguística inicial erudita e tradicional, mas ciente e estudioso dos progressos nas pesquisas linguísticas, não considera que a gramática normativa e a gramática descritiva tenham de, necessariamente, ocupar posições opostas, mas, consideradas suas diferenças, possam, de certa forma, assumir um caráter complementar. Ao tratar do objeto da gramática e do papel do gramático, na 1ª versão da MGP, Bechara diz:

Cabe à *Gramática* registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou de como se *pode falar e escrever bem* uma língua. Daí ser a *Gramática*, ao mesmo tempo, uma *ciência* e uma *arte*. Assim sendo, o *gramático* não é um legislador do idioma nem tampouco o tirano que defende uma imutabilidade do sistema expressivo. Cabe-lhe ordenar os fatos linguísticos da língua padrão na sua época, para servirem às pessoas que começam a aprender o idioma também na sua época. (BECHARA, 1997 [1961], p. 25, grifos do autor).

Esse trecho mostra como o autor, ao mesmo tempo, tenciona legitimar o caráter normativo da gramática e propõe-se a descrever os fatos de uma determinada variedade linguística — ao indicar como função da gramática o registro de fatos linguísticos que ilustram o uso da língua escrita considerada padrão —, em certa época. Ao afirmar que a gramática é, simultaneamente, arte e ciência, Bechara remonta ao conceito latino de gramática (a “ars” latina, que corresponde à tradução do conceito grego de “techné”), aliando-o aos avanços alcançados pelos estudos linguísticos que possibilitam o reconhecimento de que a linguística

é uma ciência. Dessa forma, o autor se permite associar técnica e ciência ou, em outros termos, normatividade e descrição.

Tal posicionamento de Bechara pode, da mesma forma, ser percebido na versão atualizada da MGP, visto que, no Prefácio, deixa clara sua opção por um “arcabouço teórico” que, sob seu ponto de vista, possibilita guiar aquilo que será prescrito na gramática por meio de uma descrição sincrônica da língua.

É interessante observar que, na nova fase da MGP, Bechara não mais se refere à gramática como “ciência” e “arte”. Ao apresentar sua Teoria Gramatical, o acadêmico explana sobre os conceitos de “gramática normativa” (em substituição ao termo “arte”) e “gramática descritiva” (em substituição ao termo “ciência”), alertando o leitor para o fato de que não se deve confundi-las.

Nessa perspectiva, na segunda versão da MGP, Bechara destaca a orientação científica da gramática descritiva e tira-lhe a “responsabilidade” de prescrever regras para se usar a língua com correção, afirmando:

A gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve (daí o ser *descritiva*, por isso não lhe cabe definir) um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfosintático e léxico). Cabe tão somente à gramática descritiva registrar como se diz numa língua funcional. Por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado [...]. (BECHARA, 1999, p. 52, grifos do autor).

É necessário observar, também, que o acadêmico retoma nesse trecho a ideia de língua funcional (já tratada antes na MGP e sobre a qual discutiremos na próxima subseção deste trabalho), definindo-a como “uma realidade linguística idealmente homogênea e unitária” (BECHARA, 1999, p. 38) e, indicando indiretamente ao leitor que, sendo possível descrever somente o uso linguístico relativo a uma única língua funcional de forma coerente, como consequência, será apenas de uma língua funcional que poderá se ocupar uma gramática normativa.

O autor ainda aponta o fato de que a gramática descritiva pode estar afiliada a diferentes correntes teóricas, enumerando algumas delas,

mas assegurando lugar de destaque à gramática estrutural funcional, concebida por Eugenio Coseriu e na qual fundamenta sua teoria linguística. Segundo Bechara, essa orientação teórica “aplica-se à depreensão e descrição dos paradigmas do significado gramatical, das estruturas gramaticais de uma língua particular” (BECHARA, 1999, p. 52).

Quanto à gramática normativa, o autor destaca sua natureza pedagógica, dizendo o seguinte:

Cabe à *gramática normativa*, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos. (BECHARA, 1999, p. 52).

Essa definição nos remete de imediato à tradicional ideia de “bom uso” da língua, aquele que deve ser seguido para o “bem falar” e o “bem escrever”. Sobre esse “bom uso”, Leite comenta:

[...] historicamente, o homem sentiu necessidade de escolher, dentro do contexto de determinada língua, um uso que representasse “o melhor modo de falar e escrever”. A partir dessa eleição, e com o intuito de “normalizar” a língua, de estabelecer regras rígidas a que todos tivessem a obrigação de seguir, descreveu-se um dos usos, tomado como o melhor, puro e belo. [...] (LEITE, 2006, p. 19).

Assim, observamos que o gramático, apesar de ressaltar que o papel da gramática normativa seja o de enumerar “fatos recomendados como modelares” que devem ser empregados em “circunstâncias especiais”, demonstra consciência acerca do fato de que a gramática normativa ilustra uma determinada norma (entre as normas possíveis) adequada a certas situações de convívio social.

Possivelmente, esse posicionamento seja revelador de um sujeito acadêmico que, como previamente pontuamos, se mostra atualizado com os progressos dos estudos linguísticos, mas que reconhece que o instrumento linguístico “gramática” desempenha um papel específico na sociedade.

Dessa forma, entendemos que, apesar de privilegiar, de certo modo, o uso dos sujeitos doutos na língua, Bechara demonstra clara consciência de que a norma prescrita na gramática se faz com base na observação de um dos usos da língua, mas que não é o único uso do qual os sujeitos falantes de uma língua se apropriam e praticam.

A consideração de que a norma prescrita corresponde a somente uma das normas possíveis em uma língua evidencia a influência das ideias de Eugenio Coseriu no que diz respeito ao conceito de norma adotado por Bechara, visto que o modo como o linguista romeno compreende o fenômeno linguístico da norma está diretamente relacionado à obrigatoriedade advinda do uso linguístico de uma comunidade de falantes. Nas palavras de Coseriu, o fenômeno da norma pode ser definido como

[...] um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade. Dentro da mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas (linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem erudita, linguagem vulgar, etc.), **distintas sobretudo no que concerne ao vocabulário, mas amiúde também nas formas gramaticais e na pronúncia** [...] (COSERIU, 1979, p. 74-75, grifamos).

Considerando o exposto, é possível interpretar que uma norma linguística é uma tradição socialmente construída a partir daquilo que já se realizou em uma comunidade de falantes e, então, é obrigatória àqueles que fazem parte dessa comunidade.

Em consonância com as ideias de Eugenio Coseriu, quanto à questão da normatividade na língua, Leite afirma que “a língua é um fato social” e nos explica o seguinte:

[...] sendo a língua um fato social, um objeto cultural, é por natureza normativa, no sentido de sua atualização ser, obrigatoriamente do modo esperado, ou seja, do modo como todos os falantes a realizam historicamente. As variações e as mudanças ocorrem dentro desse quadro do “socialmente obrigatório”, em escala crescente, isto é, da variação para a mudança, de acordo com a imposição do grupo de falantes, para cada fenômeno linguístico.

Isso nos leva à consideração de que a língua, no que concerne à sua realidade ôntica, é antes de tudo, um objeto cultural e, por isso, também um “dever ser”, portanto, normativa. [...] (LEITE, 2007, p. 23).

Por meio da explanação de Leite, entendemos que a língua é, por natureza, normativa. Desse modo, não podemos deixar de observar que uma norma linguística representa o resultado de um processo cultural, de um uso linguístico adotado por um determinado grupo ou segmento da sociedade e, assim, acaba por se tornar tradicional. Em contrapartida, essa mesma norma estabelecida pode variar de acordo com as possibilidades de realização que a língua oferece, e ainda, pode mudar, caso a variação seja aceita e adotada pelos falantes de uma comunidade; portanto, a gramatização e a dicionarização se configuram como processos contínuos e os instrumentos linguísticos jamais serão exaustivos.

A consciência de Bechara acerca da prevalência de uma norma linguística determinada no seio da gramática normativa pode ser também constatada quando diferencia, antes de apresentar os conceitos de gramática normativa e de gramática descritiva, as noções de “exemplar” e “correto”, relacionando-as à língua histórica e à língua funcional, respectivamente, como se vê no trecho a seguir:

[...] Quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão porque o eleito não é correto nem incorreto. Já quando se fala do correto, que é um juízo de valor, fala-se com uma conformidade com tal ou qual estrutura de uma língua funcional de qualquer variedade diatópica, diastrática ou diafásica. Por ele se deseja saber se tal fato está em conformidade com um modo de falar, isto é, com a língua funcional, com a tradição idiomática de uma comunidade, fato que pode ou não ser o modo exemplar de uma língua comunitária. (BECHARA, 1999, p. 51-52).

É fundamental observar no trecho acima transcrito que o gramático demonstra consciência de que uma língua funcional tem seus limites estabelecidos historicamente por escolhas feitas por sucessivas gerações de falantes de modo a compor a tradição idiomática de uma comunidade, e podemos entender, portanto, que esse fato delinear os limites da gramática normativa.

As definições de gramática normativa e de gramática descritiva apresentadas na versão atualizada da MGP não podem ser interpretadas como excludentes, já que Bechara assinala diferenças fundamentais entre

as duas, mas as reuniu em um mesmo instrumento, comprovando que a prescritiva, com finalidades pedagógicas, resulta dos estudos que a descritiva produz.

Todavia, se considerarmos o modo como Mattoso abordou esse assunto, podemos interpretá-lo de outra forma. Acerca do papel desempenhado pelas gramáticas normativa e descritiva, já Mattoso Câmara afirmava que:

[a] gramática descritiva, tal como a vimos encarando, faz parte da linguística pura. Ora como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social.

[...]

Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas. (CÂMARA JR., 1994 [1970], p. 15).

De acordo com o linguista, tanto a gramática descritiva quanto a normativa têm seu papel e lugar: enquanto a primeira fundamenta-se em bases teóricas e não se volta para o certo e o errado, a segunda apresenta um caráter prático delineado por exigências sociais.

Mattoso, em outra passagem, defende o argumento segundo o qual, apesar da possibilidade de se descrever qualquer modalidade linguística de forma coerente, quando se trata do ensino escolar, deve-se tomar por base o que valida as regras da gramática normativa, como podemos conferir:

A descrição pode tomar para objeto qualquer modalidade linguística, desde a mais popular ou remotamente regional até a mais elaborada, como, por exemplo, a língua da literatura. Importa, apenas, para ser exata e lúcida, concentrar-se no objeto especificamente escolhido.

Quando, porém, a intenção é, antes de tudo, dar uma base à disciplina gramatical no ensino escolar, tem de partir (como se vai fazer aqui) do registro falado e escrito considerado “culto”, ou melhor dito, como adequado para as condições “formais” no sentido inglês do adjetivo. (CÂMARA JR., 2002 [1969], p. 12).

Parece-nos, portanto, que Bechara, apesar de não deixar esse ponto totalmente esclarecido, encontrou apoio nos estudos de Mattoso para

apresentar, em uma obra com fins pedagógicos, como a MGP, uma teoria gramatical que evidencia conceitos e procedimentos específicos da gramática descritiva.

Compreendemos, dessa forma, que o gramático busca ancorar-se nos conhecimentos da gramática descritiva para melhor elucidar os fatos linguísticos, a fim de recomendar o uso adequado da norma elencada para ser prescrita pela gramática normativa.

Assim, ao considerar que a gramática normativa exerce essencialmente função pedagógica, Bechara considera que a prescrição da norma culta escrita ou da língua tida como padrão seja a mais adequada, levando em conta que o aprendiz, que já domina a língua coloquial, deve apropriar-se de tantas línguas funcionais quanto possível para melhor adequar-se às diversas situações de comunicação que se apresentam a ele na sociedade¹¹.

A partir do exposto, entendemos que o autor da MGP, em nenhum momento, tem a intenção de disfarçar o caráter normativo da gramática por trás de uma teoria linguística que ultrapassa a pura prescrição, contudo, procura servir-se dos conhecimentos da gramática descritiva para melhor ilustrar os fatos linguísticos que retratam a norma descrita na obra.

¹¹ Em obra de outra natureza, essa questão é discutida de forma ampla pelo autor. Referimo-nos ao livro *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*, inicialmente publicado em 1985, no qual, contestando a ideia de que a gramática normativa serviria apenas para impor regras a fim de que os sujeitos se enquadrem no padrão culto da língua e deixem de lado as variedades coloquiais ou familiares e, assim, configurando-se como forma de opressão, Bechara demonstra sua crença de que o professor de língua materna tem como missão a tarefa de “[...] transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação [...]” (BECHARA, 2001, p. 14) e de que o estudo da norma considerada padrão é imprescindível nesse processo, resultando em “liberdade de escolha”.

2.2 A complementaridade teórica na MGP

No desenvolvimento desta dissertação, temos insistido no fato de que Evanildo Bechara se utiliza de uma complementaridade teórica para a construção de sua obra. Entendemos que tal complementaridade seja reflexo do perfil acadêmico do autor que, nas diferentes fases da carreira, se demonstrou atento e interessado pelo progresso dos estudos linguísticos, e concorre para a melhor elucidação dos fatos linguísticos descritos na MGP.

A orientação teórica da primeira fase da MGP parece estar diretamente relacionada a uma realidade apontada por Cavaliere quanto à formação dos pesquisadores contemporâneos de Evanildo Bechara:

[...] Com o perecimento da geração legatária dos estudos histórico-comparativistas, cria-se uma nova ordem de pesquisadores, cujo perfil reúne harmonicamente as novas propostas do descritivismo estruturalista e as antigas bases acadêmicas do modelo filológico. (CAVALIERE, 2008/2009, p. 195).

Bechara é considerado por Cavaliere um dos expoentes de uma geração de pesquisadores que soube unir os conhecimentos da Filologia e da Linguística em benefício da pesquisa científica. Essa característica parece ter acompanhado o gramático ao longo de sua carreira e, ainda, parece ser condizente com a postura adotada pela comunidade científica da qual faz parte também na década de 90.

Essas percepções podem ser atestadas pelas seguintes palavras de Cavaliere:

Na tentativa de conferir à gramática um caráter eminentemente descritivo, sem o “ranço” da velha ordem tradicional, alguns textos vêm a lume nas duas últimas décadas do século passado nos moldes de renovado projeto acadêmico, em que se podem identificar pelo menos duas características: a primeira diz respeito às bases teóricas, agora fundadas em modelos diversificados [...]. A rigor, os textos gramaticais dessa nova fase não se esteiam em aparato teórico unitário, dada a possibilidade que tem o gramático de absorver conceitos de paradigmas distintos para melhor elucidar, em sua concepção, os fatos de língua. Por tais motivos, observam-se fundamentos do Estruturalismo e do Funcionalismo cosseriano em Bechara (1999) [...] (CAVALIERE, 2014, p. 20).

Dessa maneira, vimos que Bechara, ao incorporar à sua obra conceitos e ideias provenientes das duas correntes teóricas, adota, ao que nos indica Cavaliere, uma postura comum entre os gramáticos do período de publicação da 2ª versão da MGP.

Ademais, é interessante observar que Neves (1999), em artigo sobre o Funcionalismo no Brasil, considera Bechara um dos precursores dessa orientação teórica no país: "São pioneiros, no país, com linhas definidas, Evanildo Bechara e Rafael Hoyos-Andrade, o primeiro na linha estruturalista-funcionalista de E. Coseriu, o segundo na linha de centração sintática de A. Martinet." (NEVES, 1999, p. 71). A pesquisadora destaca ainda o perfil funcionalista de Bechara já em seus primeiros trabalhos filológicos, considerando que, em um estudo apresentado em 1954 para defesa de Cátedra no Colégio Pedro II, o gramático

[...] trata a questão da concessão sob um ponto de vista da interação, antecipando nas suas formulações o próprio modelo de interação verbal que o funcionalismo hoje apresenta: "A prática cotidiana habilitou o homem a pressupor, no correr de suas asserções, a objeção iminente. Enunciar o pensamento contando e obstruindo os obstáculos que o interlocutor ou interlocutores apresentariam era o propósito da ideia concessiva." [...] (Bechara, 1954, p. 9, apud NEVES, 1999, p. 72).

Acreditamos que essas declarações de Cavaliere e Neves confirmam nossa hipótese inicial no sentido de fortalecer a ideia de que Bechara busca efetivamente uma adequação de sua obra ao seu tempo-espço ao inserir novas ideias e teorias linguísticas à gramática. Por isso, buscaremos, a seguir, apontar quais os principais postulados do estruturalismo e do funcionalismo que fundamentam a MGP, em suas duas versões.

Primeiramente, lembramos, conforme apontado no primeiro capítulo desta dissertação, que a definição de língua apresentada por Bechara na primeira versão da MGP remonta às ideias de Mattoso Câmara e, por conseguinte, já revela a presença do estruturalismo na obra.

Analisando mais detalhadamente a Introdução da MGP, é possível apontar ainda outros traços dessa teoria linguística que são apresentados pelo autor.

Logo depois de conceituar a língua como “o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende” (Bechara, 1997 [1961], p. 23), o gramático destaca a ideia de que a língua deve ser entendida como um fenômeno cultural que se configura como patrimônio de uma determinada sociedade e, assim, é transmitido aos indivíduos que dela fazem parte.

Esse pensamento converge com postulados de Ferdinand de Saussure acerca da língua e da linguagem. O linguista suíço explica o seguinte:

[A língua] é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. [...] (SAUSSURE, 2001 [1916], p. 22).

Assim, notamos que, mesmo sem afirmar explicitamente, Saussure indica que, diferentemente da linguagem, a língua só existe enquanto fenômeno coletivo que passa a fazer parte da cultura de uma comunidade. Nesse sentido, Mattoso Câmara, nos *Princípios de linguística geral*, indica que, ao considerarmos a língua pela perspectiva de Saussure, estamos relacionando-a ao “âmbito dos sistemas sociais, ou INSTITUIÇÕES.” (CÂMARA JR., 1954, p. 20).

Além disso, Mattoso também salienta que “funcionando na sociedade para a comunicação dos seus membros, a língua depende de toda a cultura, pois tem de expressá-la a cada momento; é um resultado de uma cultura global.” (CÂMARA JR., 1975, p. 268)¹², ou seja, não há como negar que a língua se caracteriza como um fenômeno cultural.

Outro aspecto a ser observado na Introdução da primeira fase da MGP é a distinção entre “língua falada” e “língua escrita” feita por Evanildo Bechara. O gramático não demonstra, como Saussure, a distinção entre “língua” (*langue*) e “fala” (*parole*), ou ainda, como Mattoso Câmara, entre

¹² Observamos que o texto do qual retiramos esse excerto foi inicialmente publicado na revista *Letras*, da Universidade do Paraná, em 1955 (portanto, em data anterior à primeira edição da MGP), passando, posteriormente, a compor a obra *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.*, da qual utilizamos a 2ª edição, publicada em 1975.

“língua” e “discurso”, mas acreditamos ser possível estabelecer aí uma relação.

Bechara, para diferenciar a língua falada da língua escrita, conceitua aquela como um

[...] instrumento de comunicação cotidiana, que, sem preocupação artística, tem a seu dispor os múltiplos recursos linguísticos da entoação e extralinguísticos da mímica, englobados na “situação” em que se acham falante e ouvinte [...] (1997 [1961], pp. 23-24).

Para se referir à segunda, cita Charles Bally, explicando que a língua escrita seria, de certa forma, “acrônica”, pois, reúne vocabulário e estrutura relativos a diferentes estágios do idioma.

Desse modo, apesar de não considerarmos coerentes os comentários concernentes à língua escrita, visto que o mesmo tipo de fenômeno pode se dar na oralidade, entendemos que o autor, de certa forma, ressalta que a modalidade escrita retrataria uma estrutura da língua, enquanto a modalidade falada ofereceria “espaço” para a expressão individual, com o auxílio de recursos além da própria estrutura da língua (como a entoação).

Ainda na Introdução, Bechara (1997 [1961], p. 25) assinala que a Gramática que “interessa mais de perto à comunidade social, pela sua utilização imediata de código de bem falar, é a que estuda apenas a fase contemporânea do idioma”, remontando, indiretamente, ao conceito de “sincronia” que, em oposição à “diacronia”, compõe uma das dicotomias postuladas por Ferdinand de Saussure.

Segundo os ensinamentos de Saussure, a sincronia relaciona-se a um estado de língua, enquanto a diacronia designa uma fase de evolução da língua. A partir desses conceitos, Saussure chama a atenção para o fato de que “[a] primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos de língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe e ele se acha diante de um estado” (SAUSSURE, 2001 [1916], p. 97) e destaca que, para se descrever a língua, é necessário que o linguista também se fixe em um determinado estado. Essa ideia de sincronia proposta por Saussure pode nos levar a considerar a língua

como algo estanque, ao negar que o indivíduo possa ter consciência de seu caráter evolutivo e, ainda, das variações que uma língua pode apresentar em um mesmo tempo-espaço.

Apesar de não empregar os termos “sincronia” e “diacronia” na Introdução desta primeira fase da MGP, Bechara estabelece como objetivo da gramática — que designa como *expositiva* ou *normativa* — o estudo da fase contemporânea do idioma. No entanto, como apontamos antes, para ele, o gramático deverá se ocupar do tratamento de fatos linguísticos que revelem a “língua padrão”.

Passando à análise da Introdução da edição inaugural da segunda fase da MGP, salientamos que Bechara passa a apresentar sua teoria gramatical de forma bem mais detalhada. Vale notar que, nessa Introdução, o autor revela influências advindas de diversos autores e de diferentes orientações teóricas, mas, especialmente, das ideias do linguista Eugenio Coseriu.

Procuraremos nos ater aos conceitos coserianos explorados por Bechara que, possivelmente, repercutam de forma mais efetiva no tratamento dos fatos linguísticos descritos na MGP.

Inicialmente, ao definir a linguagem como “qualquer sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar e comunicar ideias e sentimentos, isto é, conteúdos da consciência” (BECHARA, 1999, p. 28), Bechara faz alusão a algumas noções fundamentais (como “sistema”, “signo”, “símbolo”) para a teoria saussuriana.

O conceito de sistema está presente nos estudos de Saussure que afirma: “A Gramática estuda a língua como um sistema de meios de expressão” (SAUSSURE, 2001 [1916], p.156). E, assim, de acordo com Mattoso Câmara, a tarefa da gramática descritiva, ou sincrônica, “seria depreender e expor esse sistema, ou estrutura, como estabeleceu de início Saussure” (CÂMARA JR., 1994 [1970], p. 18).

No entanto, Bechara, ao aderir às ideias linguísticas de Eugenio Coseriu, passa a ressignificar muitos dos conceitos postulados pelo mestre genebrino.

No Prólogo do livro *Linguagem e Discurso* (COSERIU & LAMAS, 2010), Kabatek ressalta a ideia de que Coseriu tenha tomado as ideias saussurianas apenas como um ponto de partida metodológico para o desenvolvimento de suas próprias teorias e, de forma alguma, deu continuidade à doutrina de Saussure. O diretor do Arquivo Eugenio Coseriu, da Universidade de Tübingen, afirma ainda que Coseriu

[...] concebe a linguagem de um modo diferente [de Saussure] e não aceita a parcialização de uma linguística tendo a *langue* como único e verdadeiro objeto, como propôs Saussure e como, até os dias de hoje, entendem as escolas linguísticas formais, herdeiras indiretas de um estruturalismo hermético. (KABATEK, In: COSERIU & LAMAS, 2010, p. 7).

Assim, considerando que Coseriu aproveita-se dos postulados de Saussure como um ponto de partida para sua teoria, procuraremos demonstrar como as ideias apresentadas por Bechara nessa nova fase da MGP baseiam-se na reformulação da dicotomia saussuriana *língua versus fala* proposta pelo linguista romeno.

Saussure definiu a língua como um “sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica” (2001 [1916], p. 23), mencionando também que a língua apresenta caráter social e é a parte essencial da linguagem, enquanto a fala corresponderia à parte individual da linguagem e exerceria papel secundário.

No entanto, Coseriu aponta que “esse conceito do falar ‘não coletivo, individual, accidental e momentâneo’ resulta, à luz da própria doutrina de Saussure, unilateral e insuficiente” (1979, p. 38). A partir disso, o linguista argumenta que a dicotomia entre *langue* e *parole* se apresenta demasiadamente rígida, ignorando o “ato verbal”, como ponto de encontro entre “língua” e “fala”, ou seja, desconsiderando que na “fala” (falar) há algo que pertence à “língua” (sistema) e enfatiza que

[...] colocando-nos no campo do fenômeno linguístico considerado independentemente do sujeito (produto linguístico + forma linguística), descobriremos que há elementos que não são **únicos**

ou **ocasionais**, mas **sociais**, isto é, **normais** e **repetidos** no falar de uma comunidade, e que, entretanto, não pertencem ao sistema funcional das formas linguísticas, já sobre a base do “produto linguístico” se pode estabelecer um **sistema normal**, distinto do **sistema funcional** que se estabelece no plano superior de abstração, o das “formas linguísticas”. (COSERIU, 1979, pp. 45-46, grifos do autor).

Ainda criticando a visão saussuriana de que o indivíduo seria completamente separado da sociedade e de que a “*parole* individual” não apresentaria nenhum traço de coletividade, o linguista romeno questiona:

Mas, se assim fosse, se realmente houvesse esse abismo entre sociedade e indivíduo, como poderia subsistir aquela íntima interdependência entre **langue** e **parole** que o próprio Saussure reconhece? Como poderia ser realizado pelo indivíduo o sistema social? Se, por sua vez, é evidente que o sistema social se realiza na atividade individual, não haverá nada social, nada intersubjetivo, nessa atividade? (COSERIU, 1979, p. 46).

Então, em oposição à dicotomia *língua versus fala*, Coseriu propõe a tricotomia *sistema versus norma versus fala*. Ao acrescentar o conceito de norma, Coseriu dá espaço para que sejam descritas as realizações linguísticas que não obedecem ao sistema, mas são concretizadas no corpo social, na fala dos indivíduos de uma dada sociedade.

O **sistema** é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode ser considerado como **conjunto de liberdades**, pois que admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais ao instrumento linguístico: mais que imperativa, sua índole é consultiva. [...] Poderíamos dizer, pois, que, mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece, proporcionando-lhe os meios para a sua expressão inédita, mas ao mesmo tempo, compreensível, para os que utilizam o mesmo sistema. O que, na realidade, se impõe ao indivíduo, limitando sua liberdade expressiva e comprimindo as possibilidades oferecidas pelo sistema dentro do marco fixado pelas realizações tradicionais, é a **norma**. A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade.” (COSERIU, 1979, p. 74, grifos do autor).

O princípio da norma, postulado por Coseriu, parece-nos fundamental para que sejam atingidos os propósitos de sua gramática estrutural funcional que, segundo Bechara, “aplica-se à apreensão e descrição dos paradigmas do significado gramatical, das estruturas gramaticais de uma língua particular” (BECHARA, 1999, p. 52).

Bechara, pautando-se nos princípios de Coseriu, aponta que “[o] *sistema* contém apenas as oposições funcionais, isto é, contém unicamente os traços distintivos necessários e indispensáveis para que uma unidade da língua [...] não se confunda com outra unidade” (BECHARA, 1999, p. 42), enquanto “[a] norma contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante” (BECHARA, 1999, p. 42), indicando-nos, ainda, que a norma diz respeito à realização concreta da língua e que pode coincidir com o sistema quando este disponibiliza ao falante uma única possibilidade de realização.

Na MGP, identificamos algumas passagens em que Bechara descreve fatos linguísticos que ilustram a “força” da tradição que fixa uma norma na língua.

Ao tratar do complemento relativo, por exemplo, o gramático demonstra como o sistema da língua revela uma identidade funcional entre o complemento direto e o complemento relativo, enquanto termos funcionais argumentais do predicado complexo, o que explica a possibilidade de alternância entre os dois tipos de complemento para muitos verbos. Bechara exemplifica esse fato linguístico, afirmando que

[...] até a norma admite indiferentemente qualquer dos dois complementos:

Ajudar a missa

Ajudar à missa

Atender o telefone

Atender ao telefone

Assistir os carentes

Assistir aos carentes

[...]

No decurso do tempo e nas variedades linguísticas (diatópicas, diastráticas e diafásicas) é muito documentada essa mudança entre o complemento direto e o complemento relativo; assim, já se usaram como complemento relativo (o que hoje se fixou como complemento direto) os verbos *socorrer*, *contentar* e muitos outros. (BECHARA, 1999, p. 420).

Assim, constatamos que Bechara procura aplicar os conceitos que apresenta na Introdução da obra para a elucidação do fato gramatical, quando considera pertinente. No trecho acima, o autor aplicou tanto o conceito de norma quanto o de variedade linguística para explicar a alternância entre o uso dos diferentes tipos de complemento como uma realização normal na língua portuguesa.

Nesse mesmo sentido, é interessante observar também a descrição que o autor da MGP tece sobre o emprego do relativo universal. Bechara (1999, p. 486) aponta que, nas orações subordinadas adjetivas, o pronome relativo “que”, além de marcar a subordinação, exerce uma função sintática indicada pelo papel que desempenha na oração subordinada a que pertence; no entanto,

[f]requentes vezes a linguagem coloquial e a popular despem o relativo de qualquer função sintática, tomando-o por simples elemento transpositor oracional. A função que deveria ser exercida pelo relativo vem mais adiante expressa por substantivo ou pronome. A este relativo chamamos *universal*:

O homem QUE eu falei COM ELE.

em vez de:

O homem COM QUEM (ou COM QUE) eu falei. (BECHARA, 1999, p. 492).

O gramático pontua também que o relativo universal se constitui como um elemento linguístico que confere praticidade ao “falar despreocupado”, embora esse uso não seja recomendado pela língua padrão.

De qualquer modo, consideramos que a descrição do relativo universal no corpo do texto gramatical (e, não, em observações ou notas de rodapé) seja expressiva, revelando, talvez, que a marca “linguagem coloquial e popular”, com que o autor inicia a descrição, possa ser perdida com o passar do tempo e, então, esse uso possa vir a ser descrito como uma norma culta, conforme indicou Coseriu:

Naturalmente, na passagem de uma norma para outra há um momento em que a norma é incerta, sobretudo se queremos comprová-la em todo um idioma: na realidade há várias normas parciais (sociais, regionais), dado que a norma, por sua própria índole, é sempre menos geral que o sistema. (COSERIU, 1979, p. 61).

Ao aderir à teoria funcionalista de Eugenio Coseriu, Bechara se apropria não só da oposição tripartite “sistema-norma-fala”, proposta pelo linguista romeno, mas também abre espaço para acrescentar princípios estruturadores e outros conceitos relacionados a essa tríade à teoria gramatical que apresenta na MGP.

Considerando a linguagem como atividade cultural, Bechara nos apresenta, com base em postulados de Coseriu acerca de sua teoria geral do falar, diferentes planos ou níveis em que a linguagem se realiza. Segundo Kabatek (In: COSERIU & LAMAS, 2010, p. 8), o próprio Coseriu considerou essa distinção entre três níveis linguísticos: o nível universal do falar em geral, o nível histórico das línguas e o nível individual dos textos, como sua maior contribuição para a linguística.

Esses planos ou níveis podem ser considerados sob diferentes aspectos, como podemos observar no quadro:

PONTOS DE VISTA					
PLANO	ATIVIDADE <i>enérgeia</i>	SABER (competência) <i>dýnamis</i>	PRODUTO (texto) <i>érgon</i>	JUÍZO	CONTEÚDO
UNIVERSAL: falar em geral; atividade humana universal	falar em geral	saber elocutivo	totalidade das manifestações	congruente / incongruente	designação (referência)
HISTÓRICO: língua concreta; tradições comunitárias	língua particular	saber idiomático	(língua particular abstrata)	correto / incorreto	significado
INDIVIDUAL: discurso; execução individual	discurso	saber expressivo	texto (obras)	adequado / inadequado	sentido

Quadro 2 – Relação entre os planos da linguagem e os pontos de vista sob os quais pode ser considerada a atividade de falar.

Fonte: BECHARA, 1999, p. 36.

Esse quadro, configurado por Bechara a partir de dois outros quadros propostos por Coseriu¹³, destaca três planos da linguagem a que

¹³ Os quadros elaborados por Coseriu estão reproduzidos no Anexo B.

nos referimos e a cada plano relaciona diretamente um tipo de atividade linguística, enquanto produção criativa, um tipo de saber ou competência, enquanto potencialidade da produção, e um produto resultante de cada saber colocado em atividade: a obra.

Além disso, o gramático distingue três tipos de juízos de valor que podem ser relacionados às conformidades do falar com os respectivos saberes linguísticos. Dessa forma, como observamos no quadro acima:

- ao saber elocutivo corresponde a *norma da congruência*, que diz respeito ao saber falar de forma coerente;
- ao saber idiomático corresponde a *norma da correção*, que se relaciona ao saber falar de acordo com as normas historicamente estabelecidas em uma determinada língua;
- ao saber expressivo corresponde a *norma da adequação*, que levará em conta a situação de comunicação como um todo.

Bechara justifica a necessidade dessa diferenciação, dizendo-nos que,

[...] conforme a intenção do falante, a adequação relativa a um discurso ou a um texto pode anular a incorreção idiomática, enquanto a adequação relativa à correção idiomática pode anular a incongruência ou incoerência do saber elocutivo. (BECHARA, 1999, p. 35).

Ou seja, a posição do autor quanto ao julgamento acerca da correção e da adequação de um determinado texto reforça sua visão da linguagem como fenômeno cultural, que envolve os diferentes planos, atividades e saberes para se chegar a um determinado produto.

Bechara também apresenta os conceitos de “língua histórica” e “língua funcional”, fundamentais para a compreensão da teoria funcionalista de Eugenio Coseriu.

A língua histórica é definida pelo gramático brasileiro como um produto cultural e histórico que se constitui como unidade ideal, reconhecida pelos falantes e praticada pelos membros das comunidades que fazem parte de determinado domínio linguístico, como a língua portuguesa, a língua francesa, a língua inglesa e assim por diante.

Considerando a língua histórica como um fenômeno amplo e diversificado, o autor aponta que “[f]ácil é concluir que uma língua histórica encerra em si várias tradições linguísticas, de extensão e limites variáveis, em parte análogas e, em parte divergentes, mas historicamente relacionadas” (BECHARA, 1999, p. 37).

Assim, abarcando divergências quanto a pronúncia, estrutura e vocabulário, entende-se que uma língua histórica corresponde a um conjunto de sistemas, sendo que cada um desses sistemas apresenta três aspectos fundamentais de diferenças internas que se constituem em três tipos diferentes de variedades linguísticas:

- os dialetos ou as variedades diatópicas, que refletem as diferenças oriundas de diferentes espaços geográficos;
- as variedades diastráticas, que espelham diferentes níveis de língua e estratos ou camadas socioculturais;
- e as variedades diafásicas, que se relacionam às diferentes situações de fala e a estilos pessoais de expressão.

O gramático, então, salienta:

Há, contudo, uma realidade linguística idealmente homogênea e unitária, isto é, que se apresenta sintópica, sintrástica e sinfásica; em outras palavras, uma língua unitária quanto ao dialeto, ao nível e ao estilo: é a *língua funcional*, assim chamada porque é a modalidade que de maneira imediata e efetiva funciona nos discursos e textos. (BECHARA, 1999, p. 38)

O conceito de “língua funcional” que aparece nesta fase da obra está relacionado à ideia de sincronia que, agora, aparece como um conceito essencial no texto gramatical bechariano, no entanto, reelaborado em relação ao pensamento de Saussure:

[...] Por *sincronia* entende-se em princípio, a referência à língua em um dado momento do seu percurso histórico, “sincronizada” sempre com seus falantes, e considerada no seu funcionamento no falar como descrição sistemática e estrutural de um só sistema linguístico (“língua funcional”) [...] (BECHARA, 1999, p. 40).

A análise de um aspecto sincrônico da língua é vista por Bechara como uma metodologia necessária para o estudo científico da língua, com o objetivo de explicar seu funcionamento e os traços constantes entre dois momentos de seu desenvolvimento. No entanto, o gramático não descarta

a importância do estudo diacrônico que não pode prescindir de diferentes sincronias, considerando que “[u]ma língua viva nunca está plenamente feita, mas se faz continuamente graças à atividade linguística” (BECHARA, 1999, p.40).

A partir da análise da Introdução da segunda versão da MGP, acreditamos que nesta fase da obra, a consideração de elementos extralinguísticos que compõem a estrutura da língua se faz muito mais presente no discurso do gramático, o que, de fato, está no cerne das diferentes propostas funcionalistas de análise linguística, e concebemos, ainda, que os conceitos explorados pelo autor indiquem a sua preocupação com o desenvolvimento dos diferentes saberes linguísticos (elocutivo, idiomático e expressivo) para o pleno desenvolvimento da competência linguística cultural dos indivíduos, de acordo com as ideias de Eugenio Coseriu.

2.3 Flexão e derivação nominal: uma análise estruturalista

Ao tratar dos substantivos na 1ª fase da MGP, Bechara nos apresenta uma definição dessa classe de palavras ainda bastante calcada nos postulados da tradição gramatical: “*Substantivo* é o nome com que designamos seres em geral – pessoas, animais e coisas” (BECHARA, 1997, p. 73, grifo do autor). E, em seguida, o autor passa à definição dos tipos de substantivos.

No entanto, neste momento, interessa observar o tratamento dado por Bechara às “flexões” dessa classe de palavras, ressaltando que o autor sequer emprega esse termo. Acreditamos que tal postura se deva à influência das ideias estruturalistas difundidas por Mattoso Câmara, como procuraremos mostrar a seguir.

2.3.1 A gradação dos substantivos e adjetivos

A gradação dos substantivos e adjetivos é, em geral, tratada nas gramáticas normativas como flexão e não como derivação. No entanto, Evanildo Bechara, já na década de 1960, apresenta uma postura distinta ao abordar o assunto, definindo o processo de formação do grau dos substantivos e adjetivos como derivação.

Observando o tratamento dado aos substantivos na 1ª versão da MGP, notaremos que, o autor não define explicitamente o grau como um processo derivacional, embora sua argumentação evidencie que é essa a sua posição.

Ao abordar o grau do substantivo, o gramático nos diz:

Grau do substantivo. – Os substantivos apresentam-se com a sua significação *aumentada* ou *diminuída*:
homem – homenzarrão – homenzinho

A NGB estabelece dois graus de significação do substantivo:

- a) aumentativo: *homenzarrão*
- b) diminutivo: *homenzinho*

A indicação gradual do substantivo se realiza por dois processos:

- a) *sintético* – consiste no acréscimo de um final especial chamado *sufixo aumentativo* ou *diminutivo*: homenzarrão, homenzinho;
- b) *analítico* – consiste no emprego de uma palavra de aumento ou diminuição (grande, enorme, pequeno, etc.) junto ao substantivo: *homem grande*, *homem pequeno*. (BECHARA, 1997 [1961], p. 87-88, grifos do autor).

Como podemos notar, no trecho transcrito, o autor cita a *Nomenclatura gramatical brasileira* (na qual a MGP declaradamente está baseada), no entanto, não relaciona o grau a um processo de flexão dos substantivos, o que diverge da NGB.

Nessa 1ª fase da MGP, o autor não esclarece se a indicação de grau dos substantivos se dá por meio de flexão ou derivação, apontando apenas que, no processo sintético de formação de grau, ocorre o acréscimo de um “sufixo” para a expressão de aumento ou diminuição. De toda forma, apesar de o autor empregar o termo sufixo de forma genérica, sem especificar a que tipo de sufixo se refere (derivacional ou

flexional), podemos verificar que empregou sufixos derivacionais nos exemplos dados.

Além disso, vale destacar também que, ao descrever o processo analítico de expressão do grau, o autor esclarece que é necessário o emprego de outras palavras que indiquem aumento ou diminuição, exemplificando com os adjetivos “grande”, “enorme” e “pequeno”, ou seja, novamente é possível entender que não ocorre flexão, mas, nesse caso, um procedimento sintático.

Acreditamos que esses indícios certamente fugiriam aos olhos de um leitor que não seja um especialista da língua, o qual entende, por assim ter aprendido na escola, que a gradação corresponde a um processo de flexão.

Logo a seguir, ao tratar sobre os adjetivos, Bechara emprega o subtítulo “Flexões do adjetivo”. Apesar disso, no texto explicativo, o autor expõe que “[c]omo o substantivo, o adjetivo pode **variar** em *número*, *gênero* e *grau*” (BECHARA, 1997 [1961], p. 89, grifo nosso), o que nos faz considerar que, ao optar pelo emprego do verbo “variar” em vez de “flexionar”, o gramático buscou ampliar as possibilidades de abordagem sobre como se dá essa variação.

Ao tratar especificamente do grau dos adjetivos, o gramático destaca que a formação do grau absoluto analítico ocorre pela anteposição de uma palavra que expresse intensidade e o sintético, pelo acréscimo de um sufixo derivacional. Novamente, sem discordar da NGB de modo explícito, Bechara não descreve a expressão de grau como um procedimento de flexão, como podemos verificar na seguinte passagem:

Grau do adjetivo. – Há três graus na qualidade expressa pelo adjetivo: *positivo*, *comparativo* e *superlativo*.

[...]

O superlativo absoluto pode ser *analítico* ou *sintético*.

Forma-se o analítico com a anteposição da palavra intensiva (*muito*, *extremamente*, *extraordinariamente*, etc.) ao adjetivo: *muito cuidadoso*.

O *sintético* é obtido por meio do sufixo *-íssimo* (ou outro de valor intensivo) acrescido ao adjetivo no grau positivo: *cuidadosíssimo*. (BECHARA, 1997 [1961], pp. 90-91)

À época de lançamento da 1ª edição da MGP, acreditamos que Bechara já tenha sido influenciado pelo tratamento dado por Mattoso à variação de grau em *Teoria da Análise Léxica*, obra de cunho didático-pedagógico (veja-se a anotação “*para os exames de admissão ao curso ginasial e ao curso normal*” sob o título), publicada em 1956. No capítulo “As variações de grau”, Mattoso trata o assunto explicando as quatro modalidades de variação de grau, demonstrando que esses processos podem se realizar por meio do acréscimo de um elemento mórfico final (no caso dos graus aumentativo, diminutivo e superlativo) e, em nenhum momento, emprega o termo “flexão”.

No período que sucede o lançamento da MGP, entre o fim da década de 60 e início da década de 70, foram publicados outros estudos de teoria linguística de autoria de Mattoso Câmara, nos quais ele apresentava uma descrição para o grau dos substantivos e adjetivos sob uma nova perspectiva.

Nesses estudos, Mattoso evidencia, com apoio nos estudos clássicos de Varrão, a diferença entre os processos de derivação e de flexão. Segundo as palavras de Mattoso,

[j]á o gramático latino Varrão (116 aC – 26 aC) distinguia entre o processo de *derivatio voluntaria*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra.

O primeiro adjetivo destinava-se a esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo. As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico.

[...]

Já na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase, e é *naturalis* no termo de Varrão. (CÂMARA JR., 1994 [1970], pp. 81-82).

A partir dessa oposição, Mattoso demonstra, pautado na teoria estruturalista, que os vocábulos que se formam por derivação não estão sujeitos a regras sistemáticas e obrigatórias, que sejam válidas para toda uma classe lexical. Assim, o linguista aponta que “[d]e *cantar*, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividade humana” (CÂMARA JR., 1994

[1970], p. 81) e que, por isso, os morfemas gramaticais de derivação não compõem um paradigma regular, coerente e preciso.

Ademais, o autor demonstra que um vocábulo derivado proporciona possibilidade de opção ao falante para empregá-lo ou não em uma frase, como o emprego do diminutivo de um substantivo; enquanto a flexão se caracteriza por um caráter obrigatório e por uma sistematização coerente, sendo exigida pela “natureza da frase”, que impõe ao falante o uso de um substantivo no singular, por exemplo.

Mattoso indica ainda que os morfemas flexionais, diferentemente dos derivacionais, integram paradigmas coesos e com poucas variações e são submetidos à concordância nominal e verbal. Por fim, demonstra que a flexão estabelece uma lista exaustiva de elementos, em que cada termo exclui os demais e na qual não há a possibilidade de inserção de novos elementos, e aponta o fato de que, como para cada palavra, existe a possibilidade de derivação, os vocábulos derivados constituem uma lista que não é exaustiva nem exclusiva, sugerindo que esse critério traria coerência e nitidez à descrição linguística.

Para exemplificar o tratamento que propõe para a expressão de grau, Mattoso Câmara afirma:

Os adjetivos portugueses apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de um morfema gramatical, adicional, o alto grau da qualidade que expressam. Temos *tristíssimo*, para *triste*, *facílimo*, para *fácil*, *nigérrimo*, para *negro*, e assim por diante. As nossas gramáticas costumam definir o processo como “flexão de grau”. Faltam nele, entretanto, as condições acima estabelecidas. (CÂMARA JR., 1994 [1970], p. 82).

Em seguida, o autor justifica seu posicionamento, apontando que: (i) o emprego do sufixo não é obrigatório para a expressão de intensidade, sendo uma questão de preferência pessoal (já que é possível empregar o advérbio “muito” anteposto ao adjetivo para a expressão da mesma ideia); (ii) não há uma sistematização coerente para o grau, como há para a flexão de gênero e número (observem-se os três sufixos diversos que aparecem nos exemplos dados na citação acima); (iii) não há um jogo obrigatório de concordância entre substantivo e adjetivo quando

se emprega o sufixo de grau, como há com relação a gênero e número (pensemos em combinações como “jogo fácilimo” e “joguinho fácil”, por exemplo).

E, assim, o autor conclui: “A expressão de grau não é um processo flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si.” (CÂMARA JR., 1994 [1970], p. 83).

Na 2ª versão da MGP, ao tratar a questão do grau dos substantivos e adjetivos, Evanildo Bechara demonstra um posicionamento mais definido e apresenta uma descrição ainda mais embasada nos estudos estruturalistas.

Tal postura do gramático pode, mesmo ao final da década de 90, ser considerada vanguardista, visto que outras obras gramaticais de referência ainda não apresentavam um tratamento nesses moldes para a expressão de grau. Kehdi, referindo-se à *Moderna gramática brasileira*, de Celso Pedro Luft, e à *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, observa que:

[...] mesmo nossas gramáticas mais modernas permaneceram, com relação ao assunto, fiéis à tradição, vendo no grau um processo de flexão. [...] É curioso que essas obras incorporam algumas posições de M. Câmara, mas no que se refere ao grau permanecem presas à tradição. (KEHDI, 1998, pp. 100-101).

Ao iniciar o tratamento do assunto, Bechara, demonstrando clara influência das ideias de Mattoso Câmara, ressalta que a formação dos aumentativos e diminutivos ocorre pelo emprego de sufixos derivacionais e alerta para o fato de que a NGB “confunde-se” ao apresentar a gradação como um processo de flexão, como se vê no seguinte excerto:

Aumentativos e diminutivos – Os substantivos apresentam-se com a sua significação aumentada ou diminuída, auxiliados por **sufixos derivacionais**:

homem – homenzarrão – homenzinho

A NGB, confundindo flexão com derivação, estabelece dois graus de significação do substantivo:

a) aumentativo: *homenzarrão*

b) diminutivo: *homenzinho* (BECHARA, 1999, p. 140, grifo nosso).

Em seguida, apesar de não tecer uma descrição tão detalhada quanto à feita por Mattoso acerca da questão, Bechara argumenta que o fato de a expressão de grau do substantivo se realizar por dois processos já comprova que não se trata de um processo de flexão e, por fim, justifica que a flexão é um processo que ocorre necessariamente de maneira sistemática e obrigatória, diferentemente da derivação, citando o conceito de “*derivatio voluntaria*” de Varrão:

A derivação gradativa do substantivo se realiza por dois processos, numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão:

a) *sintético* – consiste no acréscimo de um final especial chamado *sufixo derivacional aumentativo* ou *diminutivo*: homenzarrão, homenzinho;

b) *analítico* – consiste no emprego de uma palavra de aumento ou diminuição (grande, enorme, pequeno, etc.) junto ao substantivo: *homem grande*, *homem pequeno*.

A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação, o que já levara o gramático e erudito romano Varrão a considerá-la uma *derivatio voluntaria*. (BECHARA, 1999, p. 140).

Vimos, assim, que o gramático esclarece suas ideias e reforça a orientação científico-descritiva de seu discurso com relação ao fato linguístico estudado.

Da mesma forma, na abordagem dos adjetivos, nesta segunda versão, notamos a ampliação da descrição e a assertividade com que Bechara trata a questão do grau que, segundo ele, só figura entre as classes gramaticais por determinação da NGB, conforme demonstramos anteriormente.

Depois de expressar claramente sua discordância com a NGB, o gramático, assim como Mattoso Câmara, esclarece que, no português, diferentemente do que ocorre no latim, a gradação se expressa por procedimentos sintáticos ou pelo acréscimo de um sufixo derivacional ao vocábulo.

Então, ao explanar especialmente sobre a gradação dos adjetivos, Bechara passa a descrever os mecanismos sintáticos e derivacionais que configuram os processos de formação do comparativo e do superlativo na língua portuguesa.

2.3.2 O gênero dos nomes

Ao analisarmos o tratamento dado por Bechara ao gênero dos substantivos na 1ª fase da MGP, notamos que sua abordagem se distancia da classificação dos substantivos em masculino e feminino a partir do critério do sexo dos seres, ainda adotada à época em gramáticas que possuíam grande representatividade¹⁴.

Vejamos a definição do autor da MGP para o “gênero do substantivo”:

Gênero do substantivo. – A nossa língua conhece dois gêneros: o *masculino* e o *feminino*.
São masculinos os nomes a que se pode antepor a palavra *o*:
o linho, o sol, o raio, o prazer, o filho, o beijo.
São femininos os nomes a que se pode antepor a palavra *a*:
a flor, a casa, a mosca, a nuvem, a mãe (BECHARA, 1997 [1961], p. 83).

Tal definição parece-nos ancorada em pensamentos de Mattoso Câmara, presentes em duas obras publicadas poucos anos antes da publicação inaugural da MGP: *Princípios de Linguística Geral*, um tratado de linguística publicado pela primeira vez em 1941, e *Teoria da Análise Léxica*, conforme já indicamos, obra publicada em 1956.

Ao discorrer sobre a categoria de gênero, em seus *Princípios*, Mattoso Câmara esclarece seu pensamento acerca da associação entre o sexo dos seres e o gênero dos nomes, nos dizendo o seguinte:

Em português e demais línguas românicas, da mesma sorte que no árabe, ou no hebraico, há uma divisão bipartida em MASCULINO e FEMININO, em que se repartem todos os nomes sem exceção. A distribuição, quanto aos nomes de animais, indica certa associação entre as duas classes e as noções de MACHO e FÊMEA. **Traduzem assim a intenção de tratar linguisticamente esses nomes pelo critério do sexo dos seres. Entretanto, o mais rápido exame mostra-nos que tal associação é fragílissima e parcialíssima.** Em primeiro lugar, os nomes de coisas inanimadas também são distribuídos nas duas classes. Em segundo lugar, entre os próprios nomes de animais, há os que são exclusivamente masculinos ou

¹⁴ Na *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, encontramos o seguinte: “**Gênero gramatical** é a propriedade que tem o substantivo de indicar pela sua forma o sexo real dos seres vivos, ou o sexo suposto dos seres inanimados” (PEREIRA, 1952 [1907], p. 85).

exclusivamente femininos para ambos os sexos: port. *a cobra, o tigre, a pantera* etc. Acresce que, quando há oposição de formas, não é raro ser uma delas posta usualmente na sombra pela predominância praticamente absoluta da outra na linguagem corrente: port. *a lebre, a perdiz, o elefante*. Até em referência à espécie humana há nomes de gênero único: port. *a testemunha, o cônjuge*. (CÂMARA JR., 1954, pp.107-108, sublinhamos).

O linguista ainda amplia essa discussão ao tratar da “oposição de gênero para coisas inanimadas”. Citando Franz Bopp, Leo Spitzer e outros estudiosos das línguas indo-europeias, concorda que “a noção dos sexos, muito importante em qualquer cultura do passado e do presente, interfere sensivelmente na distribuição dos gêneros indo-europeus masculino e feminino” (CÂMARA JR., 1954, p. 109), mas argumenta:

Nem sempre, porém, é provável, ou sequer aceitável, a explicação do gênero de uma coisa por essas associações de ordem sexual. Mesmo quando o é do ponto de vista genético ou diacrônico (em que se colocou, por exemplo, Leo Spitzer), não se segue que haja, no funcionamento atual da língua, sistematicamente, um conceito de sexo subjacente ao de gênero. Não o reconheceríamos, introspectivamente, em palavras portuguesas como *casa, palácio, cravo, rosa* etc., ou em oposições como *sapato – sapata, banco – banca, caldo – calda* etc.

O princípio básico da nossa distribuição dos nomes em gêneros distintos é em essência um critério formal, aliado à manutenção de uma tradição histórica. Quaisquer noções extralinguísticas são, apenas, secundariamente, intercorrentes. Temos aí uma divisão precipuamente MÓRFICA [...]. (CÂMARA JR., 1954, p. 109).

Já em *Teoria da Análise Léxica*, no capítulo intitulado “As variações nominais”, ao tratar do gênero, Mattoso Câmara inicialmente aponta:

A categoria de GÊNERO divide os nomes em MASCULINOS e FEMININOS. Os primeiros podem ser precedidos das partículas – o (no singular), as (no plural); os segundos, das partículas a – (no singular), as (no plural).

Os gêneros MASCULINO e FEMININO dividem os nomes em dois grandes grupos, que indicam, **muitas vezes**, nos seres animados a diferença de sexo (masculino – homem ou animal macho; feminino – mulher ou fêmea de um animal). (CÂMARA JR., 1956, p. 44, grifamos).

Essas considerações de Mattoso acerca do gênero, com caráter muito mais didático, certamente serviram como base para o tratamento dado ao assunto por Bechara na 1ª fase de sua obra. O autor da MGP, no entanto, procura relativizar ainda mais a associação entre a definição de gênero e o sexo dos seres animados, pois, se Mattoso apresenta um discurso modalizado, com o emprego da expressão “muitas vezes”, ao

indicar essa relação, Bechara sequer trata desse aspecto na introdução ao assunto, mas, logo em seguida, apresenta os processos que podem ser distinguidos “na indicação do sexo feminino”, não abordando tais processos como flexão.

Dando sequência à explicação, Mattoso Câmara acresce, aos critérios semânticos inicialmente apontados, critérios de natureza sintática que podem ser observados na variação segundo a categoria de gênero:

Há muitos nomes substantivos que mudam a sua parte final, ou TERMINAÇÃO, para distinguir o masculino e o feminino; têm, portanto, uma FLEXÃO de GÊNERO. Outros não mudam de forma, e se conhece o gênero em que estão pela possibilidade de precedê-los, na frase, por – o, os, ou por – a, as. Outros, finalmente, só tem um gênero. Ex.: 1) *lôbo*, masculino – *lôba*, feminino; 2) *artista* (masculino – *o artista*; feminino – *a artista*); 3) *cobra* (sempre – *a cobra*). (CÂMARA JR., 1956, pp. 44-45).

Diante dessa descrição de Mattoso Câmara, entendemos que Bechara, na 1ª versão da MGP, apesar de não invalidar declaradamente o critério do sexo dos seres, encontrou uma solução para desvinculá-lo do gênero dos nomes com apoio em critérios formais baseados em princípios estruturalistas.

Ousamos afirmar que Bechara assumiu, quanto ao assunto ora abordado, uma postura inovadora em relação às obras equivalentes que circulavam em finais da década de 50 e início de 60.

Na 2ª fase da MGP, Evanildo Bechara trata da variação do gênero dos substantivos com uma abordagem ainda mais apoiada na teoria estruturalista e, em grande parte, nos postulados de Mattoso Câmara.

Segundo Kehdi (1998), as pesquisas de Mattoso Câmara sobre a flexão nominal de gênero em português concentram-se, essencialmente, nas obras *Problemas de linguística descritiva*, *Estrutura da língua portuguesa* e *Dispersos*, as quais ampliam e consolidam as ideias mattosianas acerca do assunto.

Mattoso mantém sua crítica com relação à abordagem dada à variação do gênero dos substantivos, considerando que “é exposta de uma maneira confusa e incoerente nas gramáticas tradicionais do português” (CÂMARA JR., 1994 [1970], p. 88) e, nas três obras citadas,

demonstra como esse processo caracteriza-se muito mais por princípios morfológicos e sintáticos, portanto, estruturais, do que por aspectos semânticos.

Primeiramente, podemos constatar que o linguista expõe, de forma ainda mais definida, seu pensamento quanto à relação entre gênero e sexo:

No quadro do gênero das línguas românicas, o critério semântico do sexo só é teoricamente aplicável aos substantivos referentes aos itens do reino animal. Aí, há, com efeito, certa correspondência entre sexo e gênero, mas muito longe de ser cabal e coerente. Foi o que teve de admitir a gramática tradicional, fazendo uma distinção terminológica entre gênero "natural" e gênero "gramatical" para poder levar em consideração as discrepâncias à diretriz semântica que adotou.

Ora, se o gênero mesmo para esses termos, que constituem só uma pequena porção do acervo de substantivos da língua, não coincide necessariamente com a diretriz semântica do sexo, é perturbador e contraproducente tomar essa diretriz como ponto de partida para a descrição da categoria substantiva do gênero. (CÂMARA JR., 1975, p. 117-118).

A essa situação, Mattoso ainda soma o fato de que, muitas vezes, mesmo substantivos que designam seres animados podem apresentar discrepância entre gênero e sexo, como é o caso de "cônjuge", sempre masculino, aplicando-se ao esposo ou à esposa, ou "cobra", sempre feminino, mesmo quando acompanhado do determinante "macho" (já que dizemos "a cobra macho").

Assim, ao desvincular a categoria de gênero da categoria biológica de sexo, Mattoso procura tecer uma descrição simplificada desse fato gramatical, indicando diferentes processos de expressão do gênero.

O linguista evidencia que, em grande parte, o gênero dos substantivos, na língua portuguesa, é expresso por processos lexicais, como a *heteronímia*, em que os gêneros masculino e feminino são expressos pelo emprego de palavras distintas (por exemplo, *homem/mulher*), e por *derivação sufixal* (por exemplo, *imperador/imperatriz*).

O único caso em que o autor considera ocorrer flexão de gênero é quando a formação do feminino se dá pelo acréscimo da desinência *-a* (por exemplo, *lobo/loba*).

Além disso, Mattoso (2002 [1969], p. 64) ressalta que, nos nomes masculinos e femininos de gênero único, na verdade, “há um gênero latente que se torna explícito com a presença real ou virtual do artigo”, ou seja, a marca do gênero está no artigo. Esse fato linguístico ressaltado pelo autor o leva ainda a concluir que a flexão nominal de gênero se caracteriza como um processo redundante, pois “quando aparece, reforça apenas a expressão de uma categoria gramatical latente, que, mesmo sem essa flexão, se manifesta pela forma do artigo definido que o vocábulo nominal exige” (CÂMARA JR., 2002 [1969], p. 64). Observamos que tal conclusão de Mattoso Câmara respalda o modo como Bechara introduz o assunto “gênero dos substantivos” tanto na 1ª quanto na 2ª versão da MGP.

Na publicação de 1999, Bechara amplia consideravelmente sua exposição acerca do gênero dos nomes e parece ainda se apoiar essencialmente nas ideias de Mattoso Câmara, acrescentando algumas conclusões oriundas da influência do linguista português Herculano de Carvalho.

Ao discorrer sobre a questão do gênero dos substantivos, Bechara mantém a orientação inicial apresentada na 1ª versão da MGP para a distinção entre substantivos masculinos e femininos, alterando somente o termo “palavra” por “artigo”. Assim, o gramático indica a anteposição do artigo *o* ou *a* como marca de gênero nos substantivos. Essa orientação mantém-se consoante com os estudos de Mattoso Câmara, que, em seus *Dispersos*, por exemplo, afirma:

Todos os nomes em português admitem a determinação de gênero pelo artigo.

[...]

Chegamos assim ao princípio fundamental da morfologia do gênero em português. O gênero dos substantivos se afirma pela seleção da forma do artigo determinante. Em outros termos: o gênero do substantivo está na flexão do artigo que o determina ou pode determinar. (CÂMARA JR., 1975, p. 122).

Embora apresentando uma postura menos enfática e categórica que Mattoso Câmara, Bechara também aponta que, nem sempre, a categoria gramatical de gênero se relaciona à categoria biológica de sexo, afirmando

que “a diferença do sexo nos seres animados pode manifestar-se ou não com diferenças formais neles” (1999, p. 132-133).

Fundamentando-se em lição de Herculano de Carvalho, o autor da MGP explica que, em alguns casos, a distinção de gênero aparentemente se manifesta pela flexão, como nos pares “menino/menina” ou “mestre/mestra”, esclarecendo que não é isso o que ocorre de fato, pois, como afirma Herculano de Carvalho,

[...] não é o fato de em português existirem duas palavras diferentes — homem / mulher, pai / mãe, boi / vaca, e ainda filho / filha, lobo / loba (das quais estas não são formas de uma flexão, mas palavras diferentes tanto como aquelas) — para significar o indivíduo macho e o indivíduo fêmea (duas espécies do mesmo ‘gênero’, em sentido lógico) que permite afirmar a existência das classes do masculino e do feminino, mas, sim, o fato de o adjetivo, o artigo, o pronome, etc., se apresentarem sob duas formas diversas exigidas respectivamente por cada um dos termos que aqueles pares opositivos — , ‘este homem velho’ / ‘esta mulher velha’, ‘o filho mais nôvo’ / ‘a filha mais nôva’ —, formas que de fato constituem uma flexão. (HERCULANO DE CARVALHO, 1970, apud BECHARA, 1999, p. 132).

Desse modo, Bechara reforça o entendimento de que, muitas vezes, o que define o gênero do substantivo são seus determinantes que, no caso, sofrem flexão. Vemos que o gramático ressalta aqui um processo sintático para a distinção do gênero do substantivo.

Nessa segunda fase da MGP, em posicionamento que diverge do adotado por Mattoso, Bechara desenvolve a ideia de que, em nenhuma situação, o gênero dos substantivos se manifesta por meio de flexão. O autor da MGP aponta que o morfema *-a* que aparece em *barca* (feminino de *barco*) ou *gata* (feminino de *gato*), por exemplo, exerce função derivativa, ou seja, é um sufixo derivacional, já que caracteriza um processo de formação de uma nova palavra, como demonstra no trecho:

É pacífica, mesmo entre os que admitem o processo de flexão em *barco* → *barca* e *lobo* → *loba*, a informação de que a oposição masculino – feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, não-marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer:
barco / *barca* (= *barco* grande)
jarro / *jarra* (um tipo especial de *jarro*)
lobo / *loba* (a fêmea do animal chamado *lobo*) (BECHARA, 1999, p. 132).

Assim, o gramático reconhece a manifestação do gênero por meio de dois recursos distintos: a *moção*, que seria a mudança de sufixo, como nos pares opositivos “menino**o**/menina**a**” e “gato**o**/gata**a**”, e a *heteronímia*, ou seja, o emprego de palavras diferentes para masculino e feminino, por exemplo, “homem/ mulher” e “boi/vaca”.

2.4 O advérbio: uma análise comparativa

Ao compararmos as definições e os exemplos dados por Bechara para a classe gramatical “advérbio” nas duas versões da MGP, notaremos que são, em parte, coincidentes; no entanto, a segunda versão da obra apresenta alguns acréscimos que merecem atenção.

Inicialmente, Bechara define “advérbio” da seguinte maneira:

Advérbio – Advérbio é a expressão modificadora que denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.):

Aqui tudo vai *bem* (lugar e modo).

Hoje não irei *lá* (tempo, negação, lugar).

O aluno *talvez não* tenha redigido *muito bem* (dúvida, negação, intensidade, modo).

O *advérbio* é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda a um adjetivo, a um advérbio ou a uma declaração inteira:

José escreve *bem* (advérbio em referência ao verbo).

José é *muito* bom escritor (advérbio em referência ao adjetivo *bom*).

José escreve *muito* bem (advérbio em referência ao advérbio *bem*).

Felizmente José chegou (advérbio em referência a toda a declaração: José chegou; o advérbio deste tipo geralmente constitui um juízo pessoal de quem fala). (BECHARA, 1997 [1961], p. 152).

Pode-se notar que o autor, primeiramente, fornece uma definição taxionômica, mas, não deixam de ficar evidentes alguns princípios estruturalistas que baseiam essa definição inicial, pois o que foi apontado sobre os advérbios destaca sua forma (“palavra de natureza nominal ou pronominal”), função (“expressão modificadora”) e sentido (“denota circunstância”).

Na segunda versão da obra, logo em seguida a essa definição, o autor acresce uma explanação sobre a função que os advérbios podem assumir nas frases, como modificadores de substantivos ou como predicativos, reforçando o caráter estruturalista de sua abordagem, como se vê a seguir:

Certos advérbios são assinalados em função de modificador de substantivo, principalmente quando este é entendido não tanto enquanto substância, mas enquanto qualidade que esta substância apresenta: *Gonçalves Dias é verdadeiramente poeta* [PL apud por EBm. 1, 8].

*Pessoas **assim** não merecem nossa atenção.*

Também certos advérbios funcionam como predicativo, à maneira dos adjetivos:

*A vida é **assim**.* (BECHARA, 1999, p. 288, sublinhamos).

A essas colocações, Bechara, citando Mattoso Câmara, acrescenta um comentário que evidencia a versatilidade dos advérbios na língua: "Como bem diz Mattoso Câmara [MC.8, 122], perturba a descrição e a demarcação classificatória à extrema mobilidade semântica e funcional que caracteriza os advérbios'." (BECHARA, 1999, p. 288).

Na versão de 1999, o autor acrescenta, ainda, os subtópicos "Combinações com advérbios" e "Advérbio e preposição" ao texto gramatical original. Nesses itens, Bechara demonstra como os advérbios funcionam como outras categorias gramaticais, ilustrando um deslizamento categorial sustentado, como nos indica Neves (2012), por uma "fluidez gramatical manifestada no uso linguístico" e, portanto, na linguagem em funcionamento.

Em "Combinações com advérbios", destacamos o trecho em que o autor, opondo-se a uma explicação dada pela gramática tradicional, expõe e exemplifica o emprego dos advérbios como "conjunções":

Alguns advérbios [...] precedem o transpositor **que** para marcar a circunstância, formando o que a gramática tradicional chama de *locuções conjuntivas* adverbiais. A rigor trata-se de um grupo de palavras que, por hipotaxe¹⁵, funciona como conjunção:

Agora que tudo serenou, podemos retornar.

Sabíamos que ele estava errado *sempre que* gaguejava.

Ainda que estude, terá de aperfeiçoar-se *depois que* se gradue.

¹⁵ "A hipotaxe é a propriedade oposta à hipertaxe: consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior, ou em estratos inferiores." (BECHARA, 1999, p. 47).

Já que não me responde, sinto-me desobrigado de convidá-lo.
Assim que chegou, começou a trabalhar. (BECHARA, 1999, p. 288, sublinhamos).

A observação desse fenômeno ainda leva o autor a ressaltar que, devido à sua mobilidade posicional, certos advérbios se colocam quase sempre no início da oração, o que tem levado alguns gramáticos a classificar esses advérbios (*pois, logo, entretanto, contudo, por conseguinte*) como conjunção coordenativa explicativa (causal), conclusiva, etc.

No subtópico seguinte, “Advérbio e preposição”, Bechara descreve outra possibilidade de emprego dos advérbios, demonstrando como alguns advérbios podem funcionar como preposição:

[...] Unido o grupo a preposições teremos um conjunto que, por hipotaxe, funciona como simples preposição a introduzir um adjunto adverbial: apenas, em frente, em cima, depressa, debaixo, em baixo (embaixo), detrás, etc.

Os livros ficam *debaixo da* mesa. (*sob* a mesa)

O carro estacionou *em frente da* casa.

A jarra repousa *em cima da* mesa. (*sobre* a mesa) (BECHARA, 1999, p. 289, grifo nosso).

A partir dessa abordagem funcional da linguagem, mesmo sem declarar explicitamente, Bechara demonstra que a rigidez categorial das classes de palavras, muitas vezes, não se sustenta no uso, visto que o uso é capaz de flexibilizar a rigidez.

Ao descrever as “Circunstâncias adverbiais”, o gramático ressalta o caráter heterogêneo dessa classe de palavras e a consequente dificuldade de se estabelecer uma classificação unitária que abarque todos os casos. O autor salienta o fato de que a classificação dos advérbios ora se baseia em valores léxicos (semânticos), ora se baseia em critérios funcionais. E, nesse segundo caso, inclui os advérbios classificados como “*demonstrativos (aqui, então, agora, aí, etc.)*, os *relativos (onde, como, quando, etc.)* e *interrogativos (quando?, onde?, como?)*” (BECHARA, 1999, p. 290).

Dando continuidade a esse estudo, o autor descreve certos processos de estruturação do discurso e do texto dos quais fazem parte os advérbios, citando Eugenio Coseriu:

[...] No que toca particularmente a certos advérbios, merece atenção a camada da *antitaxe*, que diz respeito à retomada ou substituição de uma unidade de um plano gramatical qualquer, já presente ou virtualmente presente ou previsto no discurso, poder ser retomada ou antecipada por outra unidade, num ponto do discurso individual ou dialogado [ECs.2, 38]. A substituição ou retomada já vinha sendo posta em evidência pela gramática tradicional no caso dos pronomes; mas a ação da antitaxe é mais ampla e vai desembocar no papel textual de alguns advérbios, como veremos a seguir. **Assim, não são advérbios mas substitutos de oração** (pro-orações ou protextos) *sim*, *não*, *talvez*, *também*, quando retomam, como respostas, enunciados textuais:

Você vai ao cinema? — *Sim*.

Ela fez os exercícios? — *Não*.

Tu não foste escolhido? ***Também***.

Estão no mesmo caso as unidades de valor circunstancial (advérbios) que aparecem em orações do tipo seguinte, mas que retomam 'estados de coisas' designados ou intuídos anteriormente, que exprimem relações ligadas ao sentido do discurso:

De fato nós saímos cedo.

Isto, *sem dúvida*, está errado. (BECHARA, 1999, p. 292, destacamos).

Nota-se aqui a admissão do papel discursivo-textual que os advérbios podem assumir. Ao receber a resposta “Também.” à pergunta “Tu não foste escolhido?”, o locutor entenderia que esse advérbio significa “Eu também não fui escolhido”, o que revela sua função oracional.

Em outro exemplo acima transcrito, a locução adverbial “de fato” relaciona-se ao sentido do discurso, não estabelecendo relação sintática no texto, ou seja, não apresenta âncora textual.

Além dos casos descritos, Bechara também aponta situações de uso em que alguns advérbios passam a funcionar no nível da cláusula, da oração ou do texto, conforme se observa a seguir:

Estes casos de antitaxe (retomada ou substituição) se combinam com outra camada de estruturação gramatical que é a *hipertaxe* ou *superordenação*, fenômeno pelo qual uma camada de nível inferior pode funcionar sozinha em camadas superiores. **É o caso de advérbios em –mente quando saem da camada no nível da palavra para funcionar no nível da cláusula e daí no nível da oração ou do texto**, em exemplos como:

Certamente!

Naturalmente!

ambos no nível da oração ou do texto, ou em:

Certamente ela não virá hoje.

Todos saíram ilesos, *felizmente*.

Naturalmente ele negará o que disse ontem.

todos no nível da cláusula comentário.

Portanto, a tais advérbios não se há de querer aplicar a série de características canônicas do advérbio que se acha exclusivamente preso às referências do núcleo verbal. (BECHARA, 1999, pp. 292-293, grifo nosso).

Enfim, vale observar como o autor demonstra que alguns adjetivos podem assumir a função de advérbio:

Adverbialização de adjetivos — **Muitos adjetivos, permanecendo imóveis na sua flexão de gênero e número, podem passar a funcionar como advérbio:**

Fala *claro* na hora da sua defesa.

Compraram *caro* a fazenda.

Agora estão vivendo *melhor*. (BECHARA, 1999, p. 294, grifo nosso).

Fica evidente nos exemplos acima como os adjetivos “claro”, “caro” e “melhor”, mantendo sua função atributiva de propriedade, indicam o modo como a ação verbal está sendo desempenhada.

É interessante destacar que o autor, em postura diferente da ainda adotada por grande parte dos estudiosos à época de publicação da primeira fase da MGP, não trata da invariabilidade do advérbio, ou seja, não classifica o advérbio como um termo invariável. Em vez disso, Bechara escreve o subtópico “Gradação dos advérbios”, demonstrando que os advérbios podem se modificar, seja pela adição de outra palavra ou expressão, seja pelo acréscimo do sufixo “mente”, por exemplo, para expressar grau.

CAPÍTULO 3

A aplicação da teoria funcionalista: um estudo de caso

Neste capítulo, procuraremos evidenciar de que forma a teoria gramatical de vertente funcionalista, baseada nos estudos de Eugenio Coseriu e apresentada na Introdução da segunda versão da MGP, reverbera na obra.

Ao observar a abordagem dada por Bechara ao estudo do “verbo” na versão atualizada da MGP, é possível notar que o gramático busca dar um novo tratamento ao assunto, ao propor um estudo baseado no sistema de categorias verbais, elaborado por Roman Jakobson, e ao reservar um espaço para um exame mais detalhado das categorias de tempo e aspecto verbais, com base na proposta de Eugenio Coseriu.

Para verificar em que medida a proposta de Bechara para o estudo do verbo na gramática se configura como inovadora, traçaremos um paralelo entre o tratamento dessa classe gramatical nas duas versões da obra, estabelecendo relações com estudos anteriores e contemporâneos a cada versão.

3.1 O verbo ao longo dos tempos

Na primeira versão da MGP, o tratamento da classe gramatical *verbo* se inicia da seguinte maneira:

Verbo é a palavra que, exprimindo ação ou apresentando estado ou mudança de um estado a outro, pode fazer indicação de pessoa, número, tempo, modo e voz.

Cantaremos é uma forma verbal, porque exprime uma ação (a de cantar), exercida (referência à voz) pela 1ª pessoa (referência à pessoa) do plural (referência ao número), do presente (referência ao tempo) do indicativo (referência ao modo). (BECHARA, 1997 [1961], p. 103).

A abordagem de Bechara denota uma descrição conduzida pelos estudos gramaticais clássicos e reveladora do percurso que o tratamento do verbo seguiu ao longo dos tempos na gramaticografia brasileira.

A definição orientada pela ideia de que o verbo é uma palavra que expressa ação ou estado e apresenta categorias gramaticais específicas já estava presente na primeira gramática do mundo ocidental, a *Téchne Grammatiké*, de Dionísio o Trácio (séculos II-I a.C.), da Escola de Alexandria. Dionísio definiu o verbo como:

[...] a palavra não casual, capaz de tempos e também de pessoas e números, a qual apresenta ação e padecimento. Acompanham o verbo, por sua vez, [estes] oito: flexões, disposições, espécies, figuras, números, pessoas, tempos, conjugações. (MARTINHO, 2007, p. 164)

Essa definição de Dionísio baseia-se em critérios morfológicos e semânticos, o que, como veremos, foi mantido pela tradição gramatical no curso do tempo.

Quanto à forma, o gramático grego destaca que o verbo não se declina em casos, mas apresenta oito acidentes¹⁶. Por meio desses acidentes, que o autor define e exemplifica individualmente na obra, o verbo “se torna capaz” de indicar tempo, pessoa e número e de expressar uma ação praticada ou um estado.

A respeito da definição de verbo encontrada na *Téchne Grammatiké*, Steinthal lembra que

[...] a autenticidade dessa definição de verbo que o Manual apresenta já foi posta em dúvida; a verdadeira definição de Dionísio consideraria verbo a palavra (indeclinável) que indica um predicado, capaz de exprimir tempos, pessoas e números. (STEINTHAL, 1981, v. II, p. 269 apud NEVES, 2005, p. 165).

¹⁶ Segundo Auroux, **acidente** “designa tudo o que pode acontecer a uma palavra” (AUROUX, 2009, p. 101). Assim, cada alteração sofrida por uma palavra para indicar número, pessoa ou tempo, por exemplo, é considerada um acidente.

Sobre a afirmação de Steinthal, Neves (2005, p. 165) destaca que, ao indicar um predicado, essa definição traria uma “indicação lógica que a definição do manual não traz [...] e que significa a manutenção da conceituação estoica”, pois, conforme Diógenes Laércio, “os estoicos definem o verbo como a parte do enunciado que indica um predicado simples, ou como o elemento indeclinável do enunciado que indica alguma relação com outra coisa” (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 58, apud NEVES, 2005, p. 151).

Certamente, se essa outra definição constasse na *Téchne*, o desenvolvimento da disciplina gramatical ocidental teria tomado outros rumos, se levarmos em conta a dimensão que a obra de Dionísio atingiu no Ocidente e, especialmente, o papel do verbo para a estruturação do discurso e, como consequência, sua importância nos estudos da língua.

Salientamos ainda que Dionísio separa o particípio da classe dos verbos, definindo-o como: “[...] palavra que participa da particularidade dos verbos e da dos nomes. Acompanham-no, por sua vez, os mesmos que [acompanham] tanto o nome como o verbo – com PESSOAS e também FLEXÕES à parte.” (MARTINHO, 2007, p. 167).

Conforme Neves (2002, p. 55), o fato de o particípio não ser considerado nem uma espécie de nome nem uma espécie de verbo se explica porque, por um lado, “a existência de formas ativas e passivas, a regência e a própria distribuição” o impediam de ser aceito como nome e, por outro, “a existência de gênero e casos impedia a sua filiação entre os verbos”.

Cerca de quatro séculos mais tarde, o gramático latino Donato (310-363 d.C.), em sua *Arte Menor*, define o *verbo* pautando-se, do mesmo modo que Dionísio (170-90 a.C.), em critérios morfológicos e semânticos:

Verbo é o quê? É a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois. O verbo tem quantos acidentes? Sete. Quais? Qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa. (DEZOTTI, 2007, p. 189).

Donato, entretanto, menciona acidentes que não coincidem exatamente com aqueles estabelecidos por Dionísio. Além disso, ao tratar da significação do verbo, o gramático latino deixa mais evidentes as noções de atividade (“fazer algo”) e passividade (“ser afetado”), o que seria justamente aquilo que é “próprio do verbo”, de acordo com Neves (2005, p. 165).

Com relação ao particípio, o gramático latino assim o define: “É a parte da oração que traz parte de nome e parte de verbo: de nome, gêneros e casos; de verbo, tempos e significações; de ambos, número e figura.” (DEZOTTI, 2007, p. 198). Ou seja, do mesmo modo que Dionísio, baseando-se em critérios formais, Donato desvincula o particípio do verbo, considerando-o como uma das partes da oração.

Analizando as considerações de Dionísio o Trácio e Donato para o verbo, constatamos que em pouco se diferem, apresentando coincidências tanto no que se refere a dados acidentais, quanto com relação a propriedades semânticas, sendo que seus postulados resgatam ora princípios aristotélicos, ora princípios estoicos. Segundo Dezotti (2007, p. 81-82), por exemplo, o fato de o verbo não apresentar caso coincide com a definição estoica e o fato de admitir tempo, com a caracterização aristotélica.

Passando ao Renascimento, verificaremos o que falam Fernão de Oliveira (1507-1580) e João de Barros (1496-1570) sobre a classe gramatical verbo, nas duas primeiras gramáticas do português, no século XVI.

A *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, apresenta uma abordagem das classes gramaticais que se distancia significativamente do que era apresentado pelas tradições gramaticais grega e latina. Em verdade, segundo Leite,

[...] a *Grammatica* não segue a tradição das já existentes, as gregas, as latinas e a espanhola, por exemplo. Por isso, [o autor] não se obrigou a registrar a variedade literária, talvez conhecida dos falantes comuns da língua, ou, pelo menos, não totalmente conhecida, mas objetivou fazer uma observação da prática lingüística por ele vivenciada. (LEITE, 2007, p. 100-101).

Consequentemente, o gramático não se preocupa em definir as classes gramaticais das quais trata, mas procura descrever seu uso, sua realização. Assim, ao tratar do verbo, Oliveira afirma:

Avendo de falar da analogia dos verbos não dizemos que cousa e verbo nẽ quantos generos de verbos temos: porque não e desta parte a tal accupação: mas so mostraremos como são diuersas as vozes desses verbos em generos: cõjugações. modos. tẽpos. numeros. e pessoas. e tampẽ como em cada genero. cõjugaçã. modo. e tẽpo. numero e pessoa. desses verbos se proporcionão essas vozes e medẽ hũas por outras. não dando porẽ cõprida e particularmẽte as inteiras formações e as eiçeições de suas faltas se não so amoestando em breue o *que* ha nellas: para *que* depois a seu tẽpo quando as trataremos sejão melhor e cõ mais facilidade entendidas. (OLIVEIRA, 1536, p. 71).

Como vemos no trecho, Fernão de Oliveira esclarece que seu objetivo não reside em definir o que é o verbo e descrever suas características, mas sim, em mostrar, a partir das categorias gramaticais que o verbo apresenta, suas “diversas vozes”, isto é, ilustrar como as formas verbais são colocadas em uso, discursivamente.

No trecho a seguir, observamos como Oliveira procede à descrição dos verbos, descrevendo as regularidades por analogia:

Nos generos dos verbos não temos mais que hũa so voz acabada em .o. pequeno: como ensino. amo. e ando: a qual serue como digo em todos os verbos tirando algũs poucos como são estes. sei. de saber. e vou. e dou. e estou. e mais o verbo sustãtiuo o qual hũs pronũciã em .om. como som. e outros em ou. como. sou. e outros em .ão. como são. e tãbẽ outros que eu mais fauoreço em .o. pequeno como .so. no parecer da premeira pronũciação cõ .o. e .m. que diz som. he o mui nobre johã d' barros e a rezão que da por si e esta: que de som. mais perto vẽ a formaçã do seu plural o qual diz. somos. com tudo sendo eu moço pequeno fui criado em são domingos Deuora onde fazião zõbaria de mỹ os da terra porque o eu assi pronũciaua segũdo que o aprendera na beira. Isto dixẽ da premeira pessoa do presente do indicatiuo: porque esse tẽpo e o infinitiui são principio da cõjugação: o qual infinitiui ou acaba em ar. como amar. ou em .er. como fazer. ou em .ir. como dor mir. mas cõ tudo tãbẽ ahi tem suas eiçeições os verbos por que este verbo ponho pões. faz o seu infinitiui ã .or. dizẽdo .por. o qual todauia ja fez poer e ainda o assi ouuimos a alghũs velhos: destes dous lugares formamos toda a outra conjugação a qual he diuersa como logo diremos ensinãdo quãtas são as conjugações e amoestãdo que ha hi dellas eiçeições. (OLIVEIRA, 1536, p. 71-72).

Dessa maneira, sem especificar as categorias gramaticais apresentadas pelo verbo, o gramático tece sua descrição, revelando quais são os usos mais “favorecidos”, que retratam o modo de falar das pessoas cultas, como João de Barros, a quem se refere nominalmente. Nessa passagem do texto, vemos que Fernão de Oliveira chega até a descrever um exemplo de variação linguística regional, quando afirma que ele mesmo apresentava pronúncia diferente daquela considerada “normal” no local onde crescera, e de mudança linguística, quando se refere ao verbo *pôr*, indicando que sua forma já havia sido *poer*.

De acordo com Leite (2007, p. 202-203), o trabalho de Fernão de Oliveira é original sob três aspectos: (i) a metodologia, que revela um trabalho indutivo a partir dos conhecimentos teóricos do autor; (ii) a estrutura da obra, que se diferencia do modelo greco-latino; (iii) a natureza da gramática, que se presta à descrição da língua e não, à prescrição de regras para o uso “correto”. Assim, segundo a autora, Fernão de Oliveira produziu um legado:

[...] verdadeiramente importante à lingüística portuguesa, não só por ter deixado registrados dados sobre o português quinhentista mas também por revelar um lingüista extremamente lúcido e capaz de reconhecer e explicar os fenômenos da linguagem. (LEITE, 2007, p. 101-102)

Apesar da proximidade espaço-temporal, João de Barros, na *Gramática da língua portuguesa* (1540), adota postura bastante diversa da manifestada por Oliveira. Ao tratar do verbo, Barros, declaradamente, afilia-se à doutrina gramatical latina, que ficou muito bem estabelecida com a *Ars*, de Donato. Ao iniciar sua definição, o gramático português faz questão de dizer que se baseia na definição de “todos os gramáticos”, de modo genérico, e adiante, refere-se aos “latinos”, como se vê:

DO VERBO.

18

Definição e diuisão do uerbo.

Verbo (segundo definição de todos os gramáticos) é hũa uóz ou palaura que demóstra obrár algũa cousa: o qual nam se declina como o nome e prónimo per casos, mas coniugase per modos e tempos, como ueremos per suas coniugações. Os latinos partem os seus uerbos, em sustantiuos e aietiuos. Dos primeiros temos este só uerbo, sou, ao qual chamámos sustantiuo por que demóstra o ser pessoál da cousa, como quando digo, Eu sou criatura racional. Verbo aietiuo podemos chamar todos os outros.

Repártem mais os latinos os seus uerbos, em pessoaes e impessoaes. Verbo pessoal é aquelle que tem numeros e pessoas. E todos elles trázem consigo estes oito accidentes. Género, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, numero, coniugação.

(BARROS, 1540, p. 18)¹⁷

Barros, mantendo a abordagem canônica dos manuais de gramática, oferece uma definição ordenada por critérios semânticos e formais, que remonta ao significado estabelecido e às características morfológicas descritas pela tradição greco-latina.

No século XVII, entretanto, a publicação da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port Royal (1660), de Lancelot e Arnaud, retomou, de certa forma, as preocupações da Antiguidade com relação à língua, já que seus autores ressaltam a ideia de que a língua obedece a princípios lógicos, racionais.

¹⁷ Verbo (segundo definição de todos os gramáticos) é uma voz ou palavra que demonstra obrar alguma coisa, a qual não se declina como o nome e o pronome por casos, mas conjuga-se por modos e tempos, como veremos por suas conjugações. Os latinos partem os seus verbos em substantivos e adjetivos. Dos primeiros temos somente o verbo "sou", ao qual chamamos substantivo porque demonstra o ser pessoal da coisa, como quando digo "Eu sou criatura racional". Verbos adjetivos são todos os outros.

Jeronymo Soares Barboza, em sua *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* (1822), refletindo a tradição gramatical filosófica inaugurada pela Gramática de Port-Royal, define o verbo da seguinte maneira:

O Verbo he *hum*a parte conjunctiva do discurso, a qual serve para atar o attributo da proposição com o seu sujeito de baixo de todas as suas relações pessoas e numeraes, enunciando por diferentes modos a coexistencia e identidade de hum com outro por ordem aos diferentes tempos, e maneiras de existir.

O verbo pois além da sua significação primaria e principal, que he a da *Existencia*, compreende em si cinco ideas acessórias, indicadas todas pelas diferentes fórmulas, e terminações, que toma [...] (BARBOZA, 1822, p. 191-192, grifos do autor).

A definição de Barboza abandona o cânone greco-latino e passa a designar o verbo, essencialmente, a partir de sua função na frase. O autor não deixa de considerar as categorias gramaticais de pessoa, número, modo e tempo, mas focaliza seu papel discursivo antes de evidenciar a sua significação.

Esse foco é reafirmado no seguinte trecho:

Desta breve analyse do verbo se vê que sua essencia consiste propriamente na enunciação da coexistencia de hum a idea com outra; e não na expressão destas ideas, que ja para isso tem palavras destinadas nos substantivos e adjetivos que as nomeão [...] (BARBOZA, 1822, p. 192).

Ainda no século XVII, a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, representa o início do chamado período científico na produção gramatical brasileira. Segundo Cavaliere, essa nova vertente, decorrente da influência dos estudos histórico-comparativos, apresenta como traço distintivo a “descrição da língua com foco sobre o fato concreto, ou, como se costumava dizer, sobre a ‘matéria linguística’, em detrimento da especulação meramente conceitual.” (CAVALIERE, 2014, p. 30-31).

Desse modo, Júlio Ribeiro define o verbo como “uma palavra que exprime a existência de relação entre duas ideias” (RIBEIRO, 1881, p. 610) e explica por que, segundo sua concepção, as definições dadas anteriormente para essa classe gramatical não são válidas. Conforme Ribeiro (1881, p. 62-63): (i) a indicação de tempo, marcada por

caracteres formais, não pode ser definidora do verbo (como sugeriu Aristóteles), pois essa noção pode ser expressa por outras palavras e expressões; (ii) a ideia de ação também não é suficiente para definir o verbo, já que, na verdade, pela análise sintática, o verbo equivale “à palavra *ser* seguida de um predicado” e, ainda, há verbos que não encerram a ideia de movimento (como *descansar* ou *sentar*), aqueles que expressam a ideia de cor (como *negrejar* ou *verdejar*), e o verbo *ser*; (iii) também não se justifica a definição, encontrada na *Gramática de Port-Royal*, de que “o verbo é uma palavra que significa afirmação”, visto que, assim, não haveria verbos em proposições negativas.

Assim, o gramático descreve e analisa o fato linguístico empiricamente e, descartando hipóteses anteriormente levantadas acerca do verbo pela demonstração de suas incoerências práticas, pauta-se em critérios formais, semânticos e sintáticos, para sustentar a sua própria tese sobre o verbo.

Em 1887, é publicada a *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro. Apesar de contemporânea à obra de Júlio Ribeiro, ao menos no que tange ao tratamento do verbo, essa gramática apresenta um viés consideravelmente distinto:

Verbo é uma palavra pela qual póde uma acção, um estado ou uma qualidade ser attribuida a um ser. (1)

Este ser é o *sujeito* do verbo. As relações de estado ou acção são naturalmente numerosas e o seu conjuncto constitue a *conjugação*. (2)

Conjugação é o systema de todas as variações do verbo.

As variações dos verbos são mais ou menos uniformes e obedecem a quatro modelos ou *paradigmas*, que terminam em *ar*, *er*, *ir*, *or*, no infinito ; taes são : *amar*, *receber*, *punir*, *pôr*.

A quarta conjugação em *or* é composta do verbo *pôr* e seus derivados : é uma conjugação contracta, da segunda em *er*.

A antiga fórmula de *pôr* era *poer*.

Ao retomar a noção de que o verbo expressa ações e estados e ao sustentar a existência dos paradigmas para a conjugação verbal, João Ribeiro revela influência da tradição greco-latina. Silva, ao analisar as ideias linguísticas de João Ribeiro presentes na *Grammatica Portugueza*, afirma que o gramático apresenta

[...] uma postura teórica – e, mais do que isso, ideológica – que tem suas raízes remotas [...] na própria tradição gramatical latina e, conseqüentemente, seicentista, na medida em que o autor advoga a si mesmo e a sua classe social o poder de determinar qual o modelo linguístico a ser seguido pelo falante. (SILVA, M. P., 2006, p. 59).

Por outro lado, o autor não deixa de apresentar uma postura cientificista, pois, ao tratar dos verbos irregulares, realiza uma abordagem histórico-comparativa que acaba por contradizer o próprio conceito de verbo irregular inicialmente apresentado por ele:

Verbos irregulares são os que se affastam dos respectivos modelos de conjugação.

Historicamente, os irregulares são os que conservam a maior regularidade, isto é, conservam pela filiação historica as fórmulas latinas de onde se originaram. Assim, o presente *venho* do verbo *vir* é regularissimo se attendermos á origem latina : *venio*.

(RIBEIRO, 1889 [1887], p. 95)

Referindo-se a essa ocorrência na *Grammatica Portugueza*, Mattoso Câmara a imputa a uma “confusão do plano diacrônico com o sincrônico” (CÂMARA JR., 2004, p. 217). No entanto, quanto ao tratamento do verbo, Mattoso reconhece em Ribeiro

[...] a percuciência de destacar **um elemento flexional indicador do tempo verbal e a que chamou “incremento”**, fazendo a conjugação verbal resultar de uma soma desse incremento e da desinência (“flexão”) de número e pessoa e chegando por esse meio a **estabelecer estruturalmente** três séries de tempos verbais [...]. (CÂMARA JR., 2004, p. 218, grifos nossos).

Assim, mesmo não tendo chegado à análise mórfica do verbo proposta pelo estruturalismo, João Ribeiro oferece uma contribuição significativa aos estudos gramaticais, trazendo à luz uma nova possibilidade de análise da forma verbal que, segundo Mattoso (2014, p. 219), “no seu tempo até Said Ali deixou de lado, limitando-se a separar a flexão do radical”.

Essa feição híbrida, descritivo-prescritiva, que aparece na obra de João Ribeiro, é apontada, por Cavaliere (2006, p. 32) como característica das melhores gramáticas do período científico. O estudioso esclarece que

[a] feição genérica da gramática brasileira do período científico, portanto, espelha uma formulação em que coexistem os aspectos *universal*, *descritivo* e *prescritivo*. Nos melhores volumes, esta concepção tridimensional integra as preocupações do gramático, com natural ênfase em um dos aspectos, via de regra o descritivo. (CAVALIERE, 2014, p. 33).

E é essa mesma índole heterogênea que configura a *Grammatica expositiva: curso superior*, de Eduardo Carlos Pereira, publicada em 1907. O próprio autor declara no Prólogo da obra:

A orientação que seguimos, expol-a-emos em poucas palavras.

Em primeiro lugar, procuramos a resultante das duas correntes: — da corrente moderna, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que mais se preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento. Há verdade nas duas correntes: o erro está no exclusivismo de uma e de outra, ou, melhor, na confusão de ambas.

(PEREIRA, 1907, p. I)

Pereira acrescenta ainda que a abordagem histórica em um nível adequado ao aluno ajudaria a esclarecer determinados fenômenos correntes na língua.

No entanto, toda a sua descrição do verbo foi calcada basicamente em princípios da gramática greco-latina. Inicialmente, o autor apresenta uma definição centrada na ideia de expressão de ação ou estado e se refere a relações de tempo e modo que se atribuem a uma pessoa ou

coisa, mas Pereira não esclarece a forma como essas relações se estabelecem:

VERBO

216. **Verbo** é a palavra que exprime a *acção* attribuida, sob as relações de tempo e de modo, a uma pessoa ou cousa, como:—O homem *anda*, *andou*, *andar*, *andará*, *andaria* —A arvore *cahiu*, *cahirá*, *cahiria*.

Nota. Segundo Ayer e outros distinctos grammaticos, exprimir *acção* é caracter fundamental do verbo. Outros, porém, acham que este caracter pertence a certos verbos chamados por isso *activos*, como—*andar*, *amar*, etc., ao passo que os outros verbos exprimem *estados*, como—*estar*, *ficar*, *ser*, *viver*. Dahi definem o verbo como a palavra que exprime a *acção* ou o *estado*, ou, ainda, a *qualidade* attribuida ao respectivo sujeito. Porém nos proprios verbos de *estado* concebe-se algum grau de *actividade* do sujeito. A differença entre as duas actividades está em ser esta espontanea, e aquella reflectida.

(PEREIRA, 1907, p. 88-89)

Além disso, Pereira traz uma classificação detalhada dos verbos, com relação aos modos e tempos verbais, apresentando os paradigmas de conjugação tanto dos verbos auxiliares, quanto para verbos das quatro conjugações consideradas por ele. Não se vê na *Grammatica expositiva* inovações com relação ao tratamento do verbo.

Como revelado anteriormente, entre as principais referências que se pode notar explicitamente na obra gramatical de Evanildo Bechara está Said Ali. Na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, publicada inicialmente em 1923, Said Ali apresenta a seguinte definição para o verbo:

VERBO é a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural), o tempo (atual, vindouro, ou passado) e o modo da ação ou estado (real, possível, etc.).
(SAID ALI, 1969 [1923], p. 68).

A definição de Said Ali se mantém na tradição gramatical, pautando-se pelos mesmos critérios semânticos e morfológicos fixados pelas gramáticas grega e latina.

No entanto, vale ressaltar alguns pontos do tratamento dado por Said Ali a essa classe gramatical.

Primeiramente, quanto à forma e à função, Said Ali divide as formas verbais em: “finitas” e “infinitas”. As formas finitas seriam aquelas que funcionam como substantivo (infinitivo), adjetivo (particípio) e advérbio (gerúndio).

Quanto à significação do verbo, o gramático abandona as noções de “verbo substantivo” e “verbo adjetivo”, passando a distinguir os verbos como “nocionais” e “relacionais”, explicando:

VERBO NOCIONAL é todo aquele que se emprega com função predicativa. Exemplos:

A criança *chora*.

Os peixes *vivem* na água.

A Lua *gira* em torno da Terra.

[...]

VERBO RELACIONAL é aquele que vem combinado ou com um adjetivo para constituir o predicado, ou com alguma forma infinita de verbo nocional. Exemplos:

As flores *são* cheirosas.

Todas as frutas *foram* colhidas.

Tu não *tens* dormido. (ALI, 1969 [1923], p. 93).

Assim, a partir dessa distinção (que não foi adotada pela NGB), Said Ali destaca como o verbo compõe a estrutura da oração considerando as duas funções que essa classe gramatical poderia assumir sintaticamente, segundo o gramático.

Apesar de não tratar especificamente da categoria de aspecto, Said Ali, ao abordar o emprego de *estar* como verbo auxiliar, revela noções relacionadas a essa categoria.

Ao descrever o emprego de *estar* com o verbo principal no gerúndio, o gramático apresenta duas situações em que o processo verbal pode ser analisado do ponto de vista de sua duração, o que caracteriza a noção de aspecto verbal segundo Mattoso Câmara (1954, p. 118). Vejamos:

Com o auxiliar ESTAR emprega-se o verbo no gerúndio para designar **ato durativo** que abrange rigorosamente e excede, ou deve exceder, o momento em que se fala (presente) ou do qual se fala.

[...]

ESTAR combinado com infinitivo mediante a preposição A é linguagem usada para significar a **ação iminente**. (SAID ALI, 1969 [1923], p. 74, grifos nossos).

Na primeira situação, conforme a nomenclatura adotada por Mattoso, teríamos o aspecto “durativo”, pois enfatiza a duração do processo, e na segunda situação, teríamos o aspecto “inceptivo”, o qual marca o princípio de um processo.

Tendo em vista tais observações, é possível afirmar que a abordagem realizada por Said Ali, apesar de se ancorar na tradição greco-latina, diferencia-se do que vimos até a *Grammatica expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907), com relação ao tratamento do verbo, especialmente, no que tange à ampliação dos princípios semânticos adotados para a análise linguística.

Da *Gramática Secundária* passaremos à *Teoria da Análise Léxica*, publicada em 1956, por Mattoso Câmara. Ao analisarmos a definição de verbo apresentada por Mattoso Câmara, notamos que o autor procura descrever de forma ainda mais detalhada o que é expresso pelo verbo, mas também se pauta na ideia de ação e processo. No entanto, Mattoso acresce a noção de “categorias gramaticais” explicitamente à definição de verbo, distinguindo como específicas do verbo as categorias de pessoa e de tempo:

As palavras variáveis chamadas VERBOS servem para indicar o que se passa em nós e em volta de nós no universo. Com efeito, os sêres, a que os nomes se referem não ficam inalterados e imóveis: mudam, movem-se, agem. Tudo isso que se passa nêles ou por meio dêles, é indicado na linguagem pela palavra chamada VERBO.

Numa palavra verbal, **as variações de forma giram em torno de duas categorias gramaticais**: 1) a de pessoa, que indica se está na 1ª, na 2ª ou na 3ª pessoa do discurso o ser chamado SUJEITO, do qual decorre o que o verbo exprime – *falo (eu)*, *falamos (nós)*, *falas (tu)* etc.; 2) a de tempo, que indica se é pretérito (isto é, passado), presente ou futuro o momento da realização daquilo que o verbo exprime – *falei* (já antes, no pretérito), *falo* (agora, no presente), *falarei* (mais tarde, no futuro). (CAMARA JR., 1956, p. 61, grifamos).

A definição de Mattoso já demonstra conhecimentos construídos à luz do estruturalismo, procurando indicar a relação entre forma e sentido sustentada por essa teoria. Nos seus *Princípios de Linguística Geral*, ao distinguir “nome” e “verbo”, o autor considera que essa distinção se caracteriza por circunstâncias de forma e, citando A. W. Groot, destaca que:

[u]m *signum* linguístico (ing. *sign*), e conseqüentemente também **a palavra, é, em virtude de sua essência e definição, uma unidade de forma e sentido** (ing. *meaning*). O sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito: conjuga-se a uma forma. O termo *sentido* só pode ser definido com o auxílio do conceito *forma*. (GROOT¹⁸, p. 439, apud CAMARA JR., 1954, p. 147, grifamos).

Desse modo, para que a definição de verbo e de outras classes de palavras pudesse fazer sentido ao leitor, antes de tratá-las individualmente, Mattoso apresentou o conceito de categorias gramaticais, apontando sua função na gramática:

Com efeito, a gramática organiza e distribui em classes as palavras e suas variações de forma.

São as CATEGORIAS GRAMATICAS.

Correspondem à maneira pela qual a nossa língua exprime o que há no universo e o que nêle se passa. (CAMARA JR., 1956, p. 31).

O autor explica, então, que a análise categórica consiste na enumeração, em referência a cada palavra da frase, da sua classe gramatical e das classes de variações de forma apresentadas. Então, apesar de não empregar termos como “desinências” ou “morfemas flexionais”, Mattoso aponta que as variações de forma se dão por meio de um processo de substituição da parte final da palavra e que cada substituição realizada é significativa:

Os elementos que se substituem entre si, acrescentando-se à parte radical de uma palavra variável, vêm no fim da palavra, isto é, na sua TERMINAÇÃO; chamam-se FLEXÕES. Assim nas duas palavras da frase –

Lôbas uivam

- há duas flexões em *lôbas* (-a para indicar que se trata de fêmea, e -s para indicar que se trata de mais de um ser) e uma flexão em *uivam* (-am para indicar que o ato é praticado por mais de um ser e se passa no momento em que falamos). (CAMARA JR., 1956, p. 33).

¹⁸ GROOT, A. W. de. *Structural Linguistics and Word-Classes*. Li. I, 4.

Certamente, por se tratar de uma obra com caráter eminentemente pedagógico, em *Teoria da Análise Léxica*, o linguista optou por uma abordagem com caráter pragmático e simplificado em relação aos conhecimentos que já havia apresentado em *Princípios de Linguística Geral*.

Dando continuidade à sua exposição, o autor apresenta a noção de modo, relacionando-a ao sentido da declaração expressa ("firme", no modo indicativo, "duvidosa", no subjuntivo, ou "de ordem", no imperativo). Além disso, indica as formas nominais do verbo, ressaltando-as como "variações verbais" que os verbos podem sofrer para assumir, na frase, um papel nominal.

Finalmente, o autor aborda as conjugações verbais, elegendo o infinitivo como a forma que mais facilita o reconhecimento de cada conjugação. Nesse momento, Mattoso Câmara destaca que "[o]s infinitivos das três conjugações distinguem-se assim pelas vogais -a-, -e-, -i-, respectivamente, que precedem o -r final" (1956, p. 63).

Mattoso, então, aborda as flexões verbais por um viés semântico, não realizando propriamente uma descrição estrutural:

As flexões de MODO estão englobadas com as de tempo e pessoa. Isto é: uma dada flexão verbal indica, juntamente, o MODO, o TEMPO e a PESSOA.
Cada MODO compreende certo número de TEMPOS; cada TEMPO compreende seis variações, correspondentes às três pessoas do discurso no singular e no plural. (CAMARA JR., 1956, p. 64).

Em seguida, o gramático designa os tempos para cada modo e apresenta os paradigmas de conjugação, não tratando especificamente da estrutura do sufixo flexional. Apesar da crítica feita a Said Ali quanto à abordagem da estrutura morfológica do verbo, conforme indicamos anteriormente, Mattoso não explora as desinências número-pessoais e modo-temporais, sequer destacando-as nos modelos de conjugação verbal.

De todo modo, a abordagem de Mattoso Câmara à classe gramatical traz inovações em relação à doutrina clássica, com evidente

aproveitamento da teoria estruturalista. Acreditamos que a natureza didático-pedagógica da obra em análise tenha estabelecido os contornos e limites nos quais Mattoso se pautou para o tratamento da língua, visto que os estudos teóricos do autor à época já demonstravam uma abordagem mais aprofundada do assunto, tanto com relação a aspectos morfológicos, quanto a aspectos semânticos e funcionais.

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, foi publicada inicialmente em 1957, apenas quatro anos antes da publicação da primeira edição da MGP.

Rocha Lima assim inicia o capítulo sobre o verbo:

O verbo, que denota ação, estado, ou fenômeno, é a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais. Estes acidentes gramaticais fazem que ele mude de forma para exprimir cinco idéias: *voz, modo, tempo, número e pessoa*. (ROCHA LIMA, 1972, p. 107).

Às ideias de ação e estado, o autor acrescenta a expressão de fenômenos, o que amplia sua definição em relação àquelas anteriormente apresentadas. Além disso, conduzindo-se também por critérios formais, Rocha Lima aponta os acidentes a que o verbo se submete, mas, indica claramente que essas variações de forma estão relacionadas à expressão de ideias.

O gramático passa, então, a descrever cada acidente citado, de forma sucinta, sem apresentar exemplos que ilustrem as explicações. Ao tratar da categoria de modo, por exemplo, indica que “[o] MODO caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo” (ROCHA LIMA, 1972, p. 107) e menciona os modos “indicativo”, “subjuntivo” e “imperativo”, mas não explica o efeito discursivo do emprego de cada um.

Com relação à categoria de tempo, Rocha Lima expõe:

O TEMPO informa, de maneira geral, se o que expressa o verbo ocorre no momento em que se fala, numa época anterior, ou numa ocasião que está por vir; são, fundamentalmente, três os tempos: *presente, pretérito e futuro*. (ROCHA LIMA, 1972, p. 108).

Então, alude às diferentes modalidades de pretérito e de futuro que se estabeleceram na língua portuguesa e aponta os tempos possíveis em cada modo, exemplificando com uma forma verbal entre parênteses ao lado de cada denominação e apresentando duas orações somente para ilustrar o modo imperativo. Com relação às categorias de voz, pessoa e número, limita-se às suas significações.

Em referência às formas nominais, o autor destaca suas funções de substantivo (infinitivo), adjetivo (particípio) e advérbio (gerúndio), mas não exemplifica seu uso.

Ao tratar das conjugações, destaca a estrutura morfológica do verbo, apontando a vogal temática e mencionando as desinências de modo, tempo, número e pessoa genericamente e, em seguida, passa à apresentação dos paradigmas de conjugação.

Quanto aos verbos auxiliares, o gramático diz que compõem a estrutura dos tempos compostos, empregados com o objetivo de “[...] expressarem certos aspectos especiais não traduzíveis pelas formas simples [...]” (ROCHA LIMA, 1972, p. 118). No entanto, não revela quais são tais aspectos, limitando-se novamente a uma definição pontual e aos paradigmas.

A abordagem do verbo na gramática de Rocha Lima parece atender aos objetivos que o autor estabelece para a obra, pois, segundo ele, a gramática normativa

[é] uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o “uso idiomático”, dele induzindo, por classificação e sistematização, as *normas* que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta. (ROCHA LIMA, 1972, p. 5-6).

O “uso idiomático” ao qual o autor se refere está relacionado ao “uso dos grandes escritores” e à “linguagem das classes ilustradas” e determina, assim, o ideal de língua a ser atingido pelo estudo da disciplina gramatical. Portanto, Rocha Lima, apesar de relacionar, em alguns momentos, forma e sentido, mantém-se fiel à tradição gramatical e limita-se essencialmente a prescrever regras para o “bom uso” da língua.

Retornando à MGP, vimos inicialmente que, na 1ª versão da obra, Bechara define a classe gramatical verbo apoiando-se nos estudos clássicos, o que muito se aproxima da opção da maior parte das definições que analisamos. Entretanto, o autor não deixa de apresentar uma abordagem afinada com a teoria estruturalista em alguns pontos de sua lição sobre o verbo.

Como já parecia estar definido na gramaticografia brasileira e, inclusive, determinado pela NGB, Bechara considera o infinitivo, o gerúndio e o particípio como formas nominais do verbo. No entanto, além de apresentar as funções gramaticais que desempenham na frase, o autor explica que, com exceção do infinitivo na forma flexionada, não fazem referência às pessoas do discurso (e, por isso, eram conhecidas como “formas infinitas”), ressalta que “[p]ossuem desinências nominais idênticas às que caracterizam a flexão dos nomes” (BECHARA, 1997 [1961], p. 105) e explica:

As formas nominais do verbo se derivam do tema (radical + vogal temática) acrescido das desinências:

- a) *-r*: para o infinitivo: *canta-r*, *vende-r*, *parti-r*.
- b) *-do*: para o particípio: *canta-do*, *vendi-do*, *parti-do*.
- c) *-ndo*: para o gerúndio: *cata-ndo*, *vende-ndo*, *parti-ndo*. (BECHARA, 1997 [1961], p. 106).

A exposição desses fatos revela como o olhar do gramático já se guiava por princípios estruturalistas. Em seguida, Bechara explica que conjugar um verbo “[é] dizê-lo, de acordo com um sistema determinado, em todas as suas formas nas diversas pessoas, números, tempos, modos e vozes.” (BECHARA, 1997 [1961], p. 106).

Bechara reserva uma das subseções do capítulo para tratar especificamente dos “elementos estruturais do verbo”. Nesse item, o autor explica o que é radical, vogal temática, tema e diferencia desinência e sufixo verbal, demonstrando como essas partes se relacionam para a constituição da forma verbal. Destacamos, também, que o gramático apresenta todas as desinências modo-temporais (e seus alomorfes) e as desinências número-pessoais, explicando as suas significações, isto é, qual tempo-modo e número-pessoa, cada uma dessas partículas indica.

Ao apresentar os paradigmas de conjugação verbal, o gramático também destaca os elementos estruturais (radical, vogal temática e desinência) para todas as formas simples dos tempos dos modos indicativo, subjuntivo e imperativo.

Dessa forma, evidencia-se a incorporação de conceitos advindos do estruturalismo na forma como Bechara propõe o estudo do verbo na primeira fase da MGP.

A partir do percurso que trilhamos quanto ao tratamento do verbo nas obras gramaticais de tradições grega e latina e em gramáticas de língua portuguesa do século XVI a meados do século XX, revelou-se que gramáticos partidários de diferentes posicionamentos (filosófico, cientificista, historicista, normativista ou estruturalista), em maior ou menor grau, trazem inovações à doutrina gramatical, mas dificilmente abandonam por completo a tradição greco-latina que, por sua vez, confirma sua relevância enquanto princípio fundador.

3.2 O verbo pela perspectiva funcionalista

Pautando-se pela perspectiva de uma teoria funcionalista, a análise e o tratamento da língua devem contemplar os usos linguísticos para o exame da funcionalidade na linguagem e, portanto, para se realizar uma abordagem da língua em moldes funcionalistas, não há como deixar de levar em conta os planos semântico e discursivo.

Na segunda fase da MGP, fica evidente que Bechara procurou realizar uma abordagem bastante diversa daquela dada na fase anterior para o verbo, o que já se pode notar na nova definição elaborada pelo autor: "Entende-se por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical." (BECHARA, 1999, p. 209).

Ao substituir a ideia de “palavra que expressa ação ou estado” pela noção de que o verbo funciona como “um molde”, ou núcleo, para a organização do ato de fala, o autor assinala o viés discursivo que parece guiar o tratamento da classe gramatical verbo nessa nova etapa da MGP.

Reforçando o papel fundamental desempenhado pelo verbo na organização do discurso, o autor ressalta o fato de que a distinção entre verbos nocionais e relacionais estaria sendo questionada por linguistas à época. Retomando um pensamento do linguista francês Émile Benveniste, Bechara afirma que uma oração que apresenta o verbo *ser* “é uma oração verbal, paralela a todas as orações verbais”. (BENVENISTE¹⁹, 1976, v. 1, p. 169, *apud* BECHARA, 1999, p. 209).

Essa crítica se fundamenta na consideração de que, a despeito de seu significado lexical, o verbo sempre será o núcleo da oração, estabelecendo a relação do predicado com o sujeito gramatical. Para validar essa função central do verbo, citando Alarcos Llorach, Bechara assinala que os verbos que constituem o chamado “predicado nominal”, assim como qualquer outro verbo, possuem “os morfemas de pessoa e número que com o sujeito gramatical dão fundamento à oração” (LLORACH²⁰, 1994, p. 302 *apud* BECHARA, 1999, p. 209).

Considerando as ideias inicialmente apresentadas pelo gramático a respeito do verbo, entendemos que, ao propor um estudo com base nas categorias verbais, Bechara busca demonstrar o encaixamento do verbo na prática linguística, ou seja, no uso.

O gramático, a princípio, destaca que o verbo, ao mesmo tempo em que apresenta um significado lexical, precisa se combinar com instrumentos gramaticais (morfemas) para expressar tempo, modo, pessoa e número. Dessa forma, destaca que “trabalhar” e “trabalho” são palavras que apresentam o mesmo significado lexical, embora possuam significados categoriais distintos, ressaltando que o significado categorial

¹⁹ BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral* (trad. bras.). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976. p. 169.

²⁰ LLORACH, Alarcos. *Gramática de la Lengua Española*. 4. ed. Madrid: Espasa Calpe, 1994. p. 302.

“não é o simples produto da combinação do significado lexical com o significado instrumental” (BECHARA, 1999, p. 209).

Isso ocorre porque o significado categorial implica uma necessidade discursiva, como explica o autor, retomando um pensamento de Coseriu: “um lexema não é verbo *porque* se combina, por exemplo, com um morfema de tempo e pessoa, mas, ao contrário, combina-se com esses morfemas *para* ser verbo, e porque está pensado com significação verbal” (COSERIU, 1978, p. 70, apud BECHARA, 1999, p. 210).

Entende-se, portanto, que os falantes da língua dispõem das categorias verbais para atribuir a um dado lexema um novo significado categorial, a partir da norma linguística, de forma a atender suas necessidades de comunicação. Essa transição categorial é facilmente observável no cotidiano, como vemos, por exemplo, com o recente emprego do verbo “domingar” (especialmente em redes sociais), para designar os hábitos de descansar, passear, etc., que as pessoas, em geral, praticam aos domingos, que se caracteriza como um neologismo verbal.

Tal observação sobre o uso de “domingar” se faz ainda mais pertinente se considerarmos as proposições de Eugenio Coseriu acerca das categorias verbais. Vejamos:

Las categorías verbales [...] son, pues, *categorías del hablar*, modos significativos “universales” que se comprueban en la actividad lingüística concreta y se definen sin referencia necesaria a una lengua determinada. [...]

Las categorías son funciones que se dan en el hablar y sólo pueden definirse como tales. Asimismo, sólo con respecto al hablar, es decir, a determinados empleos concretos (o pensados como tales), se puede afirmar de una palabra que corresponde a tal o cual categoría. (COSERIU, 1987, p. 64).

Assim, para Coseriu, as categorias verbais correspondem a elementos que se comprovam nos atos de fala, nas atividades linguísticas concretas e, concebendo que o falante de uma língua conhece tanto o seu sistema funcional, quanto as suas realizações normais, retomamos a ideia de que, do ponto de vista da atividade (*enérgeia*), os indivíduos são capazes de criar ao se expressarem em uma determinada língua.

A partir de suas proposições iniciais, Bechara afirma ser necessário “o estabelecimento do sistema de *categorias verbais*, isto é, tipos ou funções da forma léxicas mediante as quais se estabelecem as oposições funcionais numa língua” (BECHARA, 1999, p. 210) para que se desenvolva um estudo coerente do verbo.

O autor passa, então, a descrever o sistema de categorias verbais proposto por Roman Jakobson, considerando-o o mais claro e coerente sistema de categorias verbais elaborado até então, com a ressalva de que nem sempre se demonstra adequado para o sistema verbal românico, em especial, para o português que, “para Coseriu, é o mais rico e complexo em comparação com as línguas da mesma família” (BECHARA, 1999, p. 210).

Inicialmente, a partir dos pressupostos estabelecidos por Jakobson acerca dos atos de fala e das funções verbais, Bechara apresenta as seguintes distinções:

- a) o ato de fala em si mesmo (F)
- b) o conteúdo do ato de fala, isto é, o comunicado (C)
- c) o acontecimento, isto é, tanto o ato de fala quanto o comunicado (A)
- d) os participantes neste acontecimento (P) (BECHARA, 1999, p. 210).

Ao relacionar essas distinções umas às outras, entendemos que o gramático caracteriza um processo de interação verbal, estabelecendo quatro conceitos que considera como fundamentais:

- a) um acontecimento comunicado (AC)
- b) o próprio acontecimento do falar (AF)
- c) os participantes no acontecimento comunicado (PC)
- d) os participantes no acontecimento da fala (PF) (BECHARA, 1999, p. 211).

A partir do modo como estabelecem relação com esses conceitos, as categorias verbais são denominadas como *caracterizadores* ou *determinantes de relação*²¹.

Quando afeta somente um dos elementos acima indicados, a categoria é caracterizadora, como é o caso da categoria de número, que

²¹ Segundo Bechara (1999, p. 211), Jakobson adota outra nomenclatura: “designadores” (caracterizadores) e “conectores” (determinantes de relação).

afeta somente o número de participantes no acontecimento comunicado. Além disso, as categorias caracterizadoras podem ser quantificadoras, como a categoria de número, ou qualificadoras, como a categoria de gênero.

Contudo, se a categoria afeta mais de um elemento, ela é determinante de relação. Esse é o caso da categoria de voz, por exemplo, que encerra uma relação entre os participantes e o acontecimento comunicado.

Bechara ressalta, também, o fato de que as categorias verbais podem ser vistas por outro prisma e, então, podem estar determinadas tanto linguisticamente, quanto pelo discurso, como explica:

Assim, o plural, que é uma categoria determinada pela língua, pode ser definido sem nenhuma relação com um ato momentâneo da fala, enquanto não podemos definir do mesmo modo o “eu”, porque “eu” é sempre a pessoa que fala, uma categoria definida pelo “discurso”. (BECHARA, 1999, p. 211).

Ao assinalar a circunstância de que uma categoria verbal pode ser definida discursivamente, Bechara refere-se à subjetividade da linguagem, à conjuntura de que o falante, ao se apropriar de uma língua, é capaz de dizer-se “eu”, por meio de índices específicos, como estabelece Benveniste em sua teoria da enunciação:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

Esta descrição um pouco abstrata se aplica a um fenômeno linguístico familiar no uso, mas cuja análise teórica está apenas começando. É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que está aí presente como alocutário. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Os índices de pessoa são, portanto, categorias verbais determinadas pelo discurso e, dessa forma, preveem a interação verbal, pois a partir do momento em que um indivíduo “[...] se declara locutor e assume a língua,

ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Essa consideração reforça o caráter discursivo que Bechara procura atribuir ao tratamento do verbo, nessa nova fase da MGP.

Depois de determinar essas distinções quanto às funções (caracterizadores ou determinantes de relação) e à origem das categorias verbais (determinadas linguisticamente ou pelo discurso), Bechara apresenta um quadro sinótico das categorias gerais do sistema verbal, elaborado por Eugenio Coseriu:

		Que afetam os participantes		Que não afetam os participantes	
		caracterizadora	determinante de relação	caracterizadora	determinante de relação
determinadas linguisticamente	qualificadora	GÊNERO	VOZ	ESTADO	TAXIS
	quantificadora	NÚMERO		ASPECTO	
determinadas pelo discurso		PESSOA	MODO	TEMPO	EVIDÊNCIA

Quadro 3 – Categorias gerais do sistema verbal, segundo Eugenio Coseriu.

Fonte: BECHARA, 1999, p. 211.

Considerando as funções e o modo como são determinadas as categorias verbais, Bechara remaneja os conhecimentos trazidos à luz por Coseriu acerca das categorias do sistema verbal românico, procurando relacioná-los especificamente ao português. No quadro a seguir, sintetizamos a explicação das categorias verbais apresentada por Bechara, procurando destacar o que se relaciona à expressão semântica e como se dá a expressão formal de cada categoria.

CATEGORIA	EXPRESSÃO SEMÂNTICA	EXPRESSÃO FORMAL
<i>Gênero</i>	Refere-se aos participantes no acontecimento comunicado, adquirindo capacidade qualificadora.	A marca de gênero aparece apenas na voz passiva.
<i>Número</i>	Refere-se aos participantes no acontecimento comunicado, adquirindo capacidade quantificadora.	Relaciona-se à pessoa no verbo flexionado e, em parte, na forma verbal infinita; aparece sem pessoa apenas no particípio.
<i>Pessoa</i>	Determina a relação dos participantes no acontecimento comunicado com os participantes no ato de fala.	Na 1ª pessoa, o participante no acontecimento comunicado coincide com o participante no ato de fala; na 2ª pessoa, coincide com o ouvinte; na 3ª pessoa, não coincide nem com falante, nem com ouvinte.
<i>Estado</i>	Afeta a qualidade lógica do sucesso comunicado (afirmativo, negativo, interrogativo, negativo-interrogativo).	Apesar de ser mais uma qualidade da oração, pode exigir uma forma verbal especial: imperativo — imperativo negado, gerúndio — gerúndio negado, particípio — particípio negado.
<i>Aspecto</i>	Assinala a ação levada até o fim, isto é, conclusa (perfeita) ou inconclusa (imperfeita), segundo Jakobson. Certas espécies de ação (como durativa, terminativa, iterativa, etc.) são consideradas subcategorias.	<i>O autor não especifica como se expressa formalmente o aspecto neste momento.</i>
<i>Tempo ou nível temporal</i>	Assinala a relação temporal do acontecimento comunicado com o momento do ato de fala.	O presente encerra o momento do ato de fala, o passado é anterior e o futuro ocorrerá depois.

<i>Voz</i>	Determina a relação entre o acontecimento comunicado e seus participantes.	O primeiro participante lógico, o sujeito, pode ser agente do acontecimento (<i>voz ativa</i>), ou objeto do acontecer (<i>voz passiva</i>), ou agente e objeto ao mesmo tempo (<i>voz média</i> , incluído o <i>reflexivo</i>).
<i>Modo</i>	Assinala a posição do falante com respeito à ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa ação.	O falante pode considerar a ação como algo verossímil, incerto, condicionado, desejado pelo agente, etc., e assim se originam os modos: indicativo, subjuntivo, condicional, optativo, imperativo.
<i>Taxis</i>	Assinala a posição de um acontecimento em relação com outro sem consideração do ato de fala.	É expressa em certas construções impessoais com o gerúndio, com o infinitivo ou com o particípio, por meio de séries de ações (<i>comer cantando, comer depois de ter cantado</i> , etc.).
<i>Evidência</i>	Assinala que o falante se refere a outro ato de fala – a uma ação indireta – por meio do qual ele experimenta o acontecimento como não vivido por ele mesmo.	Nesses casos, é muito empregado o modo condicional (por exemplo: Eu ouvi dizer que ele já <i>teria partido</i>) e, às vezes, o futuro (por exemplo: Falaram que <i>serão</i> duas horas de viagem.).

Quadro 4 – Explicação das categorias verbais, segundo Evanildo Bechara.

Ao analisar o verbo pelo prisma das categorias verbais, conforme proposto por Coseriu, percebemos como as diversas funções semântico-discursivas acumuladas pelo verbo operam conjuntamente no processo de construção do discurso.

Nessa segunda versão da MGP, Bechara apresenta a abordagem funcionalista dada por Eugenio Coseriu ao verbo, com o intuito de propor um “estudo coerente” dessa classe gramatical. Acreditamos que, de fato, essa abordagem revele aspectos semânticos e discursivo-pragmáticos que muito podem contribuir para uma abordagem funcionalista do verbo que proporcione ao aprendiz a compreensão de como as marcas categoriais atuam para a expressão do sentido dos verbos nos atos de fala.

3.2.1 O aspecto verbal: um estudo do sentido

Em sua proposta de abordagem funcional do verbo na 2ª versão da MGP, ainda tomando por base as ideias de Eugenio Coseriu, Bechara destaca a relação existente entre as categorias verbais de *tempo* e *aspecto* e reserva uma seção específica para essa exploração.

O gramático afirma que essas duas categorias são estreitamente vinculadas e, em geral, expressas em conjunto, tanto em formas verbais simples quanto em construções perifrásticas na língua portuguesa, ressaltando que “[a] pura definição temporal e o *tempo* aludem à posição da ação verbal no percurso; a determinação aspectual alude à maneira de considerar a ação verbal no tempo” (BECHARA, 1999, p. 231).

Dessa forma, entendemos que ambas as categorias se relacionam com a temporalidade, mas, a partir de perspectivas diferenciadas. Conforme a definição dada por Bechara, a categoria de tempo localiza o acontecimento comunicado em relação ao ato de fala, ou seja, em relação ao presente, exercendo uma função dêitica. Já o aspecto, segundo o gramático, remete à forma como o acontecimento comunicado é considerado no tempo, enquanto ação conclusa ou inconclusa, não estabelecendo relação entre dois momentos distintos da comunicação.

Depois de reforçar essa relação entre as duas categorias ora examinadas, Bechara apresenta a proposta de Coseriu para a abordagem das categorias de tempo e aspecto.

Acerca das categorias de tempo e aspecto, Coseriu (1996) destaca o fato de apresentarem estreita ligação, considerando-as como correlativas, ideia que reverbera no texto gramatical de Bechara. Além disso, o linguista romeno demonstra as dificuldades de delimitação dessas categorias, analisando definições de aspecto dadas por diversos estudiosos, como E. Buyssens, Holt, Jakobson, A. Meillet, E. Hermann e H. Frei, apontando suas insuficiências e, assim, propõe um sistema de subcategorias verbais como fundamento para a interpretação do verbo românico em relação com as categorias de tempo e aspecto.

Bechara, mais uma vez, baseia-se fundamentalmente nas ideias de Eugenio Coseriu para apresentar um sistema de subcategorias de tempo e aspecto verbais para o português, o qual sintetizamos no quadro a seguir.

SUBCATEGORIA			EXPRESSÃO FORMAL	EXPRESSÃO SEMÂNTICA
Subcategorias principais	Nível temporal	Atual	Presente	O nível atual coincide com a linha do tempo mediante o presente; o nível inatual não diz respeito ao presente, representando outras ações.
		Inatual	Imperfeito	
	Perspectiva primária	Retrospectiva (complexiva)	Passado	Enquadra a posição do falante em relação com a ação verbal.
		Paralela (cursiva)	Presente	
		Prospectiva (complexiva)	Futuro	Obs.: A perspectiva define dois aspectos que emergem como função anexa: <i>cursivo</i> (ação em curso) e <i>complexivo</i> (ação como um todo, fora de curso).

	Perspectiva secundária	Retrospectiva	Perfeito composto	Representa uma nova disposição de cada espaço temporal delimitado pela perspectiva primária.
		Paralela		
		Prospectiva		
	Visão	Comitativa	<i>andar</i> + gerúndio <i>andar a</i> + infinitivo <i>andar</i> + adjetivo ou participípio	Trata-se do acompanhamento da ação verbal entre dois pontos.
		Prospectiva	<i>ir</i> + gerúndio	Representa a ação entre um ponto definido e outro distante, indefinido.
		Retrospectiva	<i>vir</i> + gerúndio	Assinala a ação a partir de um ponto indefinido em direção a um ponto definido, que coincide com o momento da observação da ação.
		Continuativa	<i>seguir</i> + gerúndio <i>continuar</i> + gerúndio	É uma combinação de visão prospectiva e retrospectiva.
		Global	<i>estou</i> + gerúndio	Acentua o conjunto da ação, assinalando-a expressamente como parcializante.
	Fase	Iminente	<i>estar para (por) + infinitivo</i>	Trata-se da ação no seu começo.
		Inceptiva	<i>começar a</i> + infinitivo <i>pôr-se a</i> + infinitivo <i>meter-se a</i> + infinitivo <i>pegar a (de) + infinitivo</i> <i>sair a</i> + infinitivo	Marca o ponto inicial da ação, sendo a fase mais rica em formas e matizes.
		Progressiva	<i>ir</i> + gerúndio	Considera a ação em seu desenvolvimento.
		Continuativa	<i>seguir</i> + gerúndio	Considera a ação na zona medial de seu desenvolvimento.
		Regressiva e conclusiva	<i>terminar</i> + de	Considera a ação em seu término ou em sua fase final.
		Egressiva	<i>acabar</i> + de	Considera a ação após seu término.

Subcategorias de sentido conexo	Resultado	Sincretismo: visão e fase – Pode ocorrer na fase progressiva, quando o progressivo aparece como visão secundária da visão.		
		Efetivo	<i>estar</i> + participio	Ocorre quando o resultado afeta o sujeito (agente).
		Produtivo	<i>ter</i> + participio (em concordância com o objeto)	Ocorre quando o resultado afeta o objeto e representa um produto.
	Duração	Durativa	Não apresenta forma de expressão própria no português; está determinada lexicalmente ou aparece como categoria anexa à perspectiva.	Afeta o lapso em que se dá a ação verbal.
		Momentânea		
		Intermitente		
	Repetição	Semelfáctica (ação única)	Não apresenta forma de expressão própria. A repetição única dispõe de perífrases como “volto a dizer” ou procedimentos de formação de palavras, como “redizer”.	Relaciona-se à frequência da ação, diferenciando-se da duração.
		Frequentativa (ação repetida)		
	Conclusão	Terminativa (subjativa)	Somente a conclusão subjativa é expressa por formas verbais, a objetiva fica assinalada pelo contexto ou pela voz verbal.	Relaciona-se ao fato de uma ação ser considerada conclusa, inconclusa ou sem traço de conclusão. Pode ser subjativa ou objetiva, na dependência de um sujeito ter levado a ação a um final objetivo ou não.
		Compleativa (objetiva)		

Quadro 5 – Explicação das subcategorias de tempo e aspecto, segundo Evanildo Bechara.

A partir de sua exposição sobre as subcategorias verbais, Bechara apresenta exemplos para a descrição funcional de uma forma verbal,

aludindo ao fato de que as categorias de duração, repetição e conclusão apresentam sentido conexo, aparecendo sempre em relação com outras categorias. Dentre as demais categorias (as quais designamos “principais” no quadro 5), Bechara salienta que o nível do tempo e a perspectiva primária devem ser obrigatoriamente expressas nas formas verbais portuguesas, enquanto as categorias de perspectiva secundária, fase, visão e resultado podem ou não ser expressas e, no último caso, são consideradas “indeterminadas” ou “neutras”.

Considerando o fato de que as categorias de tempo e perspectiva primária devem, necessariamente, aparecer em todas as formas verbais românicas, Coseriu assinala que:

[...] ambas forman el sistema fundamental del verbo románico en relación con el tiempo y el aspecto. Y porque además estas categorías determinan espacios temporales en primer lugar, en lo esencialmente razonable es acertado afirmar que el sistema verbal románico es, en su fundamento, un sistema temporal. (COSERIU, 1996, p. 117).

Sendo assim, para a forma verbal **fiz**, Bechara apresenta a seguinte descrição funcional:

- 1) *Nível de tempo*: atual
- 2) *Perspectiva*: primária, retrospectiva, aspecto complexivo
- 3) *Visão*: global (neutral)
- 4) *Fase*: neutral
- 5) *Resultado*: não-resultativa (neutral)
- 6) *Conclusão*: indefinida (BECHARA, 1999, p. 220).

Nessa proposta de descrição funcional, o autor revela uma análise dos fenômenos gramaticais para além da estrutura do vocábulo, ao considerar a expressão semântica das subcategorias de tempo e aspecto.

Pela exposição de Bechara na segunda versão da MGP, evidenciou-se que a análise do aspecto verbal se configura como uma análise do sentido da forma verbal no evento comunicativo, a partir das relações que se estabelecem entre os participantes da comunicação no momento do ato de fala.

Na primeira versão da MGP, o gramático não apresenta um item específico para o tratamento do aspecto verbal, mas já demonstra conhecimento dessa noção, abordando-a na subseção “Locução verbal. Verbos auxiliares”.

Primeiramente, Bechara indica que “[m]uitas vezes o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal, dando origem aos chamados *aspectos do verbo*” (1997 [1961], p. 110). Apesar de destacar o caráter semântico da categoria de aspecto, Bechara não a define, como o faz na segunda fase da gramática.

Em seguida, ao tratar das aplicações dos verbos auxiliares na língua portuguesa, o gramático diz que:

[...] os auxiliares *acurativos* se combinam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor **os aspectos do momento da ação verbal que não se acham bem definidos na divisão geral do tempo presente, passado e futuro:**

- a) *início de ação*: começar a escrever, por-se a escrever, etc.;
- b) *iminência de ação*: estar para (por) escrever, etc.;
- c) *desenvolvimento gradual da ação; duração*: estar a escrever, andar escrevendo, vir escrevendo, ir escrevendo, etc.
- d) *repetição de ação*: tornar a escrever, costumar escrever (repetição habitual), etc.;
- e) *término de ação*: acabar de escrever, cessar de escrever, deixar de escrever, parar de escrever, vir de escrever, etc. (BECHARA, 1997 [1961], p. 111-112, grifo nosso).

Apesar de Bechara não ressaltar a relação entre as categorias verbais de tempo e aspecto nessa versão inicial da obra, vê-se claramente que essa relação está presente na noção aspectual que se revela na descrição do autor. Os cinco aspectos distinguidos pelo autor poderiam estar assim relacionados às subcategorias elencadas na 2ª versão da MGP:

- a) início de ação → fase inceptiva;
- b) iminência de ação → fase iminente;
- c) desenvolvimento gradual da ação; duração → fase progressiva;
- d) repetição de ação → repetição semelfáctica ou frequentativa;
- e) término de ação → fase regressiva e conclusiva / egressiva.

Os aspectos verbais identificados por Bechara na primeira versão da MGP podem facilmente ser relacionados às subcategorias exploradas pelo

gramático na segunda versão, justamente pelo fato de a nova proposta configurar-se de modo muito mais abrangente, considerando o acontecimento comunicado (ou a ação verbal, na primeira versão da MGP) não somente em relação ao próprio acontecimento do falar, ou ato de fala, mas também quanto aos participantes no acontecimento comunicado e em aos participantes no acontecimento da fala, ou seja, considera-se o evento comunicativo, conforme já indicamos.

Remetendo-nos ao horizonte de retrospeção mais próximo de Bechara, identificamos a abordagem da categoria de aspecto tanto em Said Ali, quanto em Mattoso Câmara.

Segundo Bechara, Said Ali foi o primeiro gramático a se referir ao conceito de aspecto verbal em português:

[...] Amparado na lição de Whitney, Vernalecken e outros, para o inglês e alemão, [Said Ali] mostrou que são vários os tipos desses auxiliares que denotam aspectos verbais. Introduziu em língua portuguesa, ainda sob a inspiração de gramáticos estrangeiros, as denominações *auxiliares acurativos, causativos, modais e sensitivos*, além de lançar, com Brugmann, a **primeira referência ao conceito de aspecto verbal**. Num interessante estudo sobre *haver* e *ter*, delimitou a conjugação simples dos tempos compostos através destes verbos, ressaltando que servem de indicar as modalidades dos tempos simples (imperfectivo) como o aspecto a que chamou perfectivo (i. e., “modalidade de realização perfeita até o presente, ou até determinado momento do pretérito ou futuro”: *tenho lido, terei feito* (*Dificuldades*, 126), sem que, contudo, estes termos queiram significar “o mesmo que nas gramáticas de línguas eslavas, onde são empregados” (*Dificuldades*, 127). (BECHARA, 1962, p. 32).

Pelo excerto de Bechara, nota-se que Said Ali, na obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*, lançada em 1908, referiu-se somente à forma verbal que se relaciona ao aspecto e, não, à expressão semântica que se depreende da forma.

Em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, publicada em 1931, Said Ali, ao tratar de conjugação composta, afirma: “*Ver* e *ter visto* (ou *haver visto*) são dous aspectos do mesmo verbo *ver*. No primeiro caso exprime a ação vagamente; no segundo define-se a ação como perfeitamente consumada.” (SAID ALI, 1954 [1931], p. 161). Então, o autor retoma as denominações “aspecto imperfectivo” e “aspecto

perfectivo”, relacionando-as às “espécies de ação” e exemplificando-as. Novamente, o autor não apresenta uma definição precisa de aspecto, mas oferece uma noção semântica relacionada às formas verbais.

Said Ali apresenta, ainda, três aspectos relacionados às perífrases verbais:

- aspecto passivo (ou voz passiva), cuja forma é “ser + particípio”;
- aspecto necessitativo, revelado por “ter + de + infinitivo”;
- aspecto do momento rigoroso, que se expressa formalmente por “estar + gerúndio”.

Pela interpretação das noções aspectuais subjacentes às perífrases verbais, entendemos que o “aspecto do momento rigoroso” relaciona-se à “visão global”, descrita por Bechara.

Mattoso Câmara, por sua vez, trata do aspecto verbal, inicialmente, nos *Princípios de Linguística Geral*, relacionando o aspecto à duração do processo verbal e distanciando-o das noções de presente, passado e futuro. Assim, o linguista, baseando-se em Brugman²² (1905, 521/3), distingue seis aspectos possíveis numa conjugação verbal:

- 1) aspecto PONTUAL, ou momentâneo – assinala um processo realizado de maneira súbita e instantânea; 2) DURATIVO – frisa a duração do processo, o qual pode intensificar-se cada vez mais (PROGRESSIVO), ou desenrolar-se simplesmente (CURSIVO), ou repetir-se por uma série de processos pontuais (FREQUENTATIVO ou ITERATIVO); 3) PERMANENTIVO – o processo é apresentado como persistente em seus efeitos, à maneira de uma coisa adquirida; 4) INCEPTIVO – apenas marca o início de um processo; 5) CESSATIVO, ou terminativo, que marca ao contrário o fim; 6) RESULTATIVO – registra os resultados de um processo realizado. (CAMARA JR., 1954, p. 120-121).

O autor esclarece que o aspecto verbal pode ser expresso em nível morfológico (pelo semantema ou por sufixos), e em nível gramatical (pela conjugação verbal). Apesar de abordar o nível formal do aspecto verbal, Mattoso se baseia em critérios semânticos para definir cada um dos aspectos apontados. Desse modo, procuramos interpretar tais critérios e estabelecer possíveis relações entre os aspectos descritos por Mattoso e aqueles que encontramos em Bechara:

²² BRUGMAN, Karl. *Abrégé de Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes*, tr. fr. Paris, 1905.

Mattoso Camara (1954)	Bechara (1997 [1961])	Bechara (1999)
Pontual	_____	_____
Durativo progressivo	Desenvolvimento gradual da ação	Fase progressiva
Durativo cursivo	_____	Duração durativa
Durativo frequentativo	_____	Duração intermitente; repetição frequentativa
Permansivo	_____	_____
Inceptivo	Início de ação	Fase inceptiva
Cessativo	_____	Conclusão terminativa ou subjetiva
Resultativo	_____	Resultado efetivo ou produtivo

Quadro 6 – Comparação dos aspectos verbais em Mattoso (1954), Bechara (1997 [1961]) e Bechara (1999).

Os aspectos elencados por Mattoso Câmara coincidem em maior parte com as subcategorias aspectuais apresentadas por Bechara na segunda versão da obra. Certamente esse fato seja revelador não só do processo de amadurecimento de Bechara enquanto linguista, mas de um processo de evolução das ideias linguísticas à luz de novas teorias.

A partir das relações estabelecidas e considerando que o sistema de subcategorias verbais apresentado por Bechara baseia-se fundamentalmente na proposta de Eugenio Coseriu, verifica-se que nenhum outro linguista no horizonte de retrospectção de Bechara atingiu o nível de detalhamento apresentado por Coseriu quanto ao funcionamento das noções temporais e aspectuais no discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo investigar como as orientações teóricas apresentadas nas duas versões da *Moderna gramática portuguesa* operam na descrição linguística, buscando entender o papel por elas desempenhado na obra de Evanildo Bechara.

No primeiro capítulo da dissertação, o estudo do horizonte de retrospecto do autor mostrou que, de fato, Evanildo Bechara se apropria de conhecimentos linguísticos trazidos à luz por diferentes correntes teóricas ao longo de sua carreira acadêmica.

Tanto pela leitura dos prefácios e introduções, quanto pelo levantamento das referências que o autor faz a outros estudiosos da língua, evidencia-se a diversidade de influências incorporadas à MGP nas duas fases da obra.

Como vimos, na primeira fase da MGP destacam-se, notadamente, as presenças de Said Ali e Mattoso Câmara. O primeiro certamente despertou o olhar e o espírito científico de Evanildo Bechara para o tratamento linguístico, por meio de uma abordagem histórico-comparativa; enquanto o segundo ofereceu ao autor da MGP as ideias de cunho estruturalista, sendo o seu “modernizador” (como diz o próprio Bechara).

Passados quase quarenta anos, na segunda fase da MGP, a despeito de ainda se apoiar em Said Ali e em Mattoso Câmara, Bechara acompanha a evolução das ciências da linguagem e acresce à obra influências de linguistas como Herculano de Carvalho e Emilio Alarcos Llorach, mas baseia-se, essencialmente, nas ideias de Eugenio Coseriu, revelando uma nova orientação teórica, de cunho funcionalista.

Ainda no capítulo 1, procuramos demonstrar que essa mudança na orientação teórica do autor reverbera na obra, como fica evidenciado pela opção de reorganizar a sinopse gramatical, abandonando o antigo modelo *Fonética, Morfologia e Sintaxe* e apresentando o modelo dual *Fonética e*

fonologia e Gramática descritiva e normativa. Essa nova organização, ao associar morfologia e sintaxe, revela uma visão orgânica da gramática, enquanto um conjunto de conhecimentos que visa à completude, à compreensão dos fenômenos linguísticos numa perspectiva discursiva.

No segundo capítulo, demos continuidade à análise comparativa das duas fases da MGP, analisando o caráter prescritivo e descritivo da obra e procurando compreender como o aproveitamento do estruturalismo e do funcionalismo se configura na gramática.

Como verificamos, o autor não estabelece uma ruptura com a teoria greco-latina nas duas fases da MGP, tanto com relação à organização do conteúdo, quanto no que diz respeito ao tratamento linguístico. Tal fato é pertinente à essência de qualquer obra gramatical, visto que, a despeito das diferentes abordagens teóricas, a estrutura do instrumento linguístico gramática manteve-se relativamente estável com o passar dos séculos, assim como sua finalidade.

Dessa maneira, primeiramente, pela análise do tratamento dado por Bechara à gradação dos substantivos e adjetivos, podemos afirmar que o autor apoia-se tanto nos estudos clássicos, quanto em conhecimentos trazidos pelo estruturalismo. Ao tratar da gradação dos nomes, Bechara apresenta postura diferente de alguns de seus contemporâneos e, retoma conhecimentos da gramática latina (os conceitos de *derivatio naturalis* e *derivatio voluntaria*, apresentados por Varrão), aos quais soma conhecimentos advindos do estruturalismo, para demonstrar que o grau dos nomes é expresso por processos de derivação.

Essa abordagem faz com que o autor posicione-se em desacordo com a NGB já na primeira fase da *Moderna gramática portuguesa*. Na segunda fase de sua obra, o autor assume declaradamente uma postura crítica com relação à NGB quanto à questão do “grau dos nomes”, reiterando seu posicionamento teórico.

Quanto ao gênero dos substantivos, Bechara demonstra, na primeira fase da MGP, uma abordagem que desconsidera o critério do sexo dos seres como definidor do gênero dos nomes, e apresenta uma solução para

desvinculá-lo dessa categoria gramatical com apoio em critérios formais baseados em princípios estruturalistas. Na segunda fase da MGP, o gramático parece uma abordagem ainda mais apoiada na teoria estruturalista para o tratamento da variação de gênero, revelando ter assimilado muitos dos postulados de Mattoso Câmara a respeito do assunto, mas, também, ampliando-os a partir de lição de Herculano de Carvalho.

No capítulo 2, também estabelecemos uma comparação entre a abordagem do advérbio nas duas versões da MGP, o que nos fez perceber que, apesar de manter uma definição calcada na tradição, Bechara traz esclarecimentos acerca dos advérbios nominais e pronominais a partir da perspectiva estruturalista já na primeira fase da gramática. Além disso, ao renovar a obra, o autor destaca o papel discursivo-textual que os advérbios podem assumir, funcionando como cláusulas ou orações, e, assim, revela uma visão discursiva do fato linguístico, baseada em princípios funcionalistas.

Desse modo, entendemos que ocorra, na obra, uma “convivência” entre modelos formais e funcionais na busca da explicação do funcionamento da linguagem.

No capítulo 3, traçamos um percurso histórico da definição da classe gramatical verbo, procurando revelar como o conhecimento acerca dessa classe gramatical foi sendo construído no português e, então, ressaltamos a proposta feita por Bechara para o tratamento do verbo de uma perspectiva funcionalista na segunda fase da obra.

Tal proposta revelou uma abordagem muito próxima ao que Eugenio Coseriu propõe para o sistema verbal românico, reafirmando a presença das ideias do linguista romeno na obra bechariana. Ao transferir a aplicação dos conhecimentos trazidos à luz por Coseriu acerca do sistema verbal românico para o português, o gramático brasileiro empreende uma recriação de conhecimentos. No entanto, acreditamos que essa atualização, que se delineia com clareza no plano teórico do texto gramatical, poderia ainda ser efetivada por meio de sua aplicação na

análise de exemplos que refletissem usos da língua em funcionamento, atribuindo ainda mais coerência à proposta declarada pelo autor para a MGP.

Enfim, após o trajeto percorrido, podemos afirmar que a complementaridade teórica que se faz presente desde a primeira versão da MGP desempenha, nas duas versões da MGP, papéis diversos: em determinados pontos, as teorias se colocam a serviço do efetivo esclarecimento dos fatos gramaticais, enquanto em outros, prestam-se, prioritariamente a uma reflexão teórica sobre a língua portuguesa.

Diferentemente do que aponta Moralis (2008, p. 245), não consideramos que o autor se apresente como um “sujeito cindido entre o velho (princípios normativos da língua) e o novo (a linguística)”, mas entendemos que Evanildo Bechara se afirma como um gramático que busca a renovação teórica para a melhor elucidação dos fenômenos da língua e, portanto, intende tirar proveito da união entre o “velho” e o “novo”.

Acreditamos, sim, que haja lacunas a serem preenchidas na MGP para que se configure de fato a união entre teoria e prática. No entanto, os avanços que essa obra traz com relação aos estudos linguísticos, em suas duas versões, garantem a seu autor um papel de destaque na formulação das ideias linguísticas no Brasil.

Referências

1. Fontes primárias

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa – Cursos de 1.º e 2.º graus**. 36. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

2. Fontes secundárias

ALI, Said. **Lexeologia do portuguez histórico**. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

_____. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

_____. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

BARBOSA, Jeronymo S. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza** ou Princípios da Grammatica Geral applicados à nossa linguagem. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BARROS, João de. **Grammatica da língua portuguesa**. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa – Curso médio**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

_____. **Moderna gramática portuguesa – Curso médio**. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

_____. **Moderna gramática portuguesa – Curso médio**. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. **Moderna gramática portuguesa – Cursos de 1.º e 2.º graus**. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

DEZOTTI, Lucas. Donato, *Arte Menor*. **Letras Clássicas**, n. 11, p. 181-204, 2007.

MARTINHO, Marcos. Dionísio da Trácia, *Arte*. **Letras Clássicas**, n. 11, p. 153-179, 2007.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Germão Galharde, 1988. Fac-símile da 1. ed., 1536.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica expositiva**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica histórica**. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1935.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**: 3º anno. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889.

RIBEIRO, Julio. **Grammatica portugueza**. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

3. Obras do autor

BECHARA, Evanildo. **Fenômenos de Intonação**: um capítulo de fonética expressiva. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1946.

_____. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. Tese (Concurso de cátedra de Língua e Literatura do Instituto de Educação do Estado da Guanabara). Rio de Janeiro, 1962.

_____. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Evanildo Bechara em primeira pessoa. In: BASTOS, Neusa Barbosa et. alii. [org.]. **Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008. p. 13-30.

_____. Para quem se faz uma gramática. In: NEVES, Maria Helena de M.; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb; LEITE, Marli Quadros; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão [orgs.]. **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores.** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

4. Estudos sobre o autor e sua obra

ARAKAKI, Nancy; SILVA, Maurício. Bechara linguista: alguns fundamentos linguísticos da teoria gramatical de Evanildo Bechara. In: BASTOS, Neusa Barbosa et. alii. [org.]. **Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

BECHARA, Marlit. O homem intelectual Evanildo Bechara. In: BASTOS, Neusa Barbosa et. alii. [org.]. **Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008. p. 45-55.

CAVALIERE, Ricardo [org.]. **Entrelaços entre textos: miscelânea em homenagem a Evanildo Bechara.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. A linguística e a filologia em Evanildo Bechara. **Confluência.** Rio de Janeiro, n. 35/36, 2008/2009, p. 193-199.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa. 37ª ed. revisada e ampliada, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 1999.** Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/1/125.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

LEITE, Marli Quadros. Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa – séculos XX e XXI. In: NEVES, Maria Helena de M.; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb; LEITE, Marli Quadros; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão [orgs.]. **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. Uma gramática do século XXI. **Todas as Letras**, v. 16, n. 1, São Paulo, 2014, p. 48-61.

MORALIS, Edileusa. Evanildo Bechara: entre a tradição gramatical e a nova corrente moderna. **Sínteses**, v. 13, Campinas, 2008, p. 227-247.

MULINACCI, Roberto. *Moderna gramática portuguesa: Habemus grammaticam?* In: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo [orgs.]. **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

SANTOS, Gleide Amaral dos. **Os efeitos de sentidos da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas de Júlio Ribeiro, Saïd Ali e Evanildo Bechara**. 2013. 140 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

5. Estudos gerais de linguística

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas**, seguido de A historicidade das ciências. Campinas: RG, 2008.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BASÍLIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et. al. Campinas: Pontes, 1989.

BOMFIM, Eneida. **Advérbios**. São Paulo: Ática, 1988.

BORGES NETO, José. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? In: **Dossiê Historiografia Linguística da Revista Todas as Letras**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2012.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Princípios de Linguística Geral**: Como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa. 2. ed. ver. e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.

_____. **Teoria da Análise Léxica**. Série I. Volume II. Rio de Janeiro: Acquarone — Cuñarro — Salaberry, 1956.

_____. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

_____. **Princípios de Linguística Geral**: Como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa. 7. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Problemas de linguística descritiva**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, J. G. Herculano de. **Teoria da linguagem**: natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas. V. II. 4. reimp. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, 1989.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Confluência**, 23, 2002, p. 102-120.

_____. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

COELHO, Olga; DANNA, Stela e POLACHINNI, Bruna. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. **Confluência**, 46, 2014. p. 115-141.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris: Klincksieck, 2010.

COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos**. Trad. Agostinho Carneiro Dias. Rev. técnica. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. **Lições de linguística geral**. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1980.

_____. **Gramática, semântica, universales: estudios de lingüística funcional**. 2. ed. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica – Editorial Gredos, 1987.

_____. **Competencia Lingüística**. Elementos de La Teoría del Hablar. Trad. Francisco Meno Blanco. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica – Editorial Gredos, 1992.

_____. **El Sistema Verbal Románico**. Trad. Carlos Opazo Velásquez. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

COSERIU, Eugenio & LAMAS, Óscar Loureda. **Linguagem e discurso**. Trad. Cecília Ines Erthal. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

COSTA, Thaís de Araujo da. Significando e garantindo a língua nacional: o processo de historicização da língua portuguesa do Brasil e a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. In: **RevLet** – Revista Virtual de Letras, v. 05, nº 02, ago./dez. 2013. p. 103-123.

DEZOTTI, Lucas C. **Arte menor e arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. **As concepções linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

HACKEROTT, Maria Mercedes S. As lições de Said Ali (1861-1953): Uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro [orgs.]. **História entrelaçada, 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KEHDI, Valter. **Morfemas do português**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Formação de palavras em português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **A morfologia e a sintaxe portuguesas na obra de J. Mattoso Câmara Jr.** 236 f. Tese (Livre docência). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Seleção e edição de textos: Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional. In: PRETI, Dino [org.]. **Fala e Escrita em Questão**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 129- 155.

_____. **Metalinguagem e discurso:** a configuração do purismo brasileiro. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____. **O nascimento da gramática portuguesa:** uso e norma. São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2007.

_____. **Linguística e discurso:** uma análise pelo prisma da história das ideias linguísticas. Digitalizado, inédito.

_____. O texto na gramática portuguesa: ausência e presença. In: **Margens, periferias e fronteiras**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

LLORACH, Alarcos. **Estudio de gramática funcional del español**. Madrid: Editorial Gredos, 1990.

LYONS, John. **Introdução à Linguística Teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

NEVES, Maria Helena de M. Estudos Funcionalistas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, vol. 15, n.º especial, p. 70-104, 1999.

_____. **A gramática:** história, teoria e análise. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **A vertente grega da gramática tradicional:** uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. A análise funcionalista e o estabelecimento de quadros categoriais na gramática. **Rev. Est. Ling.** V. 20. No. 01. Belo Horizonte, jan./jun. 2012, p. 99-117.

_____. **Que gramática estudar na escola?:** Norma e uso na língua portuguesa. 4. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

NÓBREGA, Maria Helena da. **Análise Funcional de Advérbios e adverbiais modalizadores no texto jornalístico**. 225 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Cândido de. **Nomenclatura Gramatical Brasileira: Comentários, Definições e Exemplos**. São Paulo: União Paulista dos Servidores Públicos, 1959.

PALMA, Dieli P. & MENDES, Maria de F. *A Moderna gramática portuguesa* de Evanildo Bechara: Uma proposta linguística para o século XXI. In: BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro [orgs.]. **História entrelaçada, 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SANTOS, Hélio de Sant'Anna. Eugenio Coseriu: uma mudança radical na perspectiva linguística. **Linguagem em (Re)vista**. Ano 09. Nos. 17-18. Niterói, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

SILVA, José Pereira da. Uma avaliação do primeiro ano de implantação do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. **SOLETRAS**. Ano X. No. 19. São Gonçalo: UERJ, 2010.

SILVA, Maurício. A gramática brasileira novecentista: uma história. **Revista Letra Magna**. Ano 03. Número 04. 1º semestre de 2006. Acessível em: <http://www.letramagna.com/gramatica1.pdf>.

SILVA, Maurício P. da. Fundamentos do discurso gramatical brasileiro: a *Grammatica Portuguesa* (1887) de João Ribeiro. In: BASTOS, N. & PALMA, D. (orgs.). **História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

SIMÕES, Darcília. Mattoso Câmara e o avanço dos estudos linguísticos no Brasil. **Revista Philologus**. Ano 13. Número 38 supl. Dezembro de 2007. Acessível em: <http://www.filologia.org.br/revista/38sup/06.html>.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. In: **Confluência**. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. 44-45. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 2013, p. 39-49.

URBANO, Hudinilson. Do oral para o escrito. In: **Anais XIX dos Seminários do GEL**. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP, 1990. p. 633-640.

6. Estudos específicos de história

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Trad. Silvia Maria F. Arend. **Tempo e argumento**. Revista do Programa de Pós-graduação em História. UDESC. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun.2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 11-124, maio/jun. 2000.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. Trad. Heloísa Buarque de Almeida. **Revista Novos Estudos**. CEBRAP. Número 43, p. 103-112, novembro 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

7. Dicionários

DUBOIS, Jean et alli. **Dicionário de Linguística**. 10ª. reimp. São Paulo: Cultrix, 2006.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

8. Sites consultados:

ABL – Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/>.

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://www.bnportugal.pt/>.

CiFEFiL – Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/>.

CTLF – Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux. Disponível em: <http://ctlf.ens-lyon.fr/>.

IEL – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP. Disponível em: <http://www4.iel.unicamp.br/>.

Instituto Camões. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/>.

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" – UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>.

Palácio do Planalto – Presidência da República. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>.

Real Academia Española. Disponível em: <http://www.rae.es/>.

ANEXO A – Quadro comparativo entre índice/sumário das duas versões da MGP.

1ª versão	2ª versão
Índice	Sumário
Prefácio	Prefácio da 37ª edição Prefácio da 1ª edição (1961)
INTRODUÇÃO Que é uma língua? A língua é um fenômeno cultural Modalidades de uma língua: língua falada e língua escrita Língua geral e língua regional Objeto da Gramática Divisão da Gramática Partes da Gramática Objeto da Estilística	INTRODUÇÃO A) Linguagem: suas dimensões universais B) Planos e níveis da linguagem como atividade cultural C) Língua histórica e língua funcional D) Sistema, norma, fala e tipo linguístico E) Propriedades dos estratos de estruturação gramatical F) Dialeto – Língua comum – Língua exemplar. Correção e exemplaridade. Gramáticas científicas e gramática normativa. Divisões da gramática e disciplinas afins. Linguística do texto
I – FONÉTICA E FONÊMICA A) Produção dos fonemas e sua classificação 1 – Fonética descritiva 2 – Fonética expressiva B) Ortoepia	I – FONÉTICA E FONOLOGIA A) Produção dos sons e classificação dos fonemas 1 – Fonética descritiva 2 – Fonética expressiva ou fonoestilística

<p>C) Prosódia D) Ortografia</p>	<p>B) Ortoépia ou ortoepia C) Prosódia D) Ortografia</p>
<p>II – MORFOLOGIA</p> <p>A) Classes de vocábulos</p> <p>1 – Substantivo 2 – Adjetivo 3 – Artigo 4 – Pronome 5 – Numeral 6 – Verbo 7 – Advérbio e os denotativos 8 – Preposição 9 – Conjunção 10 – Interjeição</p> <p>B) 1 – Estrutura dos vocábulos 2 – Formação de palavras</p>	<p>II – GRAMÁTICA DESCRITIVA E NORMATIVA – AS UNIDADES DO ENUNCIADO</p> <p>A) Formas e funções</p> <p>1 – Substantivo 2 – Adjetivo 3 – Artigo 4 – Pronome 5 – Numeral 6 – Verbo 7 – Advérbio 8 – Preposição 9 – Conjunção 10 – Interjeição</p> <p>B) Estrutura das unidades: análise mórfica</p> <p>1 – Estrutura das palavras 2 – Formação de palavras do ponto de vista constitucional 3 – Estudo estrutural do léxico: a lexemática 4 – Formação de palavras do ponto de vista do conteúdo 5 – Alterações semânticas</p> <p>C) Estrutura do enunciado ou período. A oração e a frase.</p> <p>1 – A oração: funções oracionais 2 – Orações complexas e grupos</p>
<p>III – SINTAXE</p> <p>A) Noções gerais B) O período simples C) Núcleo</p> <p>1 – Termos essenciais da oração 2 – Tipos de predicado: verbal, nominal e verbo-nominal 3 – Constituição do predicado verbal 4 – Complementos nominais 5 – Adjunto: seus tipos 6 – Agente da passiva</p>	

<p>7 – Aposto: seus tipos</p> <p>8 – Vocativo</p> <p>D) O período composto</p> <p>1 – Orações independentes e dependentes</p> <p>2 – Oração principal</p> <p>3 – Interrogação direta e indireta</p> <p>4 – Orações coordenadas conectivas</p> <p>5 – Orações intercaladas</p> <p>6 – Orações subordinadas</p> <p>7 – Orações reduzidas</p> <p>E) Sintaxe de classes de palavras</p> <p>1 – Emprego do artigo</p> <p>2 – Emprego do pronome</p> <p>3 – Emprego do verbo</p> <p>4 – Emprego de preposições</p> <p>5 – Concordância</p> <p>6 – Regência</p> <p>7 – Colocação: ordem direta e inversa</p> <p>APÊNDICE</p> <p>1 – Figuras de sintaxe</p> <p>2 – Vícios e anomalias de linguagem</p>	<p>oracionais: A subordinação e a coordenação. A justaposição</p> <p>3 – As chamadas orações reduzidas</p> <p>4 – As frases: enunciados sem núcleo verbal</p> <p>5 – Concordância</p> <p>6 – Regência</p> <p>7 – Colocação</p> <p>APÊNDICE</p> <p>1 – Figuras de sintaxe</p> <p>2 – Vícios e anomalias da linguagem</p>
IV – PONTUAÇÃO	III – PONTUAÇÃO
V – SEMÂNTICA	—
VI – NOÇÕES ELEMENTARES DE ESTILÍSTICA	IV – NOÇÕES ELEMENTARES DE ESTILÍSTICA
VII – NOÇÕES ELEMENTARES DE VERSIFICAÇÃO	V – NOÇÕES ELEMENTARES DE VERSIFICAÇÃO

ANEXO B – Quadros sinóticos elaborados por Eugenio Coseriu.

PLANO	PUNTO DE VISTA		
	actividad <i>enérgeia</i>	saber <i>dínamis</i>	producto <i>érgon</i>
Plano universal	hablar en general	saber elocutivo	totalidad de las manifestaciones
Plano histórico	lengua particular	saber idiomático	(lengua particular abstracta)
Plano individual	discurso	saber expresivo	texto

Quadro 7 – Planos da linguagem e pontos de vista.

Fonte: COSERIU, 1992, p. 92.

<i>Plano</i>	<i>Juicio</i>	<i>Contenido</i>	<i>Saber</i>
hablar en general	congruente/ incongruente	designación (referencia)	saber elocutivo
lengua particular	correcto/ incorrecto	significado	saber idiomático
discurso	adecuado/ inadecuado	sentido	saber expresivo

Quadro 8 – Características dos planos da linguagem.

Fonte: COSERIU, 1992, p. 106.